

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO

Fabricia Teixeira Sanches

OS VALORES ASSOCIADOS AOS TERRITÓRIOS COMO MEIO DE INFLUENCIAR AS RELAÇÕES SOCIAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES E O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS QUE PARTICIPAM: UMA ANÁLISE DAS DIMENSÕES HISTÓRICA, TÉCNICO-TEÓRICA E INSTITUCIONAL.

Campo Grande - MS

2011

Fabricia Teixeira Sanches

OS VALORES ASSOCIADOS AOS TERRITÓRIOS COMO MEIO DE INFLUENCIAR AS RELAÇÕES SOCIAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES E O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS QUE PARTICIPAM: UMA ANÁLISE DAS DIMENSÕES HISTÓRICA, TÉCNICO-TEÓRICA E INSTITUCIONAL.

Dissertação apresentada como requisito parcial para à obtenção do grau de Mestre em Administração da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Administração. Área de concentração em Gestão do Agronegócio.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Thelma Lucchese Cheung.

Campo Grande - MS

2011

FABRICIA TEIXEIRA SANCHES

OS VALORES ASSOCIADOS AOS TERRITÓRIOS COMO MEIO DE INFLUENCIAR AS RELAÇÕES SOCIAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES E O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS QUE PARTICIPAM: UMA ANÁLISE DAS DIMENSÕES HISTÓRICA, TÉCNICO-TEÓRICA E INSTITUCIONAL.

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração na área de concentração em Gestão do Agronegócio do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e aprovada, em sua forma final, em 14 de Novembro de 2011.

Prof. Dr. José Nilson Reinert
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof.^a Dr.^a Thelma Lucchese Cheung.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Luiz Carlos Mior
EPAGRI/SC

Prof. Dr. Olivier François Vilpoux
Universidade Católica Dom Bosco

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento à prof.^a dr^a Thelma Lucchese Cheung pelo projeto de pesquisa e principalmente, pelas importantes orientações durante o trabalho.

Agradeço a EPAGRI e AGRAER pela parceria neste projeto Universal CNPq.

Aos professores dr^o Luiz Carlos Mior e Olivier François Vilpoux pela participação em minha banca e pelas importantes contribuições ao trabalho.

À colega de orientação Marcella Cervigne e aos meus colegas de mestrado que sempre estiveram presentes e que juntos, fomos capazes de vencer em todos os momentos.

Agradeço aos meus pais e minhas irmãs que sempre acreditaram em mim, sempre me encorajaram e me confortaram em meus momentos difíceis.

Agradeço a meu marido Valdenir pela confiança, apoio e compreensão e, principalmente, por compartilhar o maior amor de nossas vidas – nossa filha Julia.

E por fim, agradeço a Deus pelas oportunidades por Ele dadas a mim.

RESUMO

SANCHES, Fabricia T. OS VALORES ASSOCIADOS AOS TERRITÓRIOS COMO MEIO DE INFLUENCIAR AS RELAÇÕES SOCIAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES E O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS QUE PARTICIPAM: UMA ANÁLISE DAS DIMENSÕES HISTÓRICA, TÉCNICO-TEÓRICA E INSTITUCIONAL.

142 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2011.

Orientadora: Thelma Lucchese Cheung

No intuito de analisar as relações sociais de cooperação dos agricultores familiares tradicionais dos Estados de MS e SC, esta pesquisa buscou investigá-los através da relação da produção e seu saber-fazer a traços históricos, culturais e institucionais. Neste sentido, tornou-se importante observar os agricultores tendo por referência a (i) dimensão histórica, abordando a formação cultural do território e de sua identidade, o sentimento de pertencimento, bem como uma possível influência em seus comportamentos a (ii) dimensão técnico-teórica, ao observar e analisar os saberes e técnicas utilizadas em torno da produção na propriedade e no saber-fazer compartilhado e a (iii) dimensão institucional, buscando analisar as relações de cooperação entre os atores, que é visto através do papel desempenhado pelos produtores nos sistemas produtivos como uma estratégia de persistência dos agricultores familiares tradicionais. Foram realizadas cem entrevistas através de questionários estruturados a agricultores familiares nos Estados de MS e SC. O objeto de estudo é baseado na agricultura familiar tradicional e nas dimensões do SIAL: histórica, técnico-teórica e institucional. Os resultados revelaram que as redes de cooperação, mesmo que ainda se desenvolvendo, estão presentes entre os agricultores do Mato Grosso do Sul e ausentes entre os agricultores de Santa Catarina, e que a partir das relações de reciprocidade desenvolvidas por valores, representados pela história, cultura e tradições poderia ser possível estabelecer uma cooperação entre os atores sociais para assim promover o desenvolvimento das atividades rurais ao potencializar as habilidades locais através do saber-fazer específico e por meio das dinâmicas territorialista de desenvolvimento.

Palavras-chave: Agricultura Familiar Tradicional, Identidade Territorial, Desenvolvimento Territorial Rural, Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL).

ABSTRACT

SANCHES, Fabricia T. THE VALUES ASSOCIATED TERRITORIES AS A MEANS TO INFLUENCE THE SOCIAL RELATIONS OF FAMILY FARMERS AND AGRICULTURAL DEVELOPMENT ACTIVITIES ENGAGED: A HISTORICAL ANALYSIS OF SIZE, TECHNICAL AND INSTITUTIONAL THEORY.

142 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2011.

Orientadora: Thelma Lucchese Cheung

In order to analyze the social relations of cooperation of farmers' traditional MS and SC states, this study aimed to investigate them through the relationship of production and know-how to trace historical, cultural and institutional. In this sense, it became important to note farmers with reference to (i) historical dimension, addressing the cultural territory and identity, the feeling of belonging, as well as a possible influence on their behavior to (ii) theoretical-technical dimension to observe and analyze the knowledge and techniques used in production around the property and know-how shared and (iii) institutional dimension that seeks to analyze the relations of cooperation between the actors, which is seen by changing the role played by farmers in production systems as a strategy of persistence of traditional family farmers. One hundred interviews were conducted through structured questionnaires to farmers in the MS and SC. The object of study is based on traditional family farms and the dimensions of the SYAL: historical, theoretical-technical, and institutional. The results revealed that the cooperation networks are present among farmers in Mato Grosso do Sul and absent among farmers in Santa Catarina and from the relations of reciprocity developed by values, represented by the history, culture and traditions could be possible to establish a cooperation between social actors to promote the development of rural activities to enhance local skills through specific know-how and through the territorial dynamics of development.

Key Words: Traditional Family Agriculture, Territorial Identity, Territorial Rural Development, Localised Agrifood Systems (SYAL).

LISTA de MAPAS

Mapa 01: Localização dos Estados do Mato Grosso do Sul e Santa Catarina	14
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Principais diferenças entre a agricultura familiar e a patronal	24
Tabela 02: Características da agricultura familiar segundo FAO/INCRA e CENSO 2006	30
Tabela 03: Importância de uma estratégia de desenvolvimento para dentro e para fora do território:	57
Tabela 04: Sexo e idade dos agricultores familiares tradicionais entrevistados	92
Tabela 05: Gestão das propriedades rurais em MS e SC	94
Tabela 06: Contratação de mão-de-obra temporária e atividades desempenhadas	95
Tabela 07: Formas de ajuda mútua para comercialização de produtos	111
Tabela 08: Tipos de referencial de origem	113
Tabela 09: Contratos formais e informais para compra e venda de produtos	115
Tabela 10: Praticam formas de ajuda mútua com outros agricultores – SC	117
Tabela 11: Praticam formas de ajuda mútua com outros agricultores – MS	118
Tabela 12: Comunidade	126
Tabela 13: Participação em atividades culturais	127
Tabela 14: Participação da família na Igreja	127
Tabela 15: Pertencem a sindicato, cooperativa ou associação	128
Tabela 16: Gostariam de pertencer à associação/cooperativa/sindicato	129

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: A - Produção de cebola, B - frango de corte e C - suínos em SC	40
Figura 02: Produção-distribuição-consumo do alimento a partir do enfoque SIAL	65

Figura 03: Diferentes combinações e níveis de integração de um SIAL	66
Figura 04: Especificações dos Agricultores Familiares Tradicionais de Terenos – MS	72
Figura 05: Especificações dos Agricultores Familiares Tradicionais de Rochedinho – MS	73
Figura 06: Especificações dos Agricultores Familiares Tradicionais de Águas Mornas – SC	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Número de estabelecimentos e total de área (agricultura familiar e não familiar)	31
Gráfico 02: Participação da agricultura familiar no MS e SC	31
Gráfico 03: Participação da agricultura familiar no VBP	32
Gráfico 04: Produtos da agricultura familiar no Mato Grosso do Sul	38
Gráfico 05: Distribuição dos questionários por região pesquisada	91
Gráfico 06: Descendência dos agricultores familiares em MS e SC	93
Gráfico 07: Contratação de mão-de-obra	95
Gráfico 08: Como os agricultores familiares se identificam	97
Gráfico 09: Tempo em que residem no estabelecimento	98
Gráfico 10: Sempre foram agricultores familiares	98
Gráfico 11: Mudariam de atividade	99
Gráfico 12: Venderiam suas terras	100
Gráfico 13: Deixar terras aos filhos	101
Gráfico 14: Grau de importância ao tomar decisão no processo produtivo – Pouco importante	103
Gráfico 15: Grau de importância ao tomar decisão no processo produtivo – Importante	103
Gráfico 16: Grau de importância ao tomar decisão no processo produtivo – Mais importante	103
Gráfico 17: Produção e renda familiar	106

Gráfico 18: Grau de importância dos conhecimentos utilizados no processo produtivo	108
Gráfico 19: Canais de Comercialização	109
Gráfico 20: Estratégias conjuntas de comercialização	110
Gráfico 21: Produção de alimentos com referenciais de origem	113
Gráfico 22: Ajuda mútua com outros agricultores	118
Gráfico 23: Sozinhos têm mais possibilidades de comercio	119
Gráfico 24: Trocam informações	119
Gráfico 25: Visitas a outras propriedades rurais	120
Gráfico 26: Atuação das organizações e instituições na região de MS e SC	123
Gráfico 27: Ajuda de associação de agricultores com produção e comercialização no MS e SC	124

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AF – Agricultura Familiar.

AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural.

AIR – Agroindústrias Rurais.

APL - Arranjo Produtivo Localizado.

CCHS – Centro de Ciências Humanas e Sociais.

CEASA – Centro Estadual de abastecimento S/A.

CIRAD – Centro de cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o desenvolvimento.

CNPq – Conselho nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CNUMAD – Conferência das nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

DEA – Departamento de Economia e Administração.

ECT – Economia dos custos de Transação.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EPAGRI – Empresa de Pesquisa agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

EUA - Estados Unidos da América.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação.

HA - Hectare

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

LEADER – Relação entre Ações de Desenvolvimento rural (Liaison entre actions de développement rural).

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MERCOSUL – Mercado comum do Sul.

MG – Minas Gerais.

MS – Mato Grosso do Sul.

NEI – Nova Economia Institucional.

OCDE – Organization for Economic Co-Operation and Development.

ONGs – Organizações Não-Governamentais

PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar.

SC – Santa Catarina.

SIAL – Sistema Agroalimentar Localizado.

SPAD - Système Pour Analyse de Données.

SPL – Sistema Produtivo Localizado.

UFMS – Universidade Federal de Mata Grosso do Sul.

VBP – Valor Bruto de Produção.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	QUESTÃO DE PESQUISA	15
1.2	JUSTIFICATIVA	16
1.3	OBJETIVO GERAL	18
1.4	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
2	AGRICULTURA FAMILIAR	19
2.1	AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL	32
2.1.1	Agricultura Familiar no Mato Grosso do Sul	35
2.1.2	Agricultura Familiar em Santa Catarina	38
3	TERRITÓRIO e TERRITORIALIDADE	41
3.1	TERRITÓRIO	44
3.2	TERRITORIALIDADE	50
4	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL	54
4.1	CAPITAL SOCIAL	58
4.2	SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS	61
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	68
5.1	MÉTODOS	68
5.2	PROCEDIMENTOS	70
5.3	FONTES DE DADOS	70
5.3.1	População e Amostra	72
5.3.2	Tratamento de Dados	74
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES	76
6.1	Dimensão Histórica	76
6.2	Dimensão Técnico-Teórica	90
6.3	Dimensão Institucional	100
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116

REFERÊNCIAS

ANEXO

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tradicional, o sentimento de pertencimento que os atores sociais têm sobre o seu território, a transmissão de saberes entendido como patrimônio cultural da comunidade através das relações sociais e de confiança representam subsídios teóricos importantes para abordar as dinâmicas de desenvolvimento socioeconômico dos territórios rurais.

Para estudar estas dinâmicas, optou-se por utilizar um arcabouço teórico que permitisse responder às questões de pesquisa que guiaram este trabalho levando-se em consideração as dimensões histórica, técnico-teórica e institucional dos agricultores familiares pesquisados.

De acordo com Schneider (2003) algumas teorias vêm servindo de base para essas abordagens, como os Sistemas Produtivos Localizados (SPLs). Estas são utilizadas para compreender as trajetórias e dinâmicas socioeconômicas dos territórios rurais e tentam propor novos instrumentos e políticas de desenvolvimento, ajustados ao perfil de cada território e às suas potencialidades locais.

Entre os SPLs, emerge uma perspectiva que pode contribuir para a identificação e caracterização dos diferentes tipos de territórios rurais e de suas aglomerações produtivas, a abordagem dos Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL) como articulador da história e do patrimônio cultural e natural dos territórios envolvidos.

Neste cenário, as articulações das relações sociais, de trabalho e de produção alimentar constituem os Sistemas Agroalimentares Localizados - SIAL como forma de organização e possível processo de desenvolvimento com presença ativa dos atores sociais dentro do sistema produtivo.

De acordo com Muchnick (2002), os Sistemas Agroalimentares Localizados são um tipo de organização de atividades agroalimentares, em que as dinâmicas territoriais desempenham um papel decisivo em termos de coordenação entre as partes interessadas e ao desenvolvimento de atividades de produção, foco da presente pesquisa.

Neste contexto, a análise das produções agrícolas dos agricultores familiares tradicionais dos Estados de MS e SC foi desenvolvida a partir da

abordagem dos Sistemas Agroalimentares Localizados – SIALs, para melhor compreender aquelas dinâmicas territoriais, possibilitando-nos realizar comparações daqueles agricultores familiares. Para isso, decidiu-se por levar em conta:

(i) a dimensão histórica, abordando a formação cultural do território e de sua identidade, o sentimento de pertencimento, bem como sua possível influência nos comportamentos de cooperação, concorrência entre os atores, caracterizando assim a agricultura familiar tradicional;

(ii) a dimensão técnico-teórica, ao observar e analisar os saberes e técnicas utilizadas em torno da produção na propriedade; no saber-fazer compartilhado;

(iii) a dimensão institucional, buscando analisar as relações entre os atores, e o efeito prolongado, que é visto através da mudança do papel desempenhado pelos produtos nos sistemas produtivos, como uma estratégia de persistência dos agricultores familiares tradicionais.

O mapa 01, mostrado a seguir, apresenta a localização dos dois Estados Brasileiros, os quais fazem parte desta pesquisa. Mato Grosso do Sul, situado na região Centro-Oeste e Santa Catarina na região Sul.

Os municípios que fazem parte do estudo são Terenos e Rochedinho no MS e a população de Cubatão, Rio dos Cedros e Teresópolis em SC.



Mapa 01: Localização dos Estados do Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.
Fonte: Guia Net.

Para subsidiar tais reflexões que se pretenderam realizar, foi utilizado como método de pesquisa o estudo exploratório, através do estudo multicaso. A coleta de dados ocorreu em Março/2011 através de questionário estruturado onde este foi aplicado a cem agricultores familiares. Esta amostra é não probabilística e intencional sendo igualmente distribuída nos dois Estados. Este projeto está inserido em uma pesquisa maior aprovado pelo CNPq e contou com a parceria da AGRAER no MS e EPAGRI em SC. O tratamento dos dados foi feito através de análises descritivas.

A pesquisa de campo foi realizada em Março de 2011, mas vale ressaltar que entre Junho e dezembro de 2010 foram feitas visitas aos agricultores familiares tradicionais, momento este que serviu para um primeiro contato com os agricultores, onde foi possível ter as primeiras impressões de seus comportamentos, hábitos de vida, análise dos saberes e técnicas utilizadas, produção, relações de cooperação e a vida em comunidade.

Em Janeiro de 2011 foi realizado o pré-teste do questionário, a fim de verificar se haveria necessidade de adaptações e/ou inclusões de outras questões.

Já na aplicação do questionário piloto, uma das principais preocupações dos agricultores familiares, constatadas neste processo, foi a geração de renda para

manter a produção e como este processo produtivo se desenvolve, ou seja, os entraves ao longo da cadeia produtiva.

Para tentar minimizar esta dificuldade, foi declarado que eles procuram diversificar as atividades, trabalhando com agricultura, pecuária de leite e corte, frango, algumas frutas e uma série de outras possibilidades de culturas consorciadas, procurando realizar parcerias, em algumas situações – como constatado em MS, de cooperação no processo produtivo.

Para tratamento dos dados, julgou-se interessante compreender a gestão das cadeias produtivas, dos agricultores familiares pesquisados, por meio das suas relações culturais, de seus saberes e competências através do saber fazer específico – *savoir faire* - e por meio das tramas institucionais, instrumentalizadas através da cooperação dos atores envolvidos, para isto, optou-se por utilizar dois dos quatro objetos de investigação propostos Muchnik (2006):

(A) a cooperação dos atores através das suas tramas institucionais, regras e normas e,

(B) a dinâmica dos saberes e competências.

Pode-se observar que a agricultura familiar é bastante significativa nos dois Estados e que, como estratégia de desenvolvimento, os agricultores pesquisados poderiam agregar valor a seus produtos a partir da identidade territorial dos atores sociais, através do processo de cooperação.

A seguir constam os capítulos que descrevem os objetivos e que abordam temas relacionados à agricultura familiar e as inter-relações de seus atores sociais, por meio do capital social e da dinâmica dos saberes e competências, bem como a metodologia utilizada e os resultados obtidos.

1.1 QUESTÃO DE PESQUISA

De que forma os valores associados aos territórios de dois Estados brasileiros podem influenciar na dinâmica e no desenvolvimento das produções agrícolas com participação de agricultores familiares tradicionais?

1.2 JUSTIFICATIVA

A agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos para a população brasileira respondendo por 30% dos alimentos consumidos diariamente pelos brasileiros e alguns produtos básicos da dieta do brasileiro como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca, café e pequenos animais chegam a ser responsável por 80% desta produção (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2004).

Diante do exposto, as discussões sobre a importância social, econômica e cultural da agricultura familiar na sociedade contemporânea ganha maior valor ao propiciar um ambiente mais favorável para o debate da importância dessas unidades produtivas não só para o abastecimento de alimentos, mas também para a sociedade, pois, ao longo dos últimos anos o mercado vem valorizando a oferta de produtos diferenciados.

Com isso, os estabelecimentos familiares rurais passaram a ser estudados, em seus aspectos produtivos, econômicos e sociais, ao elaborarem produtos locais, capazes de lançarem singularidades expressas em produtos ou serviços que permitem serem reconhecidos em diversos âmbitos do consumo, tornando esta estratégia em uma potencial ferramenta de agregação de valor.

Esta se tornou uma estratégia de desenvolvimento com foco na valorização territorial, onde prevalece o desenvolvimento de uma sociedade mais justa socialmente, com fortes relações socioculturais, tornando assim, seus atores sociais, responsáveis pela sua própria sustentabilidade (SANTIN, 2005).

Estas novas territorialidades se baseiam na construção de uma Identidade como propulsora de desenvolvimento territorial rural, onde as peculiaridades vinculadas ao território podem ser reconhecidas e protegidas.

Neste contexto Haesbaert (2005, p. 87) assegura:

“Todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando referido a uma determinada problemática, a uma questão. Assim, o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço”.

As articulações entre território, identidade, cultura e mercado permitem, a interpretação de um esforço geográfico, permeado por uma identidade construída histórica e socialmente, formando laços de proximidade e interdependência, possibilitando qualidade e vantagens aos produtos e serviços locais, conferindo maior competitividade, gerando resultados virtuosos e sendo assim, uma forma de acesso aos mercados (DULLIUS, 2004).

A necessidade de individualizar e diferenciar produtos estabeleceu mecanismos de proteção e divulgação da identidade do território e das especificidades locais: os Sistemas Agroalimentares Localizados. Esta forma de reconhecimento permitiu a valorização dos atributos locais específicos, associados, no imaginário do consumidor às relações de produção com a cultura e tradição, tipicidade e qualidade (LITTLE, 2002).

Associando as relações sociais do território à estratégia de valorização de produtos locais, com base na política de diferenciação, os Sistemas Agroalimentares Localizados constituem uma nova ferramenta estratégica para a agregação de valor aos produtos locais, além disso, por estarem pautados nos saberes, modos de ser e de fazer local passado de geração para geração, estão passíveis de reconhecimento em múltiplas esferas de consumo (DULLIUS, FROEHLICH, VENDRUSCOLO, 2008).

Neste contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar as relações de cooperação das produções agrícolas de agricultores familiares tradicionais de dois Estados brasileiros (Santa Catarina e Mato Grosso do Sul), para melhor entender como a história, os saberes, os valores dos territórios e as relações de cooperação podem influenciar as atividades dos agricultores familiares nas suas relações de produção.

Teve-se interesse na verificação das relações sociais, através dos laços de confiança e cooperação que pudessem mostrar relações colaborativas de trabalho. Assim, o SIAL serviu como uma abordagem para compreender a dinâmica de produção e cooperação dos agricultores familiares dentro do seu território.

Pretendeu-se, desta forma, contribuir para o entendimento da relação entre o sistema de gestão dos empreendimentos agrícolas rurais familiares e a territorialidade, analisando se as dimensões histórica, técnico-teórica e institucional dos dois casos (MS e SC) contribuem para maior cooperação entre as famílias e se os valores de cooperação influenciam as formas de gestão ao longo da cadeia.

1.3 OBJETIVO GERAL

Analisar as relações de cooperação de agricultores familiares tradicionais de dois Estados brasileiros (Santa Catarina e Mato Grosso do Sul), através das relações histórica, técnico-teórica e institucional.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar se a dimensão histórica dos dois casos estudados (MS e SC) contribui para maior cooperação entre as famílias de agricultores familiares tradicionais;
2. Analisar se as respostas podem indicar que os valores de cooperação influenciam as formas de gestão ao longo da cadeia produtiva.

2 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar não é uma categoria social recente, mas estudos sobre o meio rural tornaram-se papel fundamental no desenvolvimento contemporâneo para quais as ciências sociais atribuem importância na estruturação ambiental, sociocultural, econômica e política, trazendo à tona um sujeito social ocultado em todo o processo histórico do país, abrindo caminhos para ampliar e intensificar o debate acadêmico sobre a agricultura familiar.

Diante da ação do homem que deixou de ser nômade e fixou-se em um lugar a partir de processos produtivos a fim de satisfazer suas necessidades ao cultivar algumas espécies de plantas e animais e posteriormente utilizando a terra, não somente como meio de subsistência, mas modificando-a para o cultivo de alimentos a fim de satisfazer suas necessidades naturais, a agricultura familiar desenvolveu-se, utilizando como elementos centrais a família, o trabalho e a propriedade e esta relação define os objetivos econômicos e a forma de se inserir na sociedade (LAMARCHE, 1993).

As questões sociais, no que tange a agricultura familiar, tornaram-se complexas, onde nos faz refletir sobre as múltiplas relações entre a história e a sociedade. Harriet Friedmann (1991) em seus estudos dedicou-se a entender o porquê da agricultura familiar continuar existindo enquanto categoria social. Na sua concepção, a autora relata que a agricultura familiar, mesmo arraigada em um contexto capitalista, preserva um traço distinto, que é a não separação do trabalho e sua gestão.

A agricultura familiar, mesmo inserida em mercados capitalistas, se apoiou em uma forma social de trabalho, cultivando o campo através de uma rede de relações sociais e caracterizando-se ao longo da história por utilizar, principalmente, mão-de-obra familiar. Constituiu-se através de heranças culturais, ou seja, um saber-fazer adquirido ao longo da vida, utilizando-se de recursos materiais, sociais e do capital humano nas relações econômicas e políticas que estabelecem e ainda a forma específica como percebem e interagem com a natureza (FRIEDMANN, 1991).

E isto acontece na convivência cotidiana com o meio ambiente imediato que precisa ser apropriado, socializado e transformado em produto econômico do

trabalho que garanta a reprodução tanto da família como do próprio sistema produtivo (BRANDÃO, 1999).

Este contexto deixa claro que o que diferencia a agricultura familiar da patronal é o uso, mesmo que não exclusivo, da mão-de-obra familiar, almejando a garantia de seu núcleo, ou seja, garantir a permanência da família na atividade, em vez, somente, do trabalho assalariado e somente a busca do lucro e acumulação de capital, como na agricultura patronal. Blum (1999, p. 71) relata que as propriedades empresariais “são propriedades cuja produção é voltada para o mercado, quando mão-de-obra contratada em número maior do que nas propriedades familiares”.

Esta colocação vai ao encontro à posição de Wanderley (1999), quando a autora define a agricultura familiar como sendo aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

Buainain *et.al.* (2005), consideram estabelecimento agrícola familiar aquele cuja direção do trabalho é feita pelo proprietário rural e onde a mão-de-obra familiar utilizada é superior a contratada.

Neste ambiente se verifica a capacidade das unidades familiares produzirem alimentos a baixo custo, sem ou com baixa remuneração da força de trabalho contratada. Sob tais circunstâncias, as particularidades da agricultura familiar deram aos atores sociais uma vantagem competitiva (MULLER, 2007).

De acordo com Queiroz (1973), o agricultor não produz mais em primeiro lugar para sua sobrevivência, e sim para vender em um mercado regional, nacional e internacional e justificando a consolidação desta reprodução. Servolin (1989) aponta que a agricultura praticada em moldes familiares, bem como seu desenvolvimento no percorrer da história contemporânea, só pode ser compreendida, se admitirmos que nossas sociedades preferiram esta forma de produção à outra.

Durante anos, os estudos e as experiências relatadas tanto na Europa como nos Estados Unidos demonstraram que a base social do desenvolvimento da agricultura moderna nos países capitalistas originou-se da agricultura familiar. Nestes países não só os rendimentos por unidade agrícola, mas a própria produtividade do trabalho cresceu muito (ABRAMOVAY, 2007). O autor, contrariando teorias que previam que, com o desenvolvimento do capitalismo, haveria a eliminação da estrutura agrícola familiar, constata que é “em torno do

estabelecimento familiar que se estrutura socialmente a agricultura nos países capitalistas avançados” (ABRAMOVAY, 1998).

Mior (2003, p. 16-17) entende que a “origem e evolução destas agroindústrias familiares podem ser vistas como uma construção social na qual um conjunto de fatores sociais, econômicos e culturais interage quando do processo de tomada de decisão por parte dos agricultores e suas famílias”.

A agricultura vem, cada vez mais, se desenvolvendo, no entanto, a identidade territorial carregada pelos tradicionais agricultores familiares, tem sido apontada, como oportunidades econômicas despertadas pelo apelo particular de produtos regionais. Como acrescenta Muchnick (2006), oferece produtos considerados superiores pelo consumidor, devido a suas características diferenciadas.

Nos países capitalistas modernos, como é o caso da França, a agricultura foi desenvolvida sobre a base de uma produção agrícola familiar com enfoque de multifuncionalidade, ou seja, valorizando e promovendo funções socioambientais a fim de garantir aos consumidores uma qualidade sustentável de seus produtos identificados com seu território. O objetivo é a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura, que garanta a soberania alimentar como direito dos povos definirem sua própria política agrícola, bem como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento com socialização da terra e da renda. (STÉDILE, 1994).

Ao estudar processos globais, Giddens (1997) demonstra como os acontecimentos locais interferem e influenciam o que acontece em todo o mundo, do mesmo modo que o global também influencia o local. Diante deste fato, torna-se possível explicar como estas experiências globais influenciaram e consolidaram as relações de produção capitalista e o desenvolvimento das forças rurais no Brasil, não como movimento espontâneo, mas atribuído ao direcionamento imposto e estipulado pelo Estado a fim de implementar mudanças estruturais.

Assim, a história brasileira foi marcada com base na monocultura, em especial o cultivo da cana-de-açúcar, café e a partir do século XX, a soja, a laranja entre outros, cultivados por grandes proprietários de latifúndios e capitalistas agrários, – o sistema patronal – o qual utiliza pouca quantidade de trabalhadores residentes e apresenta uma forte concentração de renda e exclusão social e sua

orientação de produção ou investimentos é feita em função das expectativas do lucro.

Wanderley (2001) formula uma hipótese geral, onde, no Brasil, a grande propriedade dominante se impôs como modelo socialmente constituído, recebendo estímulos expressos na política agrícola, modernizando-a e assegurando sua reprodução.

Este contexto demonstra que o Brasil, diferentemente de outros países, não elegeu a agricultura familiar como mantenedora do desenvolvimento do país, ao contrário, baseou sua produção em produtos com melhoria genética, uso intensivo de insumos industriais, com mecanização e diminuição dos custos de manejo, através da chamada Revolução Verde, onde o Brasil entrou na Era do Agronegócio, atingindo somente mercados de grande escala, onde produtos ao perderem características específicas, passaram a serem tratados como *commodities*¹

Neste ambiente, o meio rural brasileiro tem se caracterizado por imensas disparidades de espaço e renda. E nesse contexto que se encontram as propriedades rurais familiares que em um primeiro momento ocuparam uma posição secundária no que tange a políticas agrícolas e incentivos creditícios e muitas vezes, erroneamente, esteve associada à pobreza no meio rural e à ineficiência de fatores produtivos.

A partir da década de 90, os agricultores familiares conseguiram conquistar seu espaço por possuírem um perfil essencialmente distributivo decorrente da capacidade às transformações socioeconômicas em que foram submetidos, e incomparavelmente melhor em termos socioculturais.

Hoje, a agricultura familiar é constituída de pequenos e médios produtores rurais, comunidades tradicionais e assentamentos de reforma agrária (Wanderley, 2001).

Conforme Maria de Nazareth Wanderley (1999, p. 38),

“...a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto uma forma social específica de produção. Assim,

¹ 1-Termo da língua inglesa que significa mercadoria com características homogêneas e padronizadas e que atenda a pelo menos três requisitos mínimos: a) padronização em base de comércio internacional; b) possibilidade de entrega nas datas acordadas e c) possibilidade de armazenagem ou de venda em unidades padronizadas (AZEVEDO, 2001).

a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade”.

A tabela 01 demonstra as principais diferenças entre a agricultura familiar e a patronal:

Agricultura Patronal	Agricultura Familiar
Separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão devem estar relacionados
Organização centralizada	Direção do processo de produção assegurada pela família
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Processos produtivos controlados	Imprevisibilidade do processo de produção
Tecnologias voltadas à redução da mão-de-obra	Especificidade de cada processo produtivo exige aprendizagens da mão-de-obra familiar
Dependência de insumos comprados	Insumos internos

Tabela 01: Principais diferenças entre a agricultura familiar e a patronal.
Fonte: FAO/INCRA, (1994).

Nas análises das definições de agricultura familiar e patronal, percebe-se o quanto é difícil obter uma diferenciação das categorias, para alguns a extensão dos estabelecimentos é a variável mais importante na diferenciação, porém, para autores como Blum (1999), a agricultura familiar tem características próprias, como por exemplo, a gerência da propriedade é feita pela família, o trabalho é desempenhado, em sua maior parte, pela mão-de-obra familiar e os fatores de produção pertencem à família e são passíveis de sucessão, na patronal o autor menciona que:

“O proprietário, na maioria das vezes, não mora na propriedade. Geralmente, são propriedades de médias a grandes, acima de 200 ha; usam alta tecnologia (total mecanização das culturas e uso racional de insumos modernos, com fertilizantes, corretivos, inseticidas, herbicidas,

fungicidas, e bom manejo das culturas) e recorrem ao crédito rural para viabilizar o seu sistema produtivo. A renda provida da atividade agrícola é boa devido à grande escala de produção” (BLUM, 1999, p. 71).

Wanderley (2001, p. 21-22) expressa que “A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação” levando o mercado, constantemente, a se ajustar a fim de construir sua própria dinâmica territorial.

Neste contexto muitas terminologias foram empregadas no Brasil para referir-se a essa forma de organização que hoje se define como agricultura familiar. Falava-se de pequeno agricultor, agricultura de subsistência, agricultura de baixa renda, agricultura camponesa, porém, estes conceitos o delimitavam como sendo um setor atrasado, do ponto de vista econômico, tecnológico e na questão social, julgavam o pequeno produtor como alguém que vivia em condições precárias, voltado fundamentalmente para a produção de produtos alimentares de subsistência.

Segundo Gorender (2002), com a atual situação da agricultura brasileira por via da pequena exploração familiar, onde esta garante a maior parte do abastecimento alimentar das populações urbanas.

No enfoque trabalho, renda e alimentos em que a agricultura familiar está inserida, Maluf (2004, p. 300) considera:

“A agricultura de base familiar como a forma conveniente de ocupação do espaço agrário. A promoção dos pequenos produtores de alimentos promove a equidade e a inclusão social em simultâneo a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos à população produzidos sob formas sustentáveis. As atividades que se está propondo estimular são elas mesmas, grandes geradoras de ocupação e de renda, em simultâneo a sua condição de ofertantes de alimentos de qualidade e diversificados”.

Mesmo diante da evolução histórica em que se encontra a agricultura familiar, muitos autores ainda valorizam o conceito de campesinato tradicional, como é o caso de Wanderley (2001). Para essa autora, a agricultura camponesa tradicional é uma das formas sociais de agricultura familiar que ainda guarda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos

problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças.

De acordo com Porto e Siqueira (1994), no período de 1950 e 1970, falava-se em campesinato, a partir de 1970 a discussão centrava-se em torno de pequena produção ou de baixa renda. Stédile (1994) relata que a agricultura familiar também difere da pequena produção, de subsistência, a partir da possível inserção da modernização na unidade agrícola.

Uma leitura importante destas distinções de termos foi feito por Fernandes (2001, p. 29-30), onde o autor diferencia a agricultura familiar da camponesa defendendo:

“O produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico- política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal”.

Para Abramovay (1992), nem sempre se pode definir o agricultor familiar como camponês, enquanto que os camponeses podiam ser entendidos como sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto a mercados imperfeitos. A agricultura familiar, segundo o mesmo autor, é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais.

Estes conceitos, quando adotados no Brasil, deixaram de considerar aspectos singulares e complexos que constituem a agricultura familiar, a importância da dimensão cultural do agricultor familiar, como este se apresenta conhecedor do modo especial e detalhado de tratar a terra, a plantação e seus animais e o comprometimento com o respeito e preservação da natureza (BRANDÃO, 1999).

Mesmo diante dessa diversidade de denominações, guardadas as devidas particularidades de cada uma, verifica-se um traço comum entre elas: a combinação simultânea entre propriedade, trabalho e família, dinâmicas quando se trata da agricultura familiar associada a sua identidade e a um saber tradicional.

Diversos estudos acadêmicos têm tratado de caracterizar e investigar os impactos do estabelecimento das relações de integração sobre a vida dos agricultores (PAULILO, 1990).

No Brasil, a construção da agricultura familiar enraizada com sua identidade, veio promover seu desenvolvimento através da identificação da função estratégica que os produtores familiares poderiam exercer na sociedade moderna, e foi impulsionada, a partir da década de 90, pelo debate sobre desenvolvimento sustentável; geração de emprego e renda; segurança alimentar e desenvolvimento local.

Esta afirmação vai ao encontro às especificidades apresentadas da agricultura familiar na Agenda 21², capítulo 14 que trata do Desenvolvimento Rural, onde se defende a promoção de formas sustentáveis de produção agrícola, conjuntamente com medidas promotoras de inclusão social como condição para efetivar as ações de proteção ambiental, transmitindo a compreensão de que a agricultura familiar reúne funções importantes para o desenvolvimento do País (CNUMAD, 1995).

É nesse sentido que se desenvolveu uma proposta de programa de fortalecimento da agricultura familiar voltado para as demandas dos trabalhadores – sustentado em um modelo de gestão social em parceria com os agricultores familiares e suas organizações – o Pronaf (CARNEIRO, 1997).

O Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF - foi implementado, em 1996, onde o mesmo representou o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades dos agricultores familiares, que até então eram reconhecidos pelos diversos termos aqui já apresentados. O PRONAF desenvolveu-se com o intuito de direcionar recursos para os agricultores familiares. De acordo com seu manual operacional, o objetivo geral do programa foi “o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto

² A Agenda 21 foi um dos principais resultados da conferência Eco-92 ou Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. É um documento que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais.

e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e profissionalização dos produtores familiares” (BRASIL, 1996).

Neste contexto, o termo agricultura familiar se consolida através da divulgação do estudo realizado no âmbito de um convênio de cooperação técnica entre a Organização das nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde o mesmo define agricultura familiar “[...] a partir de três características centrais: i) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; ii) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; iii) a propriedade dos meios de produção pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva” (INCRA/FAO, 1994).

Este estudo definiu um modelo para a agricultura familiar, ou seja, a relação entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.

A partir do trabalho FAO/INCRA nasceu a separação entre agricultores patronais e agricultores familiares. Diante desta definição, Guanzirolli *et. al.* (2001) observam que a escolha para definir os agricultores familiares, ou a de critérios para separar os estabelecimentos familiares dos patronais, não é uma tarefa fácil. Para o autor nenhum critério está livre de certo grau de arbitrariedade, mas é neste contexto que as particularidades da agricultura familiar se distanciam da patronal ao considerar-se contribuições que a agricultura familiar apresenta para a manutenção e divulgação de valores tradicionais, sociais e culturais decorrentes de fatores associados à identidade social e a formas de sociabilidade das famílias e comunidades rurais.

Posteriormente, o Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA – a fim de resgatar o papel do agricultor familiar como ator social atuante estabeleceu diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, delimitando-os formalmente através da lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 que definiu agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, alguns requisitos

como: i) a área média do estabelecimento ou empreendimento rural de até 04 (quatro) módulos fiscais; ii) mão-de-obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas deve ser predominantemente familiar; iii) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e iv) o estabelecimento ou empreendimento deve ser dirigido pela família (BRASIL, 2006).

É nas ações conceituais empreendidas por esse conjunto de organizações, buscando compreender o papel exercido pelos agricultores familiares que se consolida o meio rural, colocando este agricultor familiar como importante ator social para o desenvolvimento do setor agrícola e conseqüentemente de toda a economia do país. Assim, o meio rural, que antes era visto como fonte de problemas, hoje aparece como portador de soluções, vinculadas à melhoria do emprego e da qualidade de vida (WANDERLEY, 2001).

A agricultura familiar brasileira apresenta-se com múltiplas funções na dinâmica econômico-social do país, como por exemplo, a capacidade de fornecer alimentos ao mercado, a função de geração de emprego e a função de preservação ambiental. Os agricultores são construtores e parceiros da sociedade e apesar de serem portadores de tradições familiares, como formas de produção e hábitos de vida, devem se adaptar às condições modernas de se produzir e de viver em sociedade (LAMARCHE, 1993). Este pode ser o principal entrave encontrado na agricultura familiar brasileira.

Neste sentido, Carneiro (1998) considera importante esta pluriatividade como uma condição para manter a população no campo, sustentando-se exclusivamente na atividade agrícola. Assim, o apoio à agricultura familiar tem que ser pensado no âmbito do desenvolvimento local no qual os aspectos econômicos, sociais, ecológicos e culturais devam ser igualmente levados em conta na busca de soluções não excludentes.

De acordo com Batalha, Buainain e Souza (2004) e Espírito Santo (2003) a tecnologia utilizada é de extrema importância no planejamento e na gestão dos empreendimentos agrícolas familiares. O desenvolvimento de integração entre os agricultores, a fim de buscarem inserção nos mercados, preços mais justos e maior competitividade, apresenta-se como uma boa estratégia para que não percam fatias deste mercado.

Outro importante desafio constatado por Veiga (2009) é encorajar os agricultores familiares a se associarem com o objetivo de valorizar o seu território para fornecerem meios necessários ao desencadeamento do processo para que possam articular estratégias de desenvolvimento competitivas e sustentáveis.

É importante salientar que os dados da agricultura familiar, aqui empregados, basearam-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, através do Censo agropecuário de 2006, elaborado a partir da Lei 11.326/2006, sem desconsiderar o estudo FAO/INCRA, aqui já mencionado.

Os dois possuem núcleo em comum, como a direção do estabelecimento exercida pelo produtor com sua família, e a utilização predominantemente da mão-de-obra da própria família, nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento e diverge em outros pontos como mostra a tabela 2.

As principais diferenças entre as duas caracterizações dizem respeito a:

	FAO/INCRA	CENSO 2006
Área do estabelecimento	15 módulos médios e regionais	04 módulos médios
Caracterização do rendimento das atividades	Inclui como familiares estabelecimentos com maior proporção dos rendimentos obtidos fora dele	Vedado
Mensuração dos trabalhos familiares e contratados	Indicadores de outras pesquisas que não o Censo	Ver cálculo Censo 2006

Tabela 02: Características da agricultura familiar segundo FAO/INCRA e CENSO 2006.

Fonte: Desenvolvido pela autora através de dados do Censo Agropecuário 2006.

Dados do IBGE, através do Censo 2006, mostraram que os agricultores familiares se encontram ainda marginalizados em relação ao acesso a terra, pois foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Os estabelecimentos familiares correspondem a 24,3%, com área média de 18,37 hectares, com 15,6% de área ocupada, enquanto a área média de estabelecimentos não familiares é de 309,18 hectares, com 75,7% da área ocupada (IBGE, Censo agropecuário 2006).

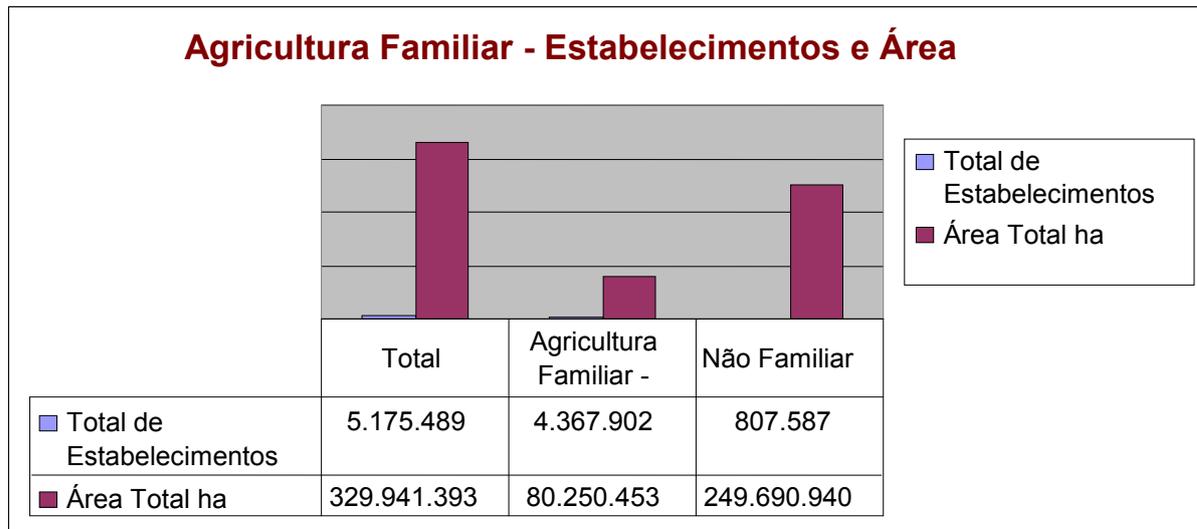


Gráfico 01: Número de estabelecimentos e total de área (agricultura familiar e não familiar).
Fonte: Desenvolvido pela autora a partir do Censo agropecuário, (2006).

Mesmo controlando uma parcela de terra menor que os patronais, a agricultura familiar utiliza seus recursos de forma mais intensa possuindo uma marcante participação na produção alimentar nacional.

A agricultura familiar é importante fornecedora de alimentos para a população brasileira com produções de feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca, café e pequenos animais, como é o caso de MS e SC (gráfico 02).

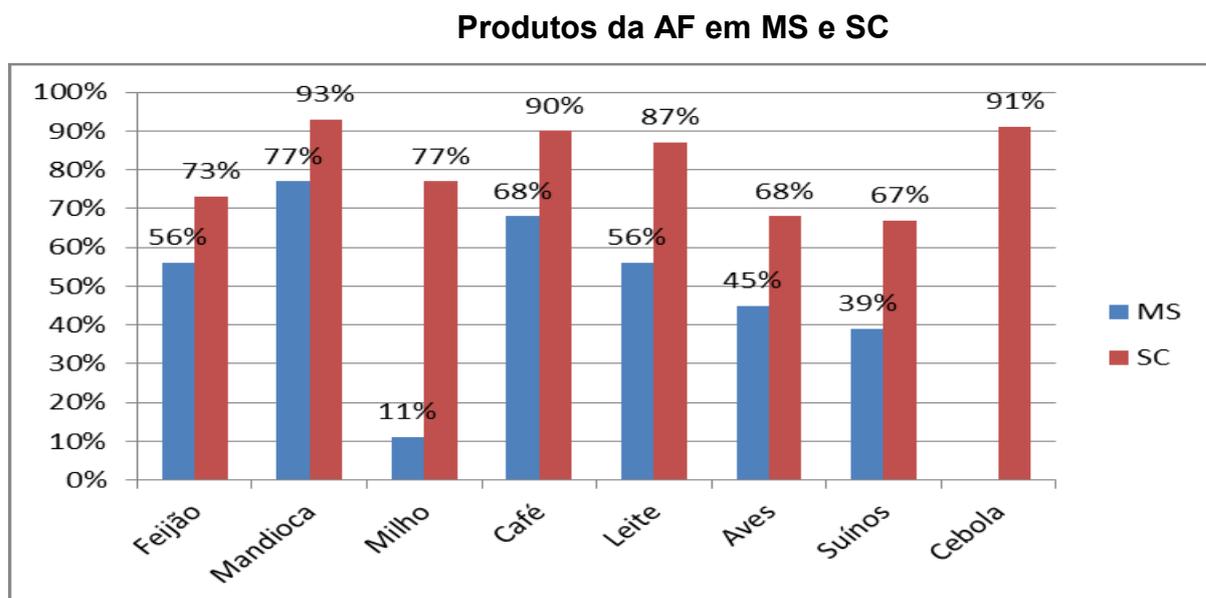


Gráfico 02: Participação da agricultura familiar no MS e SC.
Fonte: Desenvolvido pela autora através de dados do Censo Agropecuário 2006.

Empregando cerca de 12 milhões de pessoas, constatou-se, ainda, que a agricultura familiar gera um valor bruto de produção (VBP) por área total de 667/R\$/ha/ano, que é 89% superior ao gerado pela agricultura não familiar – 358/R\$/ha/ano (IBGE - Censo agropecuário 2006).

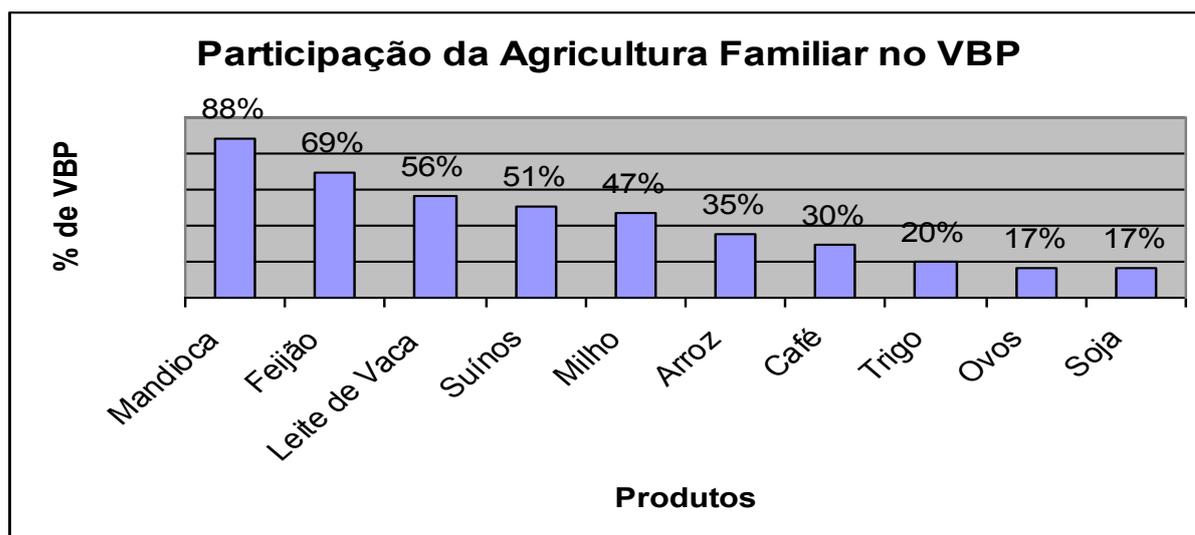


Gráfico 03: Participação da agricultura familiar no VBP.

Fonte: Desenvolvido pela autora através de dados do Censo Agropecuário 2006.

Historicamente tem-se observado a reprodução e o desenvolvimento das atividades agrícolas com o aproveitamento de recursos disponíveis nestas unidades territoriais delimitadas pela identidade sócio-cultural, com ações individuais e coletivas, destacando as características locais neste ambiente.

As oportunidades alcançadas pela agricultura familiar, ao estabelecer uma relação com base social e organizativa dos atores envolvidos com a perspectiva de desenvolver potencialidades específicas ao tentar buscar meios de suprir necessidades e demandas dos agricultores familiares, cria novas estruturas de negócios, de gestão e de cooperação, orienta possíveis estratégias de redefinição do desenvolvimento local em que a agricultura familiar tem sido identificada ao resgatar sua produtividade associando conceitos de cultura, tradição e identidade. Estes aspectos vão ser propulsores no processo de desenvolvimento, com seu alto poder de agregação de valor nas atividades produtivas rurais que, nesta pesquisa será abordada como potencialidades da agricultura Familiar Tradicional.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL

A partir de uma perspectiva territorialista que considere todas as dimensões da agricultura familiar Fernandes (2006) enfatiza que pensar na terra como território significa compreendê-lo como espaço de vida, onde se realizam todas as dimensões da existência humana. Nestas dimensões territoriais acontecem todas as relações sociais dos agricultores familiares como educação, cultura, produção, infra-estrutura, organização política, mercado.

Os aspectos singulares e complexos que constituem a agricultura familiar tradicional são capazes de desenvolverem estímulos econômicos e garantir segurança alimentar através do contexto histórico em que são encontrados e as condições que os recursos naturais se encontram e como são tratados.

Pecqueur (2004) relata que estas comunidades estão fortemente ligadas com o sentimento de pertencimento a terra; suas transmissões de saberes – *savoir faire* – estão implicitamente entendidas como patrimônio cultural e há efeito permanente e importância dos atores locais. Como se pode observar as comunidades agrícolas tradicionais estão intimamente interligadas com a noção de territorialidade.

Veiga (2007) escreve que este é o lócus mais indicado para a consolidação de um novo padrão de produção agrícola, dado que os insumos são ecologicamente corretos e seus produtos possibilitam a articulação da sua história com o patrimônio cultural e material dos territórios, levando assim a sociedade urbana a valorizar a agricultura familiar tradicional.

A agricultura familiar tradicional é uma diversidade da agricultura familiar, que se caracteriza na sua origem histórica e em seu contexto social - costumes, práticas, saberes e crenças -, diferenciando assim, a agricultura familiar tradicional, por relações estruturantes entre população, espaço e desenvolvimento e por seus produtos, onde estes provêm de uma reputação tradicional com costumes relacionados ao trabalho, ao convívio social, às relações sociais, à religiosidade e à fé se constituindo e se traduzindo por meio de práticas, hábitos e símbolos, capazes de diferenciar a produção local, através de sua identidade.

O reconhecimento de diferentes formas da agricultura familiar, fez com que alguns autores, como Baiardi (1999) identificasse alguns tipos de agricultura familiar

e dentre eles a agricultura familiar tradicional como tipicamente colonial, onde sua gênese se relaciona à permanência na área de ocupação com famílias que tem grande tradição rural.

Little (2002) confirma definindo “tradicional” como: regime de propriedade comum; sentimento de pertencimento a um lugar específico; profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva, ou seja, territorialidades, saberes e modo de vida e produção específica. Estes fatores reforçam o conceito de territórios sociais, entendendo-se estes como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, controlar e se identificar com uma parcela do ambiente biofísico.

Wanderley (1996) relata que o tradicional é marcado pela cultura, por determinadas regras de parentesco, herança e formas de vida local. Para Almeida (2002), a agricultura familiar tradicional possui características próprias, entre elas, a função alimentar e econômica – autossuficiência dos mercados de consumo -; função social – distribuição de renda e geração de emprego -; função familiar – patrimônio familiar -; função patrimonial – conserva conhecimento, saberes e fazeres tradicionais -; função recreativa – lazer e ludismo -; e função estética – conservando diversidade na paisagem.

A agricultura familiar tradicional é uma constituição social em que seus atores têm formas próprias de uso e posse da terra com aproveitamento ecológico dos recursos naturais, cultivo da vida comunitária e preservação da memória comum (LITTLE, 2002).

Diante do exposto, constata-se que as populações rurais tradicionais possuem conhecimento profundo da natureza, refletindo na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais, não possuindo características predadoras, limitadas, graças ao uso de tecnologia relativamente simples e com pouco impacto sobre o ambiente (ANTONIO DIEGUES, 1996 *apud* PAIOLA, TOMANIK, 2002).

Este vínculo com a natureza que relaciona população, cultura e território possibilitam canais de relacionamento com o mercado e programas públicos particulares, direcionados a agricultura familiar tradicional (LUZ e DAYRELL, 2000).

Ao tratar dos povos rurais tradicionais é fundamental perceber que sua cultura é intrínseca às relações de produção e sobrevivência. Este aspecto vai caracterizar de forma particular sua produção ao proteger a origem de seus produtos e agregando valor ao mesmo.

Para subsidiar tais estratégias, destacam-se na Europa as célebres experiências dos vinhos franceses e dos queijos italianos e no Brasil, os vinhos e espumantes do Vale dos Vinhedos no Rio Grande do Sul, e o Café do Cerrado Mineiro (MG), produção de queijo na região de Nossa Senhora da glória, em Sergipe, estes são alguns exemplos decorrentes de estratégias de diferenciação de produtos baseados na tipicidade e qualidade e afirmados pela identidade sociocultural que seus agentes têm com seu território (AMBROSINI, FILIPPI, MIGUEL, 2008).

Observa-se que o mundo contemporâneo vem valorizando a oferta de produtos diferenciados e assim, a agricultura familiar tradicional, através de seu espaço constituído histórica e socialmente, aliados a um saber-fazer específico, mobiliza-se, desta forma, a elaborar estratégias a fim de produzir bens capazes de serem reconhecidos em diversos âmbitos de consumo.

Nesta abordagem, além das características particulares destes tipos de produção, os consumidores tendem a perceber como sadios, corretos e fortemente associados à idéia de soberania, produtos da dieta do seu dia-a-dia que estejam associados à agricultura familiar tradicional (RIBEIRO, 2007 e CARNEIRO, 1998).

Estes produtos possuem atributos positivos, como por exemplo, os naturais ou orgânicos, e devem ser provenientes de uma agricultura ecológica oriundos de projetos de desenvolvimento local, respeitando sempre os aspectos sociais e culturais daquela região (WILKINSON, 2006).

Estes atributos, mesmo que muitas vezes não se transformam em diferencial de preço, quase sempre se transformam em um diferencial de qualidade.

Mesmo em um cenário muitas vezes desfavorável, os aspectos tradicionais das pequenas produções de agricultores familiares tradicionais passam a ser considerados valores de mercado.

Para Wilkinson (2004, p. 57):

“Se a agricultura familiar, novamente, torna-se pequena produção, frente às transformações nas grandes cadeias, esta mesma pequenez é vista cada vez mais como vantagem estratégica, à medida que for associada à tradição, à natureza, ao artesanal, ao local – um conjunto de valores agora premiado pelo mercado”.

Este cenário, onde as culturas ao serem afirmadas por relações próprias e diferenciadas com o ambiente natural e social, estabelecendo vínculo com o território (SANTILLI, 2006) requer um aparato especializado de estratégias que proporcionem ao agricultor diferenciação de seus produtos em termos de qualidade, abertura de mercados, acesso a financiamentos, capacitação, organização e, sobretudo reconhecimento do capital social.

Neste contexto, Carneiro e Maluf (2003) privilegiam quatro funções associadas ao exercício da atividade agrícola: a reprodução socioeconômica das famílias rurais; a promoção da segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade; a manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais.

Vinculado à agricultura familiar, está a análise de desenvolvimento rural onde é passível abordar teorias de redes de relações históricas com o território local/regional para servir de apoio em várias dimensões do processo de criação, desenvolvimento e consolidação dos empreendimentos, onde os mesmos visam entrar no mercado de produtos de qualidade diferenciada (MIOR, 2005).

Partindo deste aporte territorialista e de suas instituições locais e analisando a produção dentro de uma cadeia alimentar, ao transformar práticas alimentares e sistemas de produção em valores reconhecidos como “superiores”, aprofunda-se a interseção do meio ambiente e da identidade cultural abordando como estratégia de diferenciação no processo de desenvolvimento local, os Sistemas Agroalimentares Localizados, abordado como possível ferramenta para analisar as relações sociais dos agricultores familiares tradicionais pesquisados (WILKINSON, 2003).

2.1.1 Agricultura Familiar no Mato Grosso do Sul

O Estado de Mato Grosso do Sul possui uma área territorial de aproximadamente 358,2 mil km² (ou 35 milhões de ha) e se encontra, no sul da região Centro-Oeste, com divisas ao norte com Mato Grosso; ao sul e sudoeste com o Paraguai; ao nordeste com os Estados de Goiás e Minas Gerais; ao leste com o Estado de São Paulo; ao sudeste com o Estado do Paraná e a oeste com a Bolívia.

Seu relevo é o pantanal, planaltos com escarpas, depressões, seus principais rios são: Paraguai, Paraná, Paranaíba, Miranda, Aquidauana, Taquari, Negro, Apa, Correntes, sua vegetação característica é o cerrado a Leste, Pantanal a Oeste, floresta tropical a Sul, tipo de vegetação característico da região Centro-Oeste do Brasil (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010).

As migrações do Estado se deram, primitivamente, por tribos indígenas como os Guaiacurus, Paiaguás e Caiuá - dos quais os habitantes da região herdaram muitos dos costumes e tradições ainda hoje cultivados. O estado, ainda hoje, é o segundo do Brasil em número de habitantes ameríndios, de várias etnias, entre elas, Atikum, Guarany [Kaiwá e Nhandéwa], Guató, Kadiwéu, Kamba, Kinikinawa, Ofaié, Terena, Xiquitano (FUNAI, 2008).

As migrações oriundas dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e da população Nordestina e imigrações de países como Alemanha, Espanha, Itália, Japão, Paraguai, Portugal, Síria e Líbano também foram importantes para o povoamento de Mato Grosso do Sul e marcaram a cultura da região (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010).

O Mato Grosso do Sul é caracterizado como Estado onde a concentração da posse da terra ainda é alta, com área média de 1.215 ha (Censo Agropecuário, 2006) onde há predominância de atividades extensivas como a pecuária de corte, cultivo de mandioca industrial, além das monoculturas da soja, cana-de-açúcar e milho.

Mas, o que se constata no Estado é que a Agricultura Familiar vem aumentando sua presença, com aproximadamente 41.104 estabelecimentos (Censo Agropecuário 2006), os quais, como relatado abaixo, produzem parcela significativa dos alimentos consumidos pela população.

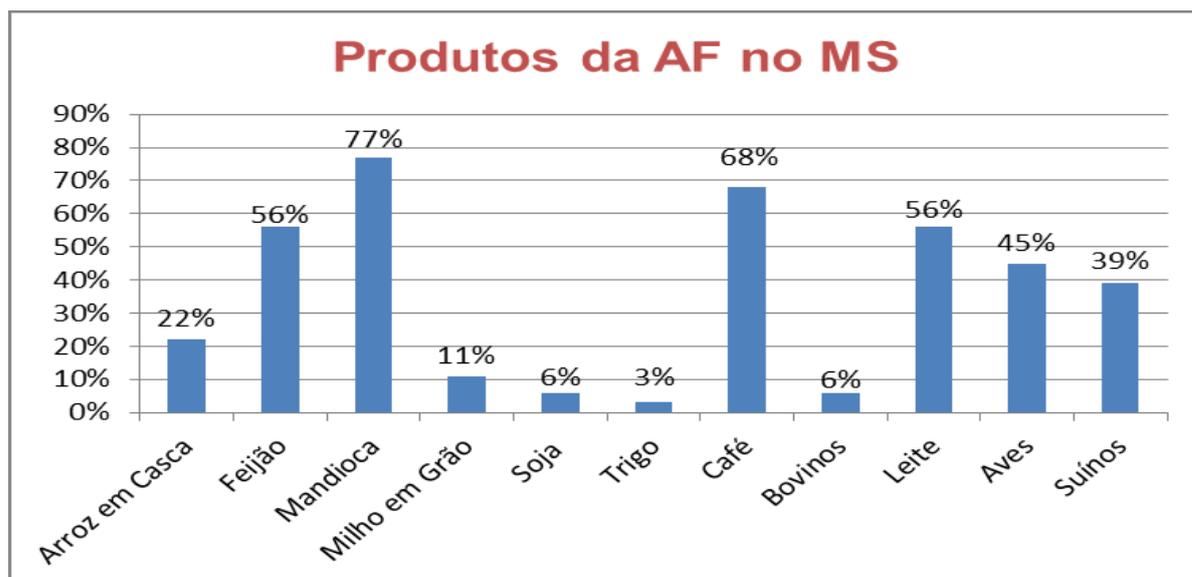


Gráfico 04: Produtos da agricultura familiar no Mato Grosso do Sul.

Fonte: Desenvolvido pela autora através de dados do Censo Agropecuário, (2006).

A agricultura familiar no Estado é um setor estratégico na recuperação do emprego para a manutenção da produção, para redistribuição da renda, para a garantia da soberania alimentar, não só do Estado, mas também, do país e para a construção de um desenvolvimento territorial rural mais sustentável (PROCHMANN e TREDEZINI, 2010).

O que fica registrado é que a valorização do conhecimento e do saber empírico acumulado pelos agricultores nos processos e técnicas de gestão do meio natural, bem como a estruturação de redes e parcerias interinstitucionais, na busca da superação da compartimentação do conhecimento, em direção a uma visão sistêmica e interdisciplinar, formam a base para suprir significativas mudanças no padrão de consumo brasileiro, com crescentes exigências dos consumidores, principalmente de classes média e alta, quanto à qualidade do produto e quanto à sua procedência.

Tais demandas têm sido associadas, principalmente, aos aspectos de segurança alimentar e de preservação do meio ambiente. Essa pressão pela qualidade dos produtos aumentará no futuro, não só, como acontece hoje, no mercado externo como também no interno. Nesse sentido, pode-se destacar o aumento da demanda por produtos orgânicos, oportunidade para a valorização do trabalho dos agricultores familiares do Estado.

No Estado, apresentam-se em torno de 25 mil famílias de agricultores familiares tradicionais e 20 mil famílias de agricultores assentados pela reforma agrária, perfazendo mais de 45 mil famílias ao todo. Além disso, o Estado abriga a segunda maior população indígena do país, com 54 mil pessoas pertencentes a nove etnias, distribuídas em 75 aldeias. Possui, ainda, por volta de 20 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra acampados em barracos de lona à beira das rodovias (INCRA, 2010).

As populações de agricultores familiares tradicionais, foco da presente pesquisa no Estado, encontram-se nos municípios de Rochedinho e Terenos. Em Terenos/MS são aproximadamente 100 famílias de agricultores familiares tradicionais, com descendência – quilombolas, nordestinas, gaúchas e sul matogrossenses – com tamanho médio de propriedade de 30 ha, cujas atividades principais são a pecuária leiteira e avicultura de corte e a comercialização de produtos como o leite se dá através dos laticínios e a de aves com empresas de alimentos. Em Rochedinho/MS, também são aproximadamente 100 famílias, com as mesmas características de tamanho de propriedade e atividades.

2.1.2 Agricultura Familiar em Santa Catarina

O estado de Santa Catarina está localizado no sul do Brasil e tem uma área de 95.318,3 km², que representa 1,13% da superfície do território brasileiro.

Situa-se no centro dos principais mercados do Brasil e dos países do MERCOSUL, facilitando assim, a distribuição e comercialização de seus produtos. A população do estado é majoritariamente descendente de europeus de diversas origens, com predominância, de portugueses, italianos, holandeses e alemães (EPAGRI, 2010).

O Estado de Santa Catarina está entre os seis principais estados produtores de alimentos, dispõe de um patrimônio natural rico e diverso, que contribuiu para moldar sua estrutura fundiária, caracterizada pela predominância de um modelo de agricultura familiar de pequenas propriedades.

Estas famílias de agricultores são responsáveis por mais de 64% do valor da produção agrícola e pesqueira do estado, destacando-se na produção de 93% de mandioca, feijão 73%, café 90%, 77% do milho, 67% dos suínos, 68% de aves, 87% do leite e 91% da cebola (IBGE - Censo Agropecuário, 2006)



Figura 01: A - Produção de cebola, B - frango de corte e C - suínos em SC.
Fonte: sitio EPAGRI, 2010.

Além desses produtos, é grande a participação da agricultura familiar na produção de mel, arroz, batata, tomate, banana, morango e uma grande variedade de outros hortigranjeiros e frutas. Ainda, o meio rural no Estado oferece oportunidade de realizar serviços, principalmente para servir à atividade do turismo.

A população do Estado vem valorizando a produção de produtos mais saudáveis. Isso se deve ao fato da maior conscientização de consumidores que buscam alimentos com maior qualidade, livres de agrotóxicos, bem como agricultores que buscam conciliar boas produtividades com conservação do ambiente (INSTITUTO CEPA, 2004).

O desenvolvimento da produção familiar em Santa Catarina apresenta aspectos favoráveis como sua posição, próximo dos principais mercados do Brasil e dos países do MERCOSUL, como sua diversidade cultural e diversidade produtiva e forte presença de produtor familiar reunidos em cooperativas, desenvolvendo uma oportunidade de diferenciar-se no mercado, ao introduzir novos produtos (MAFRA e AMARANTE, 2004).

O Estado de SC possui grande potencial para atender ao crescente mercado consumidor de produtos vindos da agricultura familiar, principalmente por se constituir de grande número de pequenas propriedades familiares agrícolas, dispor

de mão-de-obra qualificada e instituições de apoio em todo seu território, possuindo diversidade de condições agroecológicas, vias de transporte estruturada, portos, além, como relatado, da proximidade de grandes centros (INSTITUTO CEPA, 2004).

A região pesquisada em Santa Catarina é do município de Águas Mornas, com aproximadamente 250 famílias de agricultores, com tamanho médio de 20 ha de terra, com famílias compostas por populações com descendências alemãs, holandesas e portuguesas, cujas principais atividades são morango, hortaliças, pecuária leiteira e avicultura de corte, onde a comercialização de leite acontece mediante laticínios e a de aves com agroindústrias.

A agricultura familiar tradicional presente no município de Águas Mornas no Estado de Santa Catarina apresenta diversificação da produção alimentar e defende a agricultura familiar como mecanismo fundamental para o desenvolvimento territorial rural, com alimentos de alta qualidade obtidos em processos sustentáveis desta agricultura.

3 TERRITÓRIO e TERRITORIALIDADE

Com uma abordagem geográfica, ou seja, investigando e compreendendo o espaço geográfico e sua apropriação por agentes sociais, a proximidade territorial tece uma análise econômica, política e social, onde os atores compartilham o sentimento de pertencer ao espaço em que vivem. Estas inter-relações geram identidades mediante laços culturais e de solidariedade, potencializando o desenvolvimento de regiões com características semelhantes (LEFEBVRE, 1974).

Neste contexto, a noção de território e a sua importância para as estratégias de desenvolvimento tornam-se um fator intangível ao tratar o homem, seus valores, hábitos, experiências históricas, identidades e relações de confiança em seu espaço geográfico, bem como ao explicar a maneira como seus atores sociais se relacionam. Essa análise surge, de acordo com Tartaruga (2005), sobretudo, para explicar o desenvolvimento social e econômico ascendentes de algumas regiões rurais e o declínio de outras.

De acordo com Santos (1996, p. 100) o espaço geográfico é a materialidade do processo de trabalho, a relação homem meio na sua expressão historicamente concreta e reflete o “equilíbrio entre os fatores de dispersão e de concentração em um momento dado na histórica do espaço”.

A dimensão território, enquanto produção a partir do espaço, lugar e poder são coadjuvantes nas relações sócio-históricas, pois, somente apropriado por uma determinada rede de relações sociais se constitui em uma geografia humana e ciência social e objetiva a apropriação deste espaço pelas diferentes sociedades ao longo da história com formas próprias de concorrência e solidariedade que, articuladas, dotam de dinamicidade o todo social (GREGORY, 1994).

Segundo Abramovay (2007), o conceito de território vai muito além de seus atributos naturais, representa uma identidade onde indivíduos são capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições com raízes históricas, ou seja, a noção de território enfatiza o modo como uma sociedade utiliza os recursos que dispõe em sua organização produtiva e, portanto, a relação entre sistemas sociais e ecológicos. Para Reis (2005), o território não deve ser analisado somente enquanto conjunto físico de paisagens materiais, mas enquanto expressões das interações que os atores protagonizam. Santos (2002, p. 10) relata que:

“O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”.

Sustentando esta abordagem, Haesbaert (2005, p. 87) assegura:

“Todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando referido a uma determinada problemática, a uma questão. Assim, o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço”.

Na abordagem territorial há posições múltiplas que servem como vertentes que discutem as relações de interconexões que envolvem o território, buscando no passado traços que possam legitimar arranjos societários recentes. O conceito de território consolida-se na Geografia Política, tendo por base as teorias desenvolvidas por Ratzel (1990), onde o autor trata o território como produto da interação natureza-política, sendo o espaço vital à reprodução do grupo social, da sociedade, da civilização, definindo o território como “solo” enraizado pelo poder na soberania Estado-Nação.

Em outra perspectiva, o geógrafo francês Claude Raffestin (1993) coloca que são os atores sociais que produzem o território, partindo da realidade, que é o espaço e, para o autor, o poder se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático para organizar e para integrar uma estratégia. O autor relata que:

“Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se tratem de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder visto que há interação entre atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente, enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. O poder permeia todas as definições de poder, assim como compreende que o território resulta da ação conduzida por um ator” (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

Outra importante análise é do geógrafo norte-americano Sack (1986) examinando o território na perspectiva das motivações humanas, onde a interação das dimensões políticas, econômicas e culturais faz com que uma área se torne um território quando suas fronteiras são capazes de moldar o comportamento dos atores

sociais ao controlar o acesso aos recursos e ao poder, para assim se identificar com ele e dar-lhe significado. Sabourin (2002) por sua vez, conceitua território como um espaço construído socialmente, marcado culturalmente e delimitado institucionalmente.

Sposito (2004) aborda território em diversas concepções, na econômica como: condição básica e referência histórica para consolidação e expansão do sistema capitalista e permanece como importante suporte e materialização das relações sociais de produção das comunidades; nas dimensões socioculturais ao conceber a comunidade participação nas estruturas de poder; nas dimensões político-institucional onde o território, delimitado e controlado, torna-se a nova unidade de mediação para chegar às estratégias negociadas e na dimensão ambiental onde o meio ambiente deve ser tratado com prudência ecológica necessária a sua sustentabilidade.

A interação entre estas dimensões no atual contexto do espaço faz com que as informações sejam disseminadas em pequenos espaços de tempo e com dinamismo, valorizando suas vantagens e possibilitando, por meio de formas organizacionais, que institucionalmente territorializadas, promovam sua inserção competitiva nas dinâmicas socioeconômicas, políticas e culturais contemporâneas (SILVA; SILVA; COELHO, 2008). Desta forma, a dinâmica territorial é o reflexo da materialidade relacional da sociedade que, de acordo com Saquet (2003), representa interfaces econômicas, políticas e culturais – EPC – vividas no espaço e com apropriação do tempo.

Experiências com identidade cultural e histórica, com base nos conceitos de multifuncionalidade territorial vividas, por exemplo, os sistemas locais de produção agrícola no Peru, a produção agroecológica de frutas no Chile e o programa LEADER na Europa - que procura incentivar a implementação da gestão integrada, estratégias de alta qualidade e original para o desenvolvimento sustentável, com forte foco em parcerias e redes de trocas de experiências, trouxeram significativas mudanças na sociedade contemporânea permeada pelas articulações sócio-econômicas conseguindo construir modelos próprios de desenvolvimento.

Aquelas ações motivaram discussões no Brasil inerente aos processos e dinâmicas do espaço geográfico, onde este pode gerar conhecimento, alavancar produtividade ao produzir bens passíveis de serem reconhecidos por suas qualidades identitárias ao território, com suas especificidades locais e

competitividade com sustentabilidade para o desenvolvimento territorial, tentando assim, gerar redução das desigualdades econômicas e sociais vividas pelos atores envolvidos. De acordo com Abramovay (2007, p. 17) “...Isto dependerá, sempre, dos caracteres fundamentais das estruturas sociais e das Instituições que respondem pela configuração das áreas rurais e das interações que dela decorrem”.

Abramovay (2007) estuda o processo de desenvolvimento a partir de dimensões territoriais, levando em consideração as organizações sociais existentes no território, sendo o território o lugar onde nasce e se desenvolve o capital social. De acordo com o autor, a importância para o desenvolvimento local se faz a partir de ações cooperativas dos atores locais, ou seja, o desenvolvimento de determinada região depende de transações, acordos, articulação entre os atores em momentos históricos determinados.

Neste mesmo sentido, Albagli e Brito (2003) mencionam o relacionamento de agentes econômicos, políticos e sociais, articulados em torno de um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam algum tipo de vínculo entre eles resultando em interação, cooperação e aprendizagem capazes de incrementar a capacidade inovativa endógena, a competitividade e o desenvolvimento local.

Visto isto, a reordenação socioespacial explicitou-se em um sistema de direitos territoriais – espaço; poder e saber -, para referir-se a essas manifestações sociais por grupos locais, ou seja, sua territorialidade, e neste sentido, território e territorialidade compreendem eixos norteadores para uma reflexão sobre algumas dimensões socioeconômicas em que a sociedade rural está inserida.

3.1 TERRITÓRIO

O conceito de território foi inicialmente tratado nas ciências naturais, onde se estabeleceu a relação entre animais e vegetais em um ambiente físico, visando assegurar sua reprodução e satisfação de suas necessidades vitais. Posteriormente, o território passou a ser objeto de debate de diversas disciplinas como a sociologia, antropologia, psicologia, economia e as ciências políticas passando a ser defendido pela geografia como constituição de identidades relacionada a limites geográficos.

Haesbaert (2006a) apresenta visão, princípios e concepções diferenciados da ciência sobre os territórios, os apresentando sob diversas óticas:

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões;

A Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado);

A Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto "força produtiva");

A Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do "neotribalismo" contemporâneo);

A Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e

A Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo

O termo território, de acordo com Haesbaert (1999), deriva do latim, *territorium*, que, por sua vez, deriva de terra, que significa grande área ou extensão de terra delimitada. Ao delimitarmos o espaço como extensão geográfica, algumas características físicas se consolidam como lugar, paisagem e região. Carvalho (2005, p. 141) aborda a abrangência da Ciência Geográfica como "Ciência do espaço, dos lugares, das relações homem-meio, das territorialidades, das paisagens, dos estados, da guerra..." Albagli (2004) relata que esta concepção foi marcada pelo desígnio do determinismo ambiental e geográfico. Esse marco referencial remete à visão de Santos (1996), conceituando o espaço geográfico como um conjunto indissociável, considerado como um marco único, onde a história evoluiu. Como conhecimento científico, o território teve seu foco dirigido para elementos da natureza física, relacionando espaço e recursos naturais, como a geologia, o relevo, o terreno, a vegetação e o clima (ALBAGLI, 2004).

O território surge na geografia, a partir dos anos 1960-70, com a idéia de território nacional ou território vinculado à natureza, tratando assim, o espaço geográfico, a partir de uma concepção política ou dominação-apropriação, delimitando assim, o território, a partir das relações de espaço, recursos naturais, sociedade e poder. A partir desta definição, Lobato Corrêa (2001), compreende que território tem o significado de pertencimento – a terra pertence a alguém – Tartaruga

(2005) enfatiza que o território seria determinado e delimitado por e a partir de relações de poder e definido por relações sociais.

O território deve considerar as múltiplas relações de poder que oscilam entre a concepção de espaço geográfico e social inerentes às relações econômicas e políticas, ao simbolismo presente nas relações culturais. Para Saquet (2003, p. 3), “o território é compreendido como fruto de processos de apropriação e domínio de um espaço, inscrevendo-se num campo de forças, de relações de poder econômico, político e cultural”. É enfatizada nesta ótica que os territórios, enquanto espaços geográficos são constituídos socialmente, pelo exercício do poder por determinado grupo. Nesta linha de pensamento, Saquet (2003, p. 24), coloca que:

“O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários”.

Heidrich (1998, p. 15-17), ao referir-se historicamente sobre a constituição de território, aponta:

"a diferenciação do espaço em âmbito histórico tem início a partir da delimitação do mesmo, isto é; por sua apropriação como território; em parte determinado pela necessidade e posse de recursos naturais para a conquista das condições de sobrevivência, por outra parte, por sua ocupação física como habitat. Neste instante, na origem, a defesa territorial é exercida diretamente pelos membros da coletividade. Noutra extremo, como já ocorre desde a criação do Estado, quando há população fixada territorialmente e socialmente organizada para produção de riquezas, cada indivíduo não mantém mais uma relação de domínio direto e repartido com o restante da coletividade sobre o território que habita. Neste momento, a defesa territorial passa a ser realizada por uma configuração social voltada exclusivamente para a organização e manutenção do poder”.

Santos (1996) expressa o espaço geográfico como sendo a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. Assim, o espaço geográfico fica marcado por características e propriedades físicas, com suas relações ou fluxos, atividades econômicas, estruturas sociais, instituições constituídas e por outro lado o território vai muito além desses limites físicos e incorpora redes de relações sociais com seus valores e códigos adotados. Segundo Roca (2004), os territórios se distinguem de acordo com seus recursos biofísicos e

humanos, relações sociais, modos de produção e sua cultura. O território surge, portanto, como resultado de uma ação social que se apropria de um espaço por isso denominado: processo de construção social.

Raffestin (1993, p. 143) aborda que “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. O território surge, portanto, vinculado de sua origem epistemológica – a terra – mas também, como resultado de uma ação social, onde, esse grupo social passa a não poder ser mais compreendido sem o seu território, meio de reconhecimento de sua história, cultura e conhecimento.

Em uma abordagem unidimensional na geografia política, mas, importante como alicerce para as bases geopolíticas, por volta de 1880 destacam-se os estudos feitos por Ratzel, onde o autor aponta que o objetivo da geografia seria argumentar e demonstrar as conexões existentes entre todas as coisas presentes na terra (CARVALHO, 1999).

Ratzel, ao tratar do território, vincula-o ao solo, pois, o solo é tratado como meio natural, e tem papel de prover habitação e alimentação. A visão Ratzeliana considera o território como espaço concreto apropriado por uma ação social. Ratzel (1988) afirmava que os povos eram considerados civilizados ao conseguirem organizar-se em um Estado-Nação como expressão do grau máximo do poder. Dentro do contexto abordado, esta visão torna-se extremamente limitada por reconhecer a legitimação apenas do poder institucionalizado.

Santos (1996, p. 189-190) afirma ser: “O Estado-Nação [...] essencialmente formado de três elementos: 1) o território; 2) um povo; 3) a soberania. A utilização do território pelo povo cria o espaço. As relações entre o povo e seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são reguladas pela função da soberania”.

A contraposição a essas idéias vem, sobretudo, dos trabalhos do geógrafo francês Paul Vidal de La Blache (citado por Vieites, 2008) nos moldes da personalidade das regiões – da tradicional escola francesa de geografia, uma das mais importantes da Geografia clássica, ao elaborar o conceito de região como uma área com propriedades homogêneas que as diferencia de áreas adjacentes, consagrando assim, o conceito de geografia regional.

Em sua análise, Raffestin (1993) vai ao encontro à perspectiva Ratzeliana em uma crítica à Geografia unidimensional, ou seja, o território que se referencia,

exclusivamente, no poder Estatal. Para o autor o espaço é anterior ao território. O espaço é considerado como meio físico onde se desenvolverá um trabalho que concretizará o território.

O espaço territorializado, ou seja, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço, o território é a expressão concreta e abstrata, uma produção a partir do espaço, uma ação social, enquanto expressão política, econômica e cultural implica a organização dos atores em processos concretos que realizam determinadas atividades sociais a fim de alcançar os objetivos comuns. Ainda segundo Raffestin (1993) o território é produto dos atores sociais, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, o autor defende a existência de múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais e locais.

Na mesma abordagem, Souza (2001) salienta que o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e que o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Assim, o conceito de território deve abarcar mais que o território do Estado-Nação.

Nesta ótica, abordar o território sob uma perspectiva unidimensional, ou seja, espaço geográfico, não traria fonte de recursos para desenvolver seu potencial. Sendo assim, o território aqui é formado, em sua multifuncionalidade, pelos atores sociais que o definem num campo de poder.

Fundamentado nestes componentes, as relações sociais e de poder tornam o território uma realidade constituída geográfico e historicamente, expressando, em um determinado momento, um complexo e dinâmico conjunto de relações políticas, econômicas e culturais.

Assim, mesmo considerando a natureza social do território, estes enfoques merecem destaque conforme afirma Saquet (2005, p. 144), “[...] é natureza e sociedade simultaneamente, é economia, política e cultura, idéia e matéria [...] é local e global e singular e universal concomitantemente, terra, formas espaciais e relações de poder [...]”. Haesbaert (2006a) considera a questão econômica como fonte de recursos e enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas.

Sposito (2004, p. 116) aborda o território como “[...] condição básica e referência histórica para consolidação e expansão do sistema capitalista, permanece com sua importância como suporte e como materialização das relações sociais de produção”. A questão cultural prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, é algo gerador de raízes e identidade. Estas perspectivas são

forças de poder que ligadas à natureza proporcionam a construção da territorialidade.

Saquet (2003, p. 28) ressalta:

“[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais”.

O território é a maneira pela qual um grupo se estabelece no âmbito de um ambiente natural, e as fronteiras espaciais transcendem ao possibilitar aos atores envolvidos controle, ordenamento e gestão do espaço visando a implementação de estratégias e políticas públicas que contemplem o interesse e os anseios de todos os envolvidos (HAESBAERT, 2006a).

Estas relações econômicas, políticas e culturais em um determinado espaço geográfico são transformadas pelas modificações feitas pelo homem ao agir e interagir com a sociedade. Nesta perspectiva faz uma leitura do território em sua totalidade concebendo uma visão integradora destas relações.

O estudo do espaço geográfico através das dimensões territoriais possibilita a compreensão da interação das atividades dos atores locais que participam do processo de construção de sua identidade cultural. Neste âmbito, a funcionalidade e o controle técnico permitem que o território seja objeto de análise social, o que confere valor e significado é o uso que os atores sociais e econômicos fazem neste território (SANTOS; 2002).

Estes processos são fundamentais para desenvolver um planejamento adequado ao desenvolvimento territorial sustentável, possibilitando sua competitividade no mercado.

A análise da sustentabilidade para um possível desenvolvimento territorial, a compreensão de dinâmicas econômicas e sociais, o sentimento de pertencimento, espaço-território, e identidade cultural nos processos de produção, ou seja, os recursos ambientais, os conhecimentos, as tradições locais em práticas agrícolas, saber-fazer se constituem associadas a uma história e patrimônio cultural de uma comunidade. Para analisar o território precisa-se de uma abordagem histórica que

trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado.

Com o intuito de ilustrar como esta identidade territorial configura numa especificidade intangível ao território, visando orientar transformações produtivas de forma competitiva e sustentável pelas relações de seus atores sociais com o seu território, tentando proporcionar uma melhoria da qualidade de vida, ampliação da justiça social e orientação de políticas públicas, surge o conceito de territorialidade ao analisar os processos de mudanças sociais que ocorrem nos espaços rurais.

3.2 TERRITORIALIDADE

A referência ao território remete à possibilidade de compreender como os atores sociais exercem seu poder sobre o território e como o sentimento de pertencimento se desenvolve política e economicamente a fim de favorecer e determinar seus resultados ao conferir-lhes maior competitividade e possibilidade de inserção em novos mercados. As identidades territoriais que os atores sociais possuem com seu território resultam em sentimentos de amor pela terra e o reconhecimento e compreensão desse sentimento promovem a afirmação de muitas estratégias de desenvolvimento. Estes atores locais são capazes de protagonizar mudanças econômicas, políticas e sociais que podem deflagrar um processo de desenvolvimento endógeno como base para uma agricultura mais sustentável, baseada em recursos localmente disponíveis.

Ao abordar um território construído, a abordagem de desenvolvimento fundamenta-se nos valores territoriais de identidade. Neste sentido, a idéia é de que o território é formado por um conjunto de laços sócio-cultural capazes de conferir uma identidade própria a seus atores.

Abramovay (2007) percebe o território com uma relação entre raízes históricas, configurações políticas e identidades territoriais propulsora no processo de desenvolvimento. Tizon (1995) destaca um sentido antropológico, onde território é o “ambiente de vida, de ação, e de pensamento de uma comunidade, associado a processos de construção de identidade”.

As virtudes da noção de território foram defendidas por Claval (1996), quando afirma que o território está relacionado à apropriação coletiva de espaço por um grupo, onde estes grupos tecem com o solo laços afetivos e morais com o sentido de pertencimento, uma fonte de identidade coletiva.

O território é unidade privilegiada de construções sociais, ele deve ultrapassar o conjunto físico de paisagens naturais e assim promover significativas mudanças na sociedade por meio de reconhecimento em diversos âmbitos do mercado. Assim, o território é transformado em sujeito coletivo, onde as relações sociais são formadas pelas trocas locais e externas (JOLLIVET, 1984). As dinâmicas territoriais se constroem em termos de ideologias ou símbolos comuns e opera-se em relação às necessidades externas e internas de uma população.

Para Abramovay (2007), o território é transformado em sujeito coletivo através de formas específicas de interação social, ao promover ligações dinâmicas através da adaptação dos indivíduos, empresas e organizações. Estas relações devem ser capazes de valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a sua confiança historicamente construída, e estes atributos, segundo o autor podem ser passados através de laços de cooperação e não somente passados de geração para geração.

Neste sentido, percebe-se o conceito de territorialidade como uma construção social que procede de um patrimônio ambiental e cultural, onde há o sentimento de pertencimento dos atores locais à identidade construída, criando assim laços de cooperação e confiança (BRUNET, 1990).

Sabourin (1998) afirma que o enfoque territorialista, considera, sobretudo, a valorização coletiva, chamadas de atributos locais ou de ativos específicos. O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores, de relações histórico-culturais, com um saber-fazer local que seria a definição de sua identidade e estes valores identitários, compartilhados, tentam explicar iniciativas de cooperação baseadas na confiança. Manuel Castells (2002) entende como identidade o conjunto de atributos culturais inter-relacionados. Para o autor essa identidade é socialmente construída, sendo seu conteúdo e significado determinados pelos atores que a constroem.

Esta construção herda elementos da história, da geografia, da biologia, das instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e pelas fantasias pessoais, pelas pompas do poder e por revelações de cunho religioso.

Para Haesbaert (1999, p. 172), a identidade territorial oferece a idéia de pertencimento a um determinado lugar e diz que há um pressuposto geral:

“...toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social”

Pecqueur (2004) relata territorialismo como relações sociais onde há um sentimento de pertencimento dos atores locais, transmissão dos saberes implicitamente entendidos como um patrimônio cultural da comunidade, efeito permanente e importância da identidade construída.

Assim, essa territorialidade é construída pelos indivíduos ou grupos sociais e seu meio de referência é condicionado por normas sociais e valores culturais próprios relacionando ambiente, práticas agrícolas e saber-fazer à história de uma comunidade.

Nesta construção territorial serão as relações do meio ambiente com a identidade cultural que o formará. Albagli (2004) fortalece a noção de territorialidade ao assinalar o sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico e ela é condicionada por normas sociais e valores culturais.

Raffestin (1980, p. 158) por sua vez define:

"De acordo com nossa perspectiva, a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas".

Em sua totalidade, esta identidade territorial envolve a complexidade em que o espaço está inserido, atribuindo valores intangíveis ao mesmo, onde os atores sociais se organizam para fazer a gestão, defender ou integrar seu território nas dimensões econômicas, ao envolver a capacidade de inovar ou gerar recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda.

Afirmando a estas indagações, Albagli (2004) discorre que é possível fortalecer as territorialidades “estimulando laços de identidade e cooperação baseados no interesse comum de proteger, valorizar e capitalizar aquilo que um dado território tem de seu – suas especificidades culturais, tipicidades, natureza

enquanto recurso e enquanto patrimônio ambiental, práticas produtivas e potencialidades econômicas”.

A fim de gerar potencialidades, oportunidades e vantagens competitivas, considerando assim, muito positiva a incorporação de território e suas territorialidades nos estudos de sistemas agroalimentares localizados – SIAL – como estratégia de desenvolvimento local, analisando todas as dimensões de suas cadeias produtivas, valorizando o papel dos atores e das organizações neste processo de desenvolvimento local condicionando também a análise das instituições em torno das quais se organiza a interação social localizada (ABRAMOVAY, 2007).

Neste aspecto de inter-cooperação, a articulação entre todos os agentes da cadeia produtiva, ao tornar-se solidária, vislumbra um comércio mais justo, desenvolvendo iniciativas econômicas, nas quais almejam sustentabilidade e melhor qualidade de vida, tanto para o empreendimento quanto aos seus integrantes, ou seja, a reprodução da vida de todos os envolvidos que conta, e não meramente o máximo de rentabilização patrimonial, estes processos de iniciativas de organizações locais, provocaram a emergência ou o fortalecimento de novos sistemas de governança ao reorganizarem o espaço realizado através de experiências inovadoras no campo do planejamento e desenvolvimento, com ênfase nas perspectivas locais (LISBOA, 2003).

Abre-se a partir deste contexto, um processo de constituição de novas percepções que os diferentes atores tem do espaço. Fortalecidos e estreitados por laços de cooperação e troca de informações, estes atores sociais utilizam de estratégias com enfoques territorialistas, relacionadas às identidades culturais coletivas presentes nos territórios, nas relações familiares, interpessoais e sociais, assim como nas instituições e tradições para obter articulações entre a sociedade.

O espaço e a natureza, a fim de promover um desenvolvimento territorial sustentável, ou melhor, a diferenciação inerentes ao local pode ser utilizada como suporte dos atores locais na produção diária de conhecimentos e inovações visando à competitividade nos seus múltiplos aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais, permitindo assim, reafirmar a importância da agricultura familiar.

4 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

No momento em que o mercado reconhece e valoriza a produção agrícola tradicional, a agricultura familiar torna-se um dos mais importantes fenômenos no espaço rural, onde a harmonia das dimensões social, ambiental, cultural e econômica exprime o valor do local ao global.

Como ressalta Wanderley (2001), o meio rural, antes visto como fonte de problemas, hoje aparece como portador de soluções vinculadas à melhoria do emprego, à qualidade de vida, como alternativa econômica e bem-estar social e ambiental, guardando diversas características no seu interior, tais como: culturas, técnicas, forças sociais, redes de relacionamento e confiança através das identidades locais e autoestima social assim, fortalecendo ou construindo o capital social.

Dessa forma, o protagonismo local é um ponto chave do desenvolvimento territorial rural, onde neste contexto, propõe Amartya Sen (2000) que os atores locais devem ser tomados como sujeitos, como agentes para construção de sua própria opção de desenvolvimento e ainda:

“o reconhecimento da identidade, o ‘empoderamento’ dos grupos comunitários, o fomento de esquemas participativos, o estímulo às trocas entre comunidades, o fortalecimento dos relacionamentos de confiança, a transparência da gestão, a transferência de capacidades, a distribuição da informação têm facilitado conduzir processos de desenvolvimento sustentável” (Jara, 1999, p. 53).

Espera-se que, assim, os territórios rurais possam utilizar o potencial local, aproveitar as suas características históricas e culturais particulares e estar integrados sócio-economicamente com o seu entorno ou com o exterior, levando a uma nova ruralidade e contribuindo para o desenvolvimento desses territórios.

Neste contexto, o desenvolvimento territorial rural representa uma estratégia de reprodução para a agricultura familiar, onde o meio rural celebra a relação ambiente e seus aspectos sociais, culturais e econômicos, ao construir uma agricultura mais sustentável favorecendo o emprego de práticas agrícolas ecologicamente mais equilibradas, com uma diversificação de cultivos com menos

uso de insumos industriais, atendendo assim, a demanda, por parte da população, por produtos ecologicamente corretos.

Para Boiser (1997) o desenvolvimento territorial consiste numa expressão ampla que inclui o desenvolvimento das pequenas localidades, mudanças de ordem socioeconômica, de caráter estrutural, em determinados espaços geográficos, com sistemas e processos decisórios democraticamente construídos, com aperfeiçoamento do território, comunidade e sociedade.

Este cenário favorece o avanço dos movimentos sociais no campo e a intensificação de suas lutas, pois, a cada dia surgem novos produtos, processos e insumos, novos mercados, novas formas de organização. Surgem novas formas de gerar e transmitir conhecimentos e inovações; de produzir e comercializar bens e serviços; de definir e implementar estratégias e políticas.

Neste contexto fica cada vez mais evidente a necessidade de se elaborar uma estratégia de desenvolvimento para o campo que priorize as oportunidades de desenvolvimento social e não se restrinja a uma perspectiva estritamente econômica.

Esta visão é inteiramente compatível com a definição de desenvolvimento proposta por Dallabrida (2004), onde o autor compreende que o desenvolvimento não supõe apenas o crescimento econômico e Clemente (2000, p. 130) complementa expondo que “o crescimento econômico [...] refere-se ao crescimento da produção e da renda, enquanto o desenvolvimento, à elevação do nível de vida da população”.

Este enfoque de elaborar estratégia tem como objetivo final a melhoria das condições de vida de toda a população inserida no território ao desenvolver a economia e cadeias produtivas solidárias, vislumbrada pelo surgimento das redes de comércio justo, de cooperativas de crédito, bem como pela afirmação do conceito de preço justo. (LISBOA, 2003)

A seguir, é apresentada, de forma sintética, a importância de uma estratégia de desenvolvimento rural, para dentro e para fora do território, sob a ótica do processo e do produto, onde, o desenvolvimento de laços de solidariedade e reciprocidade possa fortalecer os produtores familiares rurais, favorecendo assim a agricultura familiar.

Importância de uma estratégia de desenvolvimento para dentro e para fora do território:

Importância	Para Dentro do Território	Para Fora do Território
	Empoderamento das pessoas, organizações e comunidades.	Visibilidade do território como unidade de desenvolvimento;
Processo	Fortalecimento dos laços de identidade territorial.	Identidade como marca diferenciadora e dialeticamente facilitadora de relações de cooperação e solidariedade;
	Fortalecimento das capacidades humanas e do capital social.	Fortalecimento da competitividade sistêmica do território;
	Construção de estratégias cada vez mais sustentáveis pela crítica contínua ao modelo adotado.	
	Instrumento de gestão participativa	Atração de investidores novos e diversificados
Produto	Controle social sobre os rumos do processo de desenvolvimento;	Articulação de políticas públicas e orçamentos dos níveis infra e supra territoriais
	Orientador dos investimentos econômicos e sociais	

Tabela 03: Importância de uma estratégia de desenvolvimento para dentro e para fora do território:
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, (2005).

Schejtman & Berdegué (2004) denominam desenvolvimento territorial rural como sendo a perspectiva que visa orientar ações e sugerir formas de se estudar e analisar a atuação dos atores sociais, das políticas públicas e das instituições a partir de uma referência territorial.

O meio rural tem um papel particular nos processos de desenvolvimento ao cumprir funções produtivas, ambientais, ecológicas e sociais. É neste ambiente que os atores sociais, fortalecidos com sua identidade territorial, tecem laços de

confiança e desempenham importante papel na manutenção da ordem local, oferecendo perspectivas promissoras ao processo de desenvolvimento nas dinâmicas territoriais e organizacionais.

A dimensão territorial do desenvolvimento vem despertando cada vez mais interesse, uma vez que na Organisation for Economic Co-Operation and Development (OCDE) foi criada em 1994 uma “divisão de desenvolvimento territorial” cujo primeiro trabalho consistiu numa nova delimitação das fronteiras entre rural e urbano e na elaboração de indicadores que permitam compreender as disparidades entre diferentes situações territoriais (OCDE, apud Abramovay, 1999). Nesta mesma perspectiva, nos anos 90, a União Européia desenvolveu sucessivos Programas de Apoio ao Desenvolvimento Local e Rural (LEADER) os quais se voltam basicamente ao fomento do desenvolvimento local.

Segundo Abramovay (1999) a idéia central desta Divisão de Desenvolvimento Territorial e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local e Rural é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, ele representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido.

Partindo destas concepções, a compreensão de desenvolvimento rural parte de uma abordagem territorial combinado a proximidade social e favorecendo a pluriatividade – capital humano - cooperação – capital social –.

Favero e Gramacho (2004) destacam “(...) quanto maiores forem os capitais humano e social, maiores serão os conhecimentos e as experiências acumuladas e maiores serão as possibilidades de desenvolvimento”.

Desta forma, o meio rural passa a ser estratégico no desenvolvimento territorial, pois favorece processos produtivos, culturais, sociais e políticos a partir do fortalecimento das culturas tradicionais, da comunidade e de suas formas de organização (PERICO e RIBEIRO, 2005).

Deste aporte, surge uma forma competitiva e sustentável da economia e do desenvolvimento do território a mercados dinâmicos, ou seja, a institucionalização, onde o importante é a base cultural, o enraizamento histórico do processo de institucionalização vistas à reprodução social de comunidades rurais.

Este conceito com ênfase no Institucional sugere a interação dos atores locais entre si com agentes externos, tendo como premissa a participação da população no processo e nos benefícios e volta do indivíduo a sua vida cotidiana (GUANZIROLI, 2008).

O desenvolvimento territorial rural permite desenvolver o capital social por meio da cooperação e da articulação das Instituições. Essas abordagens de desenvolvimento levam em consideração elementos culturais e sociais que apresentam potencialidades próprias do território e o aproveitamento das oportunidades externas.

O desenvolvimento territorial enfatiza a melhoria da qualidade e a agregação de valor aos produtos locais, a diversificação de atividades produtivas como estratégias socioeconômicas que podem ser instrumentalizadas e mediadas através de Sistemas Produtivos Localizados.

A construção coletiva dos recursos territoriais nestes sistemas e aglomerados é dimensionada pela intensa interação e cooperação de seus atores para o processo de desenvolvimento através da solidariedade, integração social e cooperação local, podendo gerar atributos aos produtos assegurando-lhes a especificidade do local.

O referencial teórico será importante para a compreensão do estudo da cooperação dos atores envolvidos e da dinâmica dos seus saberes e competências. Assim, a seguir consta uma breve revisão sobre capital social e sistema agroalimentar localizado como instrumento para explicar como os valores históricos, sociais, técnicos e institucionais podem influenciar na dinâmica e no desenvolvimento na dinâmica das produções agrícolas de agricultores familiares.

4.1 CAPITAL SOCIAL

A noção de capital social aparece como instrumento que procura dar significado à presença e à qualidade das relações sociais para colaboração no processo de desenvolvimento.

As atividades colaborativas, exigidas para as mudanças necessárias à obtenção dos novos modelos sustentáveis de desenvolvimento, encontram expressões fortemente vinculadas às ações coordenadas onde Rocha (2008, p. 127) sintetiza:

“Sobre a relação entre o desenvolvimento e capital social: a noção de capital social designa o conjunto de recursos – confiança, normas e sistemas – capazes de promover a melhor utilização dos ativos econômicos pelos indivíduos e pelas empresas, o que acaba facilitando ações coordenadas. Vista de outra perspectiva, esta noção se refere à capacidade das pessoas de estabelecerem relações de confiança, de cooperarem e de se associarem em torno de interesses comuns”

O capital social aparece então, originalmente, associado A. J. Coleman (1990) que evidencia que o capital social não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que formam uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que fazem parte desta estrutura.

Posteriormente, desenvolvido por Putnam (1996, p.177) para quem “o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Putnam (1996) ressalta que grupos sociais cujos membros desenvolveram confiabilidade e se relacionam na base da confiança uns nos outros terão maior capacidade de desenvolver ações que exijam a participação da comunidade do que outros, que careçam dessas prerrogativas.

Esta constatação está presente no contexto em que o “capital social teria possibilitado a ação coletiva para alcançar os objetivos propostos pela comunidade. Individualmente, sem esta ação coletiva e coordenada, os objetivos não teriam sido alcançados. Ao possibilitar a ação coletiva, com isso alcançar resultados, o capital social tornar-se-ia produtivo” (MIOR, 2003, p. 69).

Assim, o capital social, proveniente das relações sociais locais, constitui verdadeiras redes de confiança. As relações de confiança desempenham papel fundamental no acúmulo do capital social, configurando-se seu componente básico (Newton, 1999; Putnam, 1996).

Para Abramovay (1999) “o capital social corresponde a recursos cujo uso abre caminho para o estabelecimento de novas relações entre os habitantes de uma

determinada região”. Assim, o capital social vem relacionado com benefícios individuais oriundos das relações pessoais e dos valores socialmente compartilhados.

A confiança pode surgir por meio de regras de reciprocidade que, por sua vez, fortalecem a confiança social porque reduzem os custos de transação e facilitam a cooperação entre os agentes facilitando a difusão dos negócios, transações ou os contratos entre estes, já que a confiança é vista como instrumento para aceitar as relações entre agentes econômicos e melhorar a eficiência de formatos organizacionais entre e no interior das firmas. (Locke, 2001).

Esta cooperação pode estar ligada ao capital social existente no território, que permite a interação intensa, a troca de informação e a difusão mais rápida das inovações. A cooperação voluntária depende de ambientes institucionais em que a ação está inserida, pois a confiança por si só nem sempre é um atributo de garantia nas relações sociais.

Para Putnam (2007) há duas formas entre a confiança e a cooperação: a confiança promove a cooperação e a cooperação alimenta a confiança, podendo assim, conduzir a normas gerais de cooperação, que aumentam ainda mais a disposição para a troca social.

Neste sentido, os mecanismos que promovem a cooperação entre os indivíduos, não emergem espontaneamente, uma vez que, para autores da Nova Economia Institucional (NEI), os indivíduos possuem comportamentos oportunistas e racionalidade limitada.

Neste contexto, a cooperação voluntária é mais fácil em uma comunidade que tem um substancial estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade, constituindo uma contínua relação de troca supondo expectativa mútua e sistemas de participação cívica, constituindo de formas de interação horizontal (PUTNAM, 2007).

As regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica estimulam a cooperação e a confiança social, pois inibem os incentivos à transgressão, diminuem a incerteza e fornecem modelos para futura cooperação (PUTNAM, 2007).

Na abordagem territorial do desenvolvimento, o capital social convida a que se abandone um horizonte estritamente setorial e contribua na valorização do papel dos atores e das organizações no processo de desenvolvimento, o que condiciona a

“análise das instituições em torno das quais se organiza a interação social localizada” (ABRAMOVAY, 2007, p. 51).

A confiança é uma característica do ponto de vista do capital social e é o primeiro fator para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento territorial rural. Além da confiança, um conjunto de valores ou normas informais como as práticas de reciprocidade, alianças de parentescos e amizades podem contribuir para a formação de redes de cooperação.

Para que esse ambiente se forme e permaneça existindo ao longo do tempo é necessário que se instale na coletividade algo como uma cultura de confiança que induz à cooperatividade sistêmica (Marques, 2003). Farina (1999) confirma dizendo que a reciprocidade ou a cooperação também é um importante mecanismo cultural que confere caráter produtivo ao capital social.

Esta perspectiva teórica reforça a importância da formação de redes territoriais para um desenvolvimento rural, onde o crescimento econômico não produz, necessária e diretamente, o desenvolvimento social.

Por isso, muitos estudiosos³ tratam, em seus respectivos campos de estudo, das redes sociais, as normas de confiança mútua e a riqueza do tecido associativo enquanto pressupostos fundamentais do desenvolvimento territorial e que favorecem a participação em organizações, segundo o tipo (econômicas, representativas, políticas, recreação/lazer) e a escala (locais, regionais, nacionais/internacionais).

E para compreender as relações sociais, históricas e culturais como elementos para explicar relações de confiança, amizade e cooperação, esta pesquisa utilizou a abordagem de Sistema Agroalimentar Localizado.

4.2 SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS

As limitações sociais e ambientais geradas pela Revolução Verde transformaram as sociedades rurais, pois, o mundo contemporâneo, cada vez mais, vem exigindo produtos alimentares diferenciados, com produção e abastecimento de alimentos frescos de alta qualidade, onde os mesmos estão associados a valores

³ Robert Putnam, James Coleman, Michael Woolcock, Henrique Rattner, Ricardo Abramovay.

históricos e culturais. Assim, recursos intangíveis, como o conhecimento, cooperação, habilidades e competências passam cada vez mais a assumir um papel estratégico nas novas formas produtivas.

No caso da agricultura, as iniciativas têm surgido como uma resposta às imposições oriundas da produção global de *commodities*. Neste contexto, estratégias são desenvolvidas pela agricultura familiar ao transformar práticas alimentares e sistemas de produção em valores de “qualidade superior”, levando em consideração as dimensões da natureza e das relações sociais inseridas em um determinado território, onde os saberes estão ligados aos recursos humanos; com a estruturação das redes de conhecimento e confiança; e com as questões sociais, ecológicas e culturais (WILKINSON, 2004).

Foi evidenciado, ao tratar território, nesta dissertação que o mesmo é resultante da relação da sociedade com o espaço, ao se incorporar a cultura com suas relações econômicas e de produção.

Para que se tenha um território é necessário que a sociedade ou grupos sociais se apropriem do espaço físico, ampliem e utilizem as inovações tecnológicas e que exista um sentimento de pertencimento da sociedade com o seu território. O território é entendido como sendo " *a developed space, socially constructed, culturally labelled and institutionally regulated*" (LÓPEZ, MUCHNIK, 1997).

Através desta abordagem espera-se que seja possível compreender melhor a complexidade dessas dinâmicas e dos processos históricos de regulação e governança dos territórios rurais e das suas aglomerações produtivas. Uma destas abordagens está as dinâmicas socioeconômicas locais de desenvolvimento dos territórios rurais instrumentalizada e mediada através de seus Sistemas Produtivos Localizados Rurais (CORREA, 2004; SABOURIN, 2002; SCHEJTMAN & BERDEGUÉ, 2003; SCHNEIDER, 2003).

Os SPLs, segundo Lastres e Cassiolato (2005), são os arranjos produtivos onde há um aglomerado de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, em que a interdependência, a articulação e os vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local, onde ocorrem diferentes formas de governança e de graus de enraizamento.

Dentro deste enfoque aparecem os Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL) como uma forma particular de SPLs (BOUCHER, REQUIER-DESJARDINS, 2002, p. 2), onde os elementos físicos, sociais, culturais e institucionais culminam no território. Os SIALs são definidos como:

[...] organizaciones de de producción y de servicio (explotaciones agrícolas, empresas agroalimentarios, empresas comerciales, restaurantes...) asociadas por sus características y su funcionamiento a un territorio específico. El medioambiente, los productos, los hombres, sus técnicas, sus comportamientos alimentarios, sus instituciones, sus redes de relaciones, se combinan en un territorio produciendo una forma de organización agroalimentaria específica en una escala espacial dada (MUCHNICK, 2006b, p.97).

A partir do sentimento de pertencer a uma comunidade envolvendo o compartilhamento de valores sociais e culturais relacionados à história de um território e a partir da revisão dos distritos marshallianos verificou-se que os indivíduos possuíam iniciativas de cooperação gerando resultados virtuosos para a comunidade, passando, essas, a prevalecer sobre comportamentos competitivos dentro do território, com relações alicerçadas pela confiança (POLANYI, 1977).

Neste enfoque a produção em escala local, de relações simples realizadas através da proximidade, passou a despertar a atenção pelo quanto o modo de produção dos agricultores familiares podia ser eficiente (REQUIER - DESJARDINS, 2002).

O sucesso de alguns agricultores familiares acabou dinamizando as economias locais, e estes passaram a ser visualizados como possíveis promotores de desenvolvimento em seus territórios através da interação, cooperação e aprendizagem que permitiram a geração de capacidades produtivas e inovadoras.

O SIAL aparece para tentar explicar as relações sociais de trabalho e de produção, através das quais se deu a articulação das agroindústrias rurais (AIR) pela agricultura familiar baseado no local, no saber-fazer e na tecnologia.

Neste contexto, conforme relata Muchnick (2006) estas AIR foram capazes de: “(i) aumentar significativamente o valor acrescentado obtido pelos produtores rurais; (ii) melhorar a renda dos agricultores rurais; (iii) gerar um número significativo de postos de trabalhos nas zonas rurais e (iv) contribuir para a segurança alimentar da população, tanto em áreas rurais quanto em urbanas”.

Essas relações possuem uma historicidade e uma especificidade que diferenciam esses SPL, tanto em relação ao exterior como entre eles. Muchnik (2002) propõe a noção de SIAL, em vez de simplesmente utilizar a noção de clusters/APL ou SPL do setor agroalimentar, porque os SIALs têm especificidades que os diferenciam significativamente dos outros SPLs

A especificidade do SIAL consiste no tipo de produção (alimento), e nos laços comunitários que permeiam tanto a horizontalidade quanto a verticalidade do sistema.

Ambrosini, Filippi e Miguel (2008) relatam que no que tange estas relações dentro do SIAL, a horizontalidade está no plano territorial, envolvendo atividades agrícolas e não-agrícolas, instituições locais e saberes locais; e a verticalidade está em uma cadeia alimentar, com a comercialização, condicionando o mercado e o consumo.

Muchnick (2002) relata que a análise das relações entre comidas e territórios é central para esta abordagem do SIAL, dado que as culturas de alimentos são um componente específico de culturas territorial. Os alimentos têm um *status* especial entre os bens de consumo. Eles desempenham um papel fundamental na construção de referências de identidade para os indivíduos e sociedades. Existe uma ligação estreita entre a qualidade do produto, como os consumidores reconhecem a qualidade e os preços que estão dispostos a pagar.

Boucher (2006, p.9) reforça explicando:

(i) los alimentos son los únicos bienes de consumo que se incorporan, en el sentido estricto de la palabra en el cuerpo. Partimos de la hipótesis que el rol de los alimentos en la construcción de las identidades individuales y colectivas es cualitativamente diferente al de otros bienes de consumo; (ii) los procesos de calificación de los productos locales adquieren en consecuencia características que son también específicas (criterios de calidad, formas de juzgar dicha calidad, competencias y representatividad de jueces y juzgados, entre otros (iii) los SIAL están articulados de manera directa a las características biofísicas del territorio (y de la tierra) que le provee las materias primas, e intervienen directamente en la evolución de los paisajes y la gestión de los recursos naturales.

Com base em Moraes e Schneider (2010), as principais especificidades dos SIALs são: o papel específico dos bens alimentares; a especificidade da matéria-prima produzida; a relação com o ambiente e com a gestão dos recursos naturais; e, por fim, a vinculação frequente das atividades agro-alimentares, mais do que outras

atividades produtivas com uma parte significativa do “saber-fazer” local (intransferível) e com os conhecimentos transmitidos por aprendizagem.

Ainda, é no ambiente local, dentro de um determinado território rural, onde interagem as instituições, as organizações sociais, as unidades familiares de trabalho e de produção, as empresas, as redes de infra-estrutura e os intermediários comerciais e financeiros.

Requier-Desjardins (2002) reconhece que a heterogeneidade é um traço dos Sistemas Produtivos Localizados e salienta em primeiro lugar, sobre o *know-how* relativo à transformação de um produto de origem rural, com base em conhecimento próprio a um dado lugar e compartilhado pelos atores que compõem a sociedade local, baseado em redes sociais e institucionais.

Também aparece nesse plano o ativo específico, próprio da produção de alimentos, que tem a ver com a proximidade entre os consumidores e o produto alimentar de que se trata num SIAL, sobretudo no que concerne à apreciação e à valorização do produto. Isso permite aos consumidores “conhecer” o produto, identificando aspectos ligados à origem e lhes atribuindo importância.

Com base nestas considerações, os SIALs se desenvolveram ao realizarem um beneficiamento local passando então, a fazer a interface entre a produção e o consumo trabalhando a noção de cadeia agroalimentar através do fluxo do produto a jusante e do fluxo de insumos e matérias-primas a montante, flexibilizando as relações e os custos de transação, os quais foram favorecidos pela confiança e pela organização em torno de um espírito de concorrência-coordenação (PECQUEUR, 1992).

A produção-distribuição-consumo do alimento a partir do enfoque SIAL é relatada, através da Figura 02.

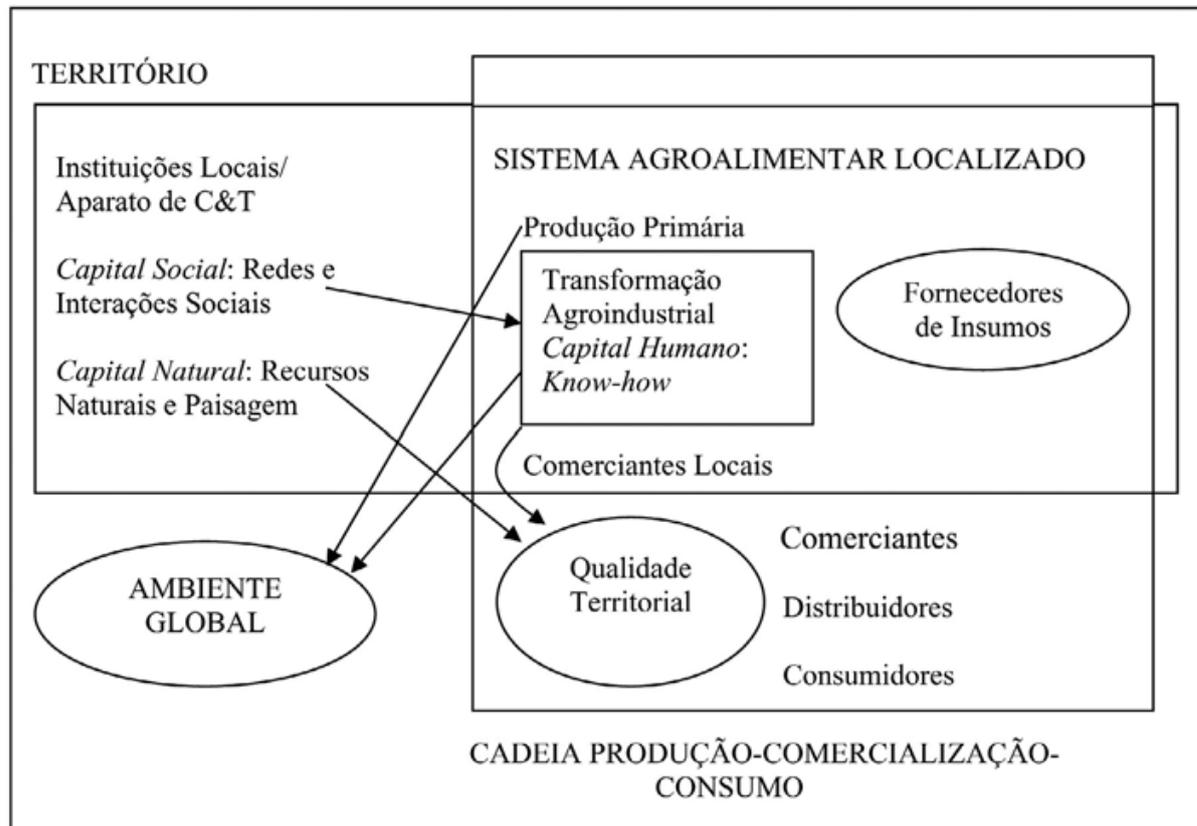


Figura 02: Produção-Distribuição-Consumo do alimento a partir do enfoque SIAL.
Fonte: Muchnick, (2006).

O fluxo do SIAL aparece no caso dos agricultores familiares tradicionais, a partir da identidade territorial dos atores sociais o qual funcionaria como mediador e facilitador das relações entre os agentes com o engajamento em circuitos curtos de distribuição, ou seja, ligando produtores e consumidores em estratégias de venda direta.

O importante aí é a possibilidade de cooperação, visando o estabelecimento no mercado, cujos protagonistas sejam os próprios agricultores valorizando as atitudes cooperativas e relatar que a produção está diretamente relacionada com o sistema de produção alimentar local, onde o território se converte em um ator histórico e social importante (Requier-Desjardins, 2002; Boucher *et al.*, 2000)

Segundo Muchnick (2006) o interesse da abordagem SIAL é a sua capacidade de levar em conta as diferentes combinações e níveis de integração conforme relatado na figura 04:

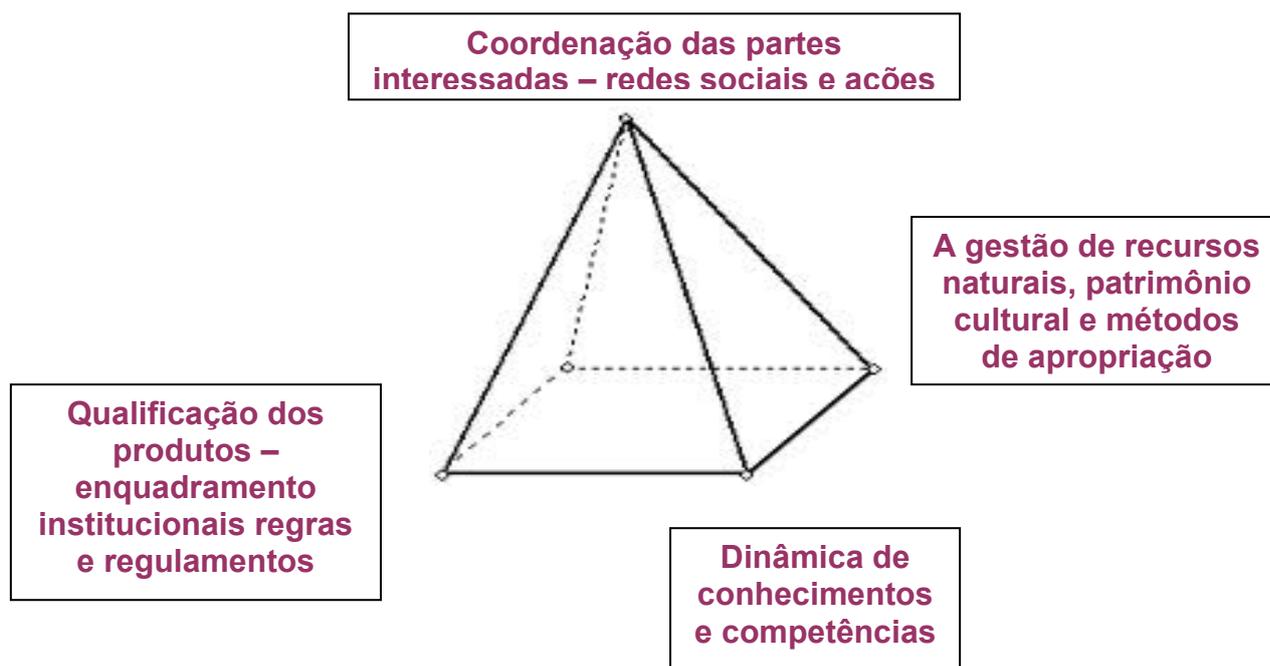


Figura 03: Diferentes combinações e níveis de integração de um SIAL.
 Fonte: Adaptado de Muchnick, (2006).

Para estudar estes avanços, em diferentes frentes, que passaram a impactar nos sistemas agroalimentares localizados, foi criado em 2001 o Groupe d'Intérêt Scientifique - Systèmes Agroalimentaires Localisés GIS – SIAL, constituído por seis instituições: INRA, CIRAD, Université de Versailles – Saint Quentin, Université de Montpellier I, Sup Agro de Montpellier et Agropolis Internacional.

O CIRAD – Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento, realizando no Brasil trabalhos junto à EMBRAPA – coordena um programa de pesquisa sobre Sistemas Agroalimentares Localizados que permitiu a descoberta de locais onde há uma verdadeira concentração de habilidades e serviços em torno de certos produtos.

Baseando-se nestes trabalhos, esta pesquisa se consolida ao mobilizar alguns subsídios teóricos de sustentação de uma abordagem elaborada para se estudar as dinâmicas de desenvolvimento sócio-econômico dos territórios rurais, sob uma perspectiva multidisciplinar.

A utilização do conceito - SIAL será abordado como uma ferramenta para compreender a dinâmica de trabalho e cooperação através das dimensões histórica, técnico-teórica e institucional.

A seguir é apresentado o capítulo referente aos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa para buscar a compreensão da problemática a fim de responder os objetivos propostos.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é um procedimento racional e sistemático a qual visa demonstrar como a pesquisa irá ser implementada, como será a forma de abordagem, seus métodos e as técnicas que melhor se enquadram na problemática do trabalho científico, tendo em vista a obtenção de seus resultados com possibilidade de contribuir para com o conhecimento científico (CERVO e BERVIAN, 2002).

Desta forma, neste capítulo de procedimentos metodológicos é apresentado o método de pesquisa utilizado, procedimentos e fonte de dados através da população, da amostra e tratamento de dados a fim de se compreender os modelos de gestão praticados por agricultores familiares tradicionais nos Estados de MS e SC.

Este projeto está inserido em uma pesquisa maior aprovado pelo CNPq e contou com a parceria da AGRAER no MS e EPAGRI em SC.

5.1 MÉTODOS

A escolha do método é fundamental na construção e condução da pesquisa, ou seja, o método visa compreender as diversas etapas para se realizar uma pesquisa.

Assim para obter informações sobre o problema desta pesquisa, decidiu-se pela realização de um estudo exploratório, a fim de se conseguir uma visão geral em torno do assunto pesquisado, buscando fatores que influenciam ou podem ser influenciados pelo ambiente e buscando entendimento das razões e motivações que levam as pessoas a determinadas atitudes e comportamentos e a pesquisa descritiva com a técnica do estudo comparativo para analisar e comparar os resultados das duas regiões.

A pesquisa exploratória tem como finalidade aprofundar o conhecimento do pesquisador sobre o assunto estudado, usada, para facilitar na elaboração de um

questionário ou para servir de base a uma futura pesquisa, ajudando a formular hipóteses, ou na formulação mais precisa dos problemas de pesquisa (MATTAR, 1999).

Analisando o referencial teórico, feito através de dados secundários - pesquisa bibliográfica e documental - sobre agricultura familiar tradicional, territorialidade, desenvolvimento local, sistemas agroalimentares localizados (SIAL), arranjos institucionais, analisando-os através dos fatos do ponto de vista empírico, tornou-se necessário utilizar um modelo de pesquisa, em função do tipo de abordagem a ser utilizada: quantitativa descritiva.

Levando-se em conta o objeto de estudo deste trabalho, agricultores familiares tradicionais dos Estados de MS e SC, viu-se mais apropriado a utilização da pesquisa qualitativa por meio do estudo de caso.

Segundo Yin (2005), o projeto de estudo de caso, onde a pesquisa é de natureza empírica e investiga o fenômeno atual dentro da situação onde ele ocorre, é especialmente adequado aos estudos nos quais os limites entre o fenômeno e o contexto não são claros, ou seja, quando se tem pouco controle dos eventos e são estudados fenômenos contemporâneos da vida real.

Assim, buscando-se analisar as relações de cooperação dos agricultores familiares tradicionais de ambos os Estados, suas especificidades locais e para conhecer as semelhanças e destacar as diferenças, justifica-se a opção pela realização de investigação dos casos que possibilitem realizações de descrições.

O método de estudo de casos visa segundo Stake (1995 *apud* Creswel, 2007):

“ter como estratégia o pesquisador explorando em profundidade um programa, um fato, uma atividade, um processo ou uma ou mais pessoas. Os casos são agrupados por tempo e atividade, e os pesquisadores coletam informações detalhadas usando uma variedade de procedimentos de coleta de dados durante um período de tempo prolongado”.

A fim de permitir um estudo global das variáveis, colocando em evidências ligações, semelhanças e diferenças, confrontando numerosas informações, esta pesquisa utilizou-se *software* SPAD.

5.2 PROCEDIMENTOS

Os procedimentos em uma pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo, ou seja, a maneira de se obter os dados necessários para o seu desenvolvimento.

De acordo com CERVO e BERVIAN (2002), a pesquisa bibliográfica busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema. A pesquisa bibliográfica é parte essencial de um estudo, haja vista que é por meio dela que tomamos conhecimento sobre as produções científicas existentes, ou seja, ela abrange todo o referencial já tornado público em relação ao tema de estudo.

Destaca-se ainda que, para o levantamento de dados, utilizou-se nesta pesquisa, através de questionário estruturado e visitas às propriedades, a solicitação de informações a um grupo de agricultores familiares tradicionais acerca da problemática estudada a fim de se conhecer características como comportamentos, cultura, processos produtivos e hábitos de vida.

5.3 FONTES DE DADOS

Por se tratar de estudo de casos, este segue uma lógica de replicação e não de amostragem, onde os casos devem ser selecionados para que tenham resultados similares ou constantes. Para Yin (2005) as evidências para um estudo de caso podem vir de seis fontes distintas: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos.

Nesta pesquisa são utilizadas entrevistas e observações diretas, com a incorporação desses princípios a fim de aumentar substancialmente sua qualidade e confiabilidade.

A coleta de dados foi realizada através de pesquisa de campo por meio de entrevista direta utilizando-se questionários estruturados. A pesquisa contou com a ajuda de dois parceiros, a AGRAER no MS e EPAGRI em SC, os quais atuaram

como facilitadores entre pesquisadores e agricultores familiares. As Instituições realizaram um primeiro contato, o qual teve a participação dos pesquisadores apenas como observadores, e posteriormente promoveram o encontro daqueles que fizeram a aplicação do questionário com a amostra de estudo.

O tratamento dos dados levou em consideração a análise das dinâmicas econômicas e sociais, com o sentimento de pertencimento, espaço-território, e identidade cultural nos processos de produção, ou seja, dos recursos ambientais, dos conhecimentos, das tradições locais em práticas agrícolas, saber-fazer ao se constituírem associadas a uma cultura e comunidade.

O questionário desta pesquisa visou alcançar a (i) dimensão histórica, abordando a formação cultural do território e de sua identidade, o sentimento de pertencimento, bem como sua possível influência nos comportamentos de cooperação e concorrência entre os atores; a (ii) dimensão técnico-teórica, ao observar e analisar os saberes e técnicas utilizadas em torno da produção na propriedade; e no saber-fazer compartilhado, e a (iii) dimensão institucional, buscando analisar as relações entre os atores, e o efeito prolongado, que é visto através da mudança do papel desempenhado pelos produtos nos sistemas produtivos, como uma estratégia de persistência dos agricultores familiares tradicionais.

Neste contexto, as variáveis do questionário são:

1. Identificação e Família;

- ◆ Localização, nome, idade, sexo, descendência, antepassados, origem, etnia, escolaridade, estado civil, como se enquadra no meio rural, composição da família, renda, alimentação, futuro dos filhos. Neste primeiro momento, identifica-se também, o sentimento de pertencimento do território ocupado e seu saber-fazer adquirido com o tempo.

2. Propriedade, Produção e Comercialização;

- ◆ Tamanho da área, formas de acesso a terra, sistemas produtivos, organização e divisão de trabalho, produção, comercialização, produtos, sistemas de produção, benfeitorias, máquinas e equipamentos, tipos de tecnologias utilizadas.

3. Capital Social e Tramas Institucionais;

- ◆ Associações, Instituições, cooperativas, compras e vendas conjuntas, relações com vizinhos e com a comunidade em geral, sindicatos, festas, comemorações, igrejas, centro comunitário. Contratos (formais e informais), assistência jurídica, vendas sem programação.

5.3.1 População e Amostra

As famílias estudadas estão situadas nos municípios de Terenos e Rochedinho no Mato Grosso do Sul e nos municípios de Cubatão, Rio dos Cedros e Teresópolis na região de Águas Mornas no Estado de Santa Catarina.

A seguir, uma breve especificação das famílias de cada região:

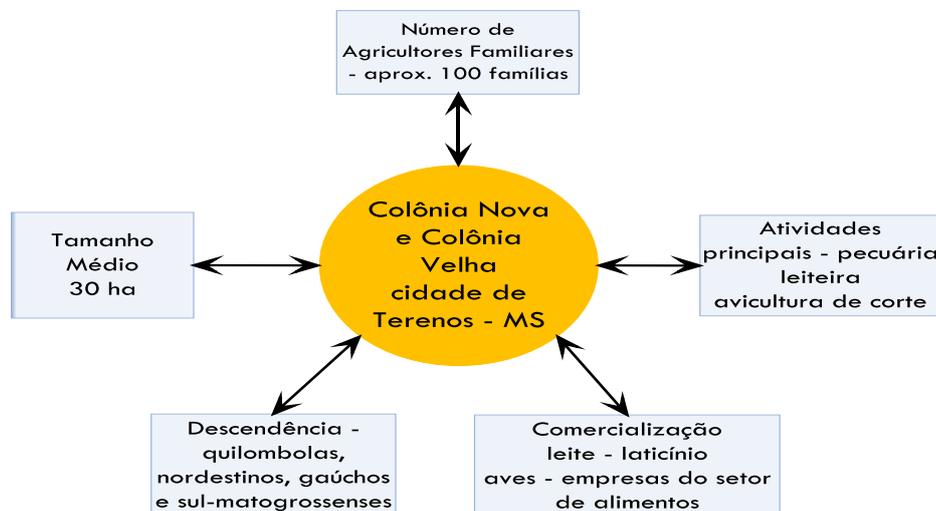


Figura 04: Especificações dos agricultores familiares tradicionais de Terenos – MS.
Fonte: Cheung, 2009 (Projeto edital universal CNPq).

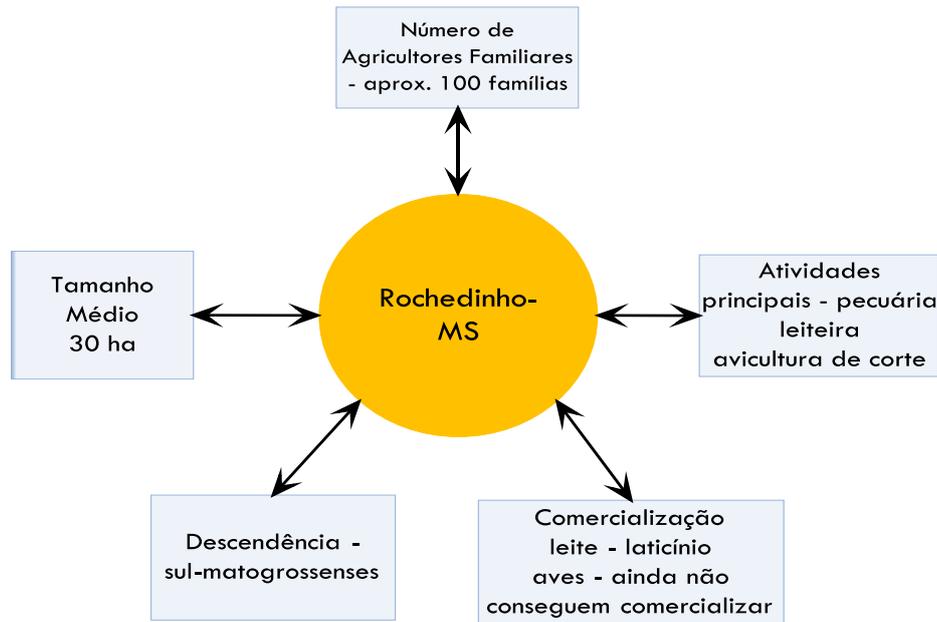


Figura 05: Especificações dos Agricultores familiares tradicionais de Rochedinho – MS
 Fonte: Cheung, 2009 (Projeto edital universal CNPq).

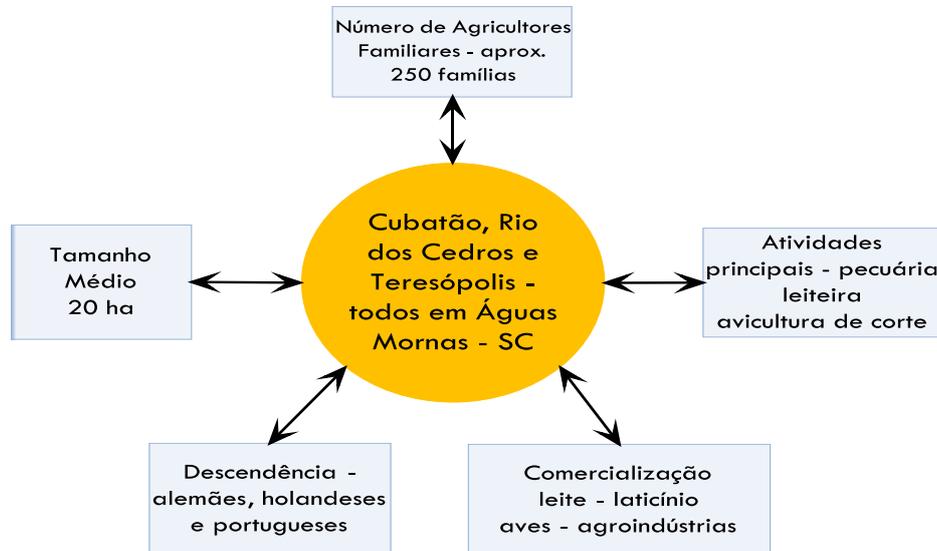


Figura 06: Especificações dos agricultores familiares tradicionais de Águas Mornas – SC.
 Fonte: Cheung, 2009 (Projeto edital universal CNPq).

Em Terenos/MS são aproximadamente 100 famílias de agricultores familiares tradicionais, com descendência – nordestinas, sul-matogrossenses e europeia – com tamanho médio de propriedade de 30 ha, cujas atividades principais

são a pecuária, agricultura, aparecendo a avicultura e alguns produtos processados como polpa de frutas, queijos, doces caseiros.

No município de Rochedinho/MS, também são, aproximadamente 100 famílias com as mesmas características de tamanho de propriedade e atividades. O que as diferem das famílias de Terenos é que suas descendências são de famílias sul-matogrossenses.

Na região de Águas Mornas/SC, encontram-se aproximadamente, 250 famílias de agricultores, com propriedades de tamanho médio de 20 ha de terra, suas famílias são compostas por populações com descendências alemã e holandesa, cujas principais atividades são hortaliças, produção de morangos, pecuária leiteira e avicultura de corte.

Um questionário estruturado foi elaborado, onde o mesmo foi aplicado junto a cem agricultores. Esta amostra é não probabilística e intencional e foi igualmente distribuído nos dois estados e definidos em conjunto - pesquisadores e parceiros - AGRAER e EPAGRI.

5.3.2 Tratamento de Dados

Considerando-se as relações horizontais do processo produtivo, buscou-se apresentar informações relacionadas às atividades agrícolas, os saberes locais e as formas de cooperação e interações comunitárias dos agricultores familiares. Tudo isso para compreender melhor como os atores estavam organizados e coordenados, suas tramas institucionais, regras, normas e suas competências.

Levando-se em conta os objetivos propostos por este estudo, realizou-se uma abordagem quantitativa descritiva para o tratamento dos dados coletados em campo.

Foram apresentadas descrições dos dados, por tratar-se de uma forma básica e simples de tratamento de dados, pois, apresenta clareza de interpretações e pode fornecer uma melhor visão das especificidades dos agricultores familiares

tradicionais e do ambiente em que os mesmos estão inseridos. Para isso foi utilizado o software SPAD⁴.

Por tratar-se de uma comparação de modelos de gestão de cadeias produtivas de dois Estados brasileiros (MS e SC) a tabulação cruzada foi útil para mostrar uma comparação lado a lado de duas ou mais questões do questionário, por determinar como elas estão inter-relacionadas.

No capítulo a seguir serão apresentados os resultados obtidos com a realização da análise das características particulares de cada Estado – MS e SC, as discussões pertinentes para assim, apresentar as conclusões da pesquisa.

⁴ SPAD - Système Pour Analyse de Données, software Francês.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A fim de analisar as relações sociais de cooperação dos agricultores familiares dos Estados de Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina, julgou-se interessante compreender o processo através de uma dinâmica horizontal dentro do plano territorial.

Esta análise tem como enfoque avaliar de que forma os valores associados aos territórios dos dois Estados podem influenciar na dinâmica e no desenvolvimento de suas relações produtivas. Para tanto, foram avaliados o papel dos atores sociais por meio das suas relações culturais, bem como foram investigados os seus saberes e competências – *savoir faire* - e as tramas institucionais através do questionamento sobre a cooperação dos atores envolvidos e como eles desenvolvem laços de confiança e cooperação.

6.1 DIMENSÃO HISTÓRICA

Neste primeiro momento, abordou-se a formação cultural do território e de sua identidade, o sentimento de pertencimento, para assim verificar sua possível influência nos comportamentos de cooperação e coordenação entre os atores.

Este trabalho adotou como modelo para a agricultura familiar, a relação entre trabalho e gestão e a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários com ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos em seu processo produtivo. Assim, constituiu-se um importante referencial para classificação quantitativa dos estabelecimentos considerados familiares através das diretrizes do convênio de cooperação técnica FAO/INCRA e do MDA com a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais no Brasil, delimitada formalmente através da lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006.

Os Agricultores de MS e SC se encaixam nestas diretrizes, pois, a área média dos estabelecimentos é de 30 ha no MS e 20 ha em SC; a mão-de-obra

utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas é predominantemente familiar; a renda familiar é predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento e o estabelecimento é dirigido pela família.

No levantamento de campo, optou-se por adotar como princípio básico desta pesquisa a identificação dos agricultores familiares tradicionais através da localização geográfica da sua propriedade para em seguida identificar a família. No MS foram aplicados 20 questionários em Rochedinho e 30 em Terenos e em SC foram 22 questionários aplicados em Rio dos Cedros, 15 em Cubatão e 13 em Teresópolis, totalizando 50 questionários em cada Estado.

O gráfico 05 mostra a distribuição, em percentuais, dos questionários aplicados em cada região.

Municípios Pesquisados em MS e SC

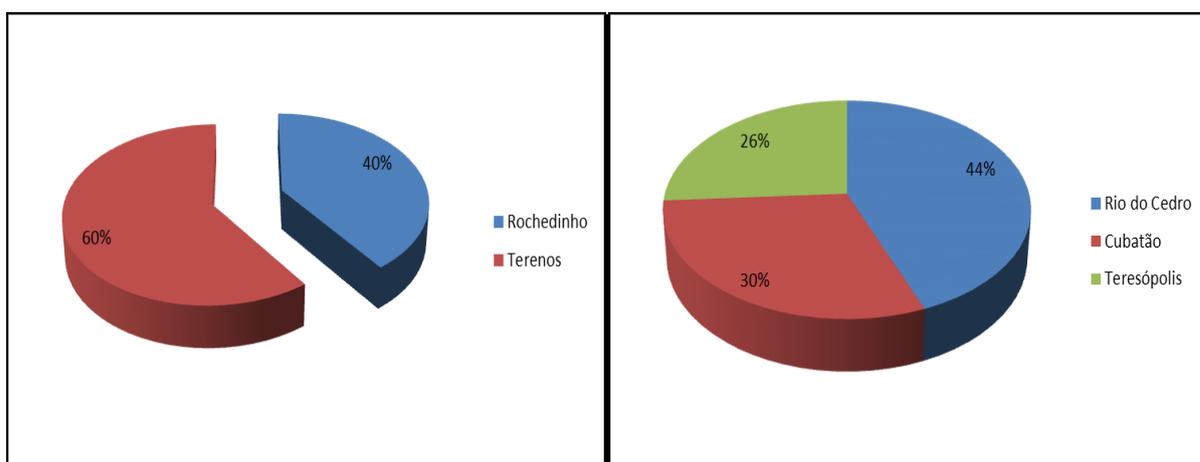


Gráfico 05: Distribuição dos questionários por região pesquisada.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Buscou-se localizar o espaço geográfico das propriedades dos agricultores enquanto extensão de terra delimitada a partir da limitação do mesmo, isto é; por sua apropriação como território, sua ocupação física como habitat, com mais de 95% dos agricultores, tanto de MS quanto de SC relatando que não possuem casa na cidade, apenas no campo. É neste contexto que o território é fundamentação do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida destes agricultores (SANTOS, 2002).

Esta identificação baseou-se na abordagem de Haesbaert (2005), onde o autor valoriza o território a partir das dinâmicas do espaço a fim de responder à problemática da relação da sociedade e seu espaço, desenvolvida por valores territoriais de identidade.

Dos 100 agricultores entrevistados em ambos os Estados, mais de 85% são casados. Foram entrevistados o chefe da família ou seu cônjuge e verificou-se que a maioria dos agricultores em SC possui idade entre 40 e 59 anos e no MS estão entre 60 e 70 anos.

Dos 50 entrevistados em MS, 41 eram homens e 09 mulheres, destes, 88% representam os chefes da família e 12% seus cônjuges. Em SC, 29 homens e 21 mulheres, com 64% representando os chefes da família e 36% seus cônjuges, estes dados estão descritos na tabela 04.

Sexo e Idade dos Agricultores Familiares Tradicionais Entrevistados

	Masculino	Feminino	18 a 39 anos	40 a 59 anos	60 a 70 anos
MS	82%	18%	6%	46%	48%
SC	58%	42%	34%	54%	12%

Tabela 04: Sexo e idade dos agricultores familiares tradicionais entrevistados.

Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Ao abordar valores territoriais de identidade, onde o território forma um conjunto de laços socioculturais, fez-se necessário identificar a descendência dos agricultores familiares para verificar estes laços com o território, apontando também seu local de nascimento e de seu pai e o tempo que os mesmos residem em seu estabelecimento a fim de perceber a relação social e o sentimento de pertencimento dos envolvidos.

Em MS, 22% dos agricultores familiares têm descendência Europeia (Italianos, Portugueses e Holandeses) e 68% são Brasileiros, sendo 26% Sulmatogrossenses, 26% Nordestinos, 16% de outros Estados e 10% são Indígenas.

Já em SC, 94% dos agricultores declararam ter descendência Europeia, sendo 11% de Holandeses e 83% de Alemães, e apenas 6% Brasileiros de Santa Catarina.

Em relação à cidade de nascimento, tanto no MS como no Estado de SC, os agricultores e seus pais nasceram na mesma cidade. Em SC 98% são do próprio Estado (SC) e 2% do Paraná. Em MS, eles estão divididos entre MS, Estados do Nordeste e da Região Sul.

Descendência dos Agricultores Familiares em MS e SC

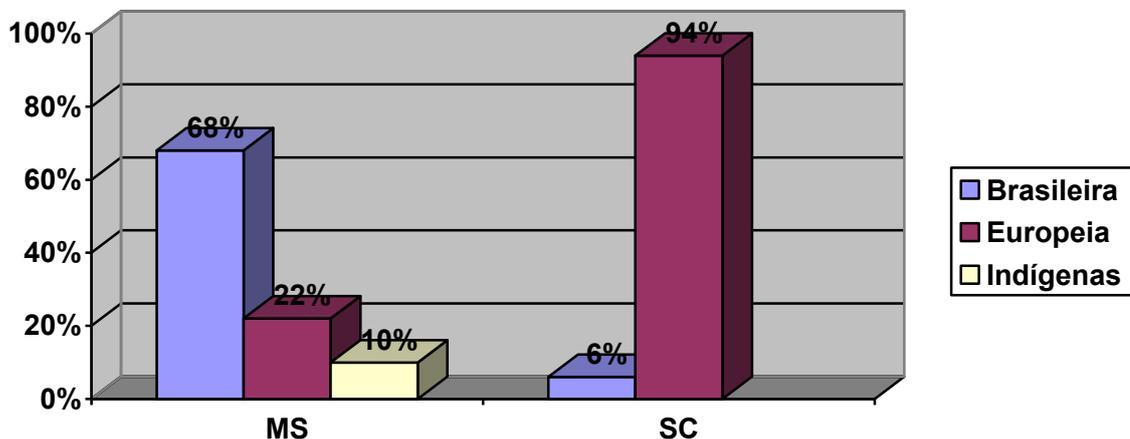


Gráfico 06: Descendência dos agricultores familiares em MS e SC.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Para a investigação e comparação dos modelos de cadeias produtivas proposta nesta pesquisa, buscando-se também compreender o papel exercido pelos agricultores familiares, e a não separação do trabalho e sua gestão, descobriu-se que em ambas as regiões pesquisadas, o estabelecimento é dirigido pela família, (ver tabela 05) e os mesmos relatam que não utilizam de mão-de-obra contratada para auxiliar na gestão das propriedades.

Dos agricultores pesquisados, 96% no MS e 92% em SC relataram que as decisões na gestão da propriedade são feitas por eles, ou por eles e sua família e 4% em MS e 8% em SC relataram que ouvem também outros parentes e alguns vizinhos para a tomada de decisão. Mas nenhuma propriedade pesquisada utiliza

mão-de-obra contratada para gerenciar a produção, distribuição e circulação dos produtos.

Gestão das Propriedades Rurais em MS e SC

	Sozinho	Com o Cônjuge	Com o Cônjuge e Filhos	Opinião de Vizinhos ou outros Familiares	Pessoa Contratada para Administrar a Propriedade
MS	42%	42%	12%	4%	-
SC	16%	58%	18%	8%	-

Tabela 05: Gestão das propriedades rurais em MS e SC.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Nas propriedades pesquisadas, os agricultores relataram que as atividades desenvolvidas dentro da propriedade são feitas pela família a fim de garantir a permanência da família nas atividades. Nos dois Estados a família é composta pelos agricultores, e seus filhos, poucos agricultores relataram que seus pais moram na propriedade.

Os agricultores relataram que não recorrem à mão-de-obra assalariada a não ser de forma ocasional e em quantidade inferior à mão-de-obra familiar, como forma alternativa de auxílio no processo produtivo.

No MS, 20% dos agricultores contratam mão-de-obra terceirizada apenas em determinadas ocasiões e em SC este percentual é de apenas 6%. Os agricultores relataram que as atividades desenvolvidas por estas pessoas se restringem à ajuda temporária em algumas épocas do ano para serviços gerais e ajuda com a produção, mas sempre com a direção do trabalho exercida pelo próprio agricultor.

Este ambiente poderia orientar e apoiar as atividades que se relacionam com a produção e o saber fazer tradicional para produção e comercialização de seus produtos.

Contratação de Mão-de-Obra Temporária

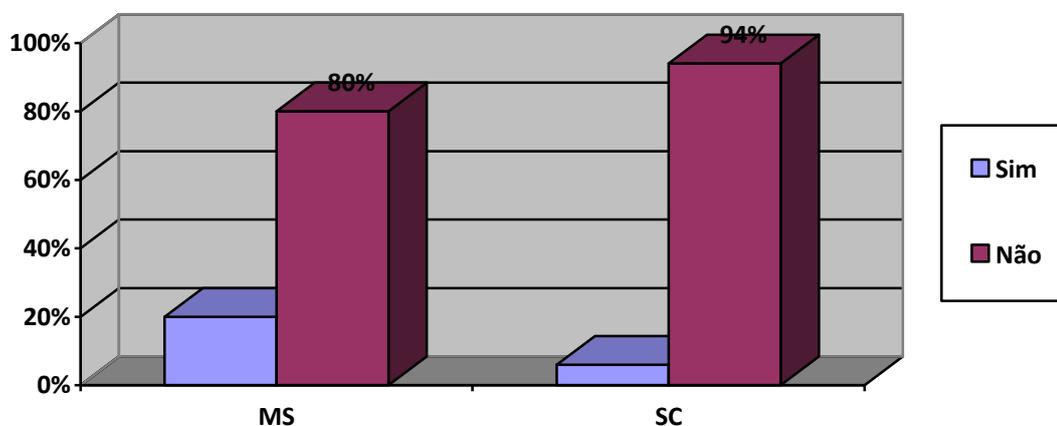


Gráfico 07: Contratação de Mão-de-Obra.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Contratação de Mão-de-Obra Temporária e Atividades Desempenhadas

	Temporários – ao ano	Atividades Desempenhadas
MS	1 à 3	Serviços Gerais e Ajuda com a Produção
SC	De acordo com a necessidade, mas em média 01.	Serviços Gerais

Tabela 06: Contratação de mão-de-obra temporária e atividades desempenhadas.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Vale ressaltar, que em visitas feitas aos agricultores, os mesmos relataram também a dificuldade de conseguir alguma mão-de-obra contratada e as poucas que ainda existem são pouco qualificadas, dificultando assim, uma melhoria nas técnicas de cultivo e aumento em sua produção.

A utilização de maquinários relativamente simples e com pouco impacto sobre o ambiente seria uma saída importante para otimizar o processo produtivo, mas isto, como mencionado por alguns agricultores em visita, acaba sendo dificultado pelo alto custo de investimento, e o fato de muitos destes

empreendimentos não possuem áreas suficientes para viabilizar sua aquisição e assim potencializar sua produção.

Uma possível solução seria o associativismo por meio do cooperativismo para o investimento na aquisição de maquinários e equipamentos, pois, este tipo de relação tende a facilitar o processo e dinamizar o meio rural, não só de forma cooperativa, mas também democrática e participativa, além de oportunizar um melhor desempenho econômico.

No MS, agricultores familiares de Terenos se reúnem através de uma associação e dentre muitas possibilidades proporcionadas pela associação uma delas é o acesso a novas tecnologias através do oferecimento de maquinários e equipamentos aos agricultores associados, mediante reserva e pagamento de uma pequena taxa para manutenção dos mesmos. Conforme mencionado pelos agricultores, estes aspectos coletivos auxiliam no processo de gestão dos empreendimentos ao agregar valor nas atividades produtivas rurais e ao otimizar recursos na produção.

Estas relações com base social e organizativa dos agricultores visam estabelecer oportunidades e potencialidades e podem produzir valores humanos de confiança, solidariedade e reciprocidade.

Embora a opção deste trabalho foi de referenciar os agricultores familiares entrevistados como tradicionais, ou seja, sentimento de pertencimento a um lugar específico; profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva, saberes e modo de vida e produção específica, descobriu-se com os entrevistados que os mesmos não se identificam deste modo, tal como mostra o gráfico 08.

Como os Agricultores Familiares se Identificam

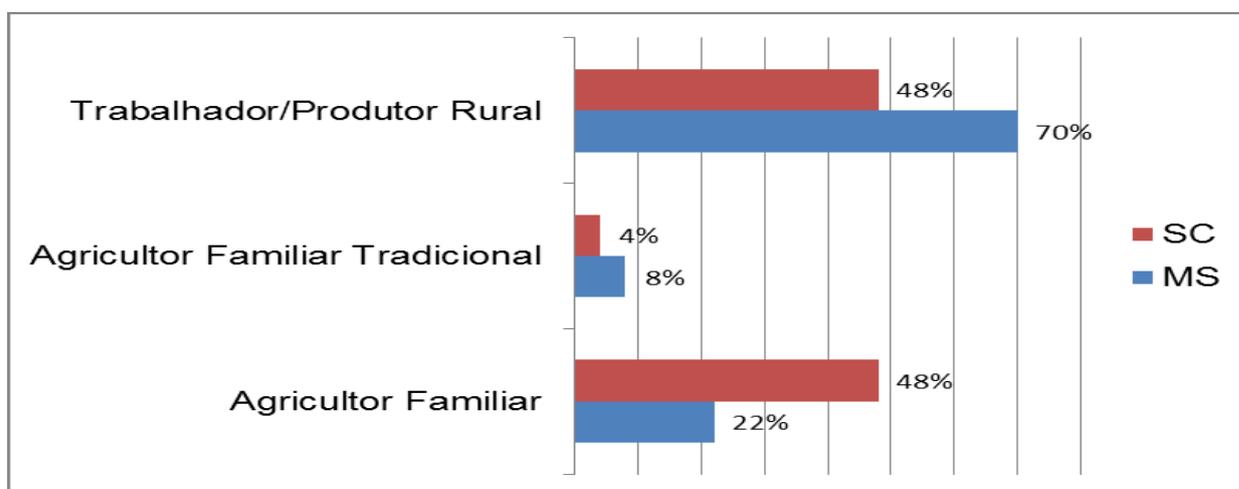


Gráfico 08: Como os agricultores familiares se identificam.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Conforme os dados do gráfico 08, 48% dos agricultores de Santa Catarina se identificam com a agricultura familiar, valorizando suas características socioculturais, outros 48% encontram-se mais voltados para as relações econômicas, assim como a grande maioria dos agricultores de MS (70%).

Assim, no que concerne às questões como:

- Tempo em que a família reside no estabelecimento (gráfico 09);
- Se os mesmos sempre foram agricultores familiares (gráfico 10);
- Se mudariam de atividades (gráfico 11);

Decidiu-se adotar uma abordagem do Tradicional, tentando resgatar as raízes históricas e as relações sociais dos agricultores.

Tempo que Residem no Estabelecimento

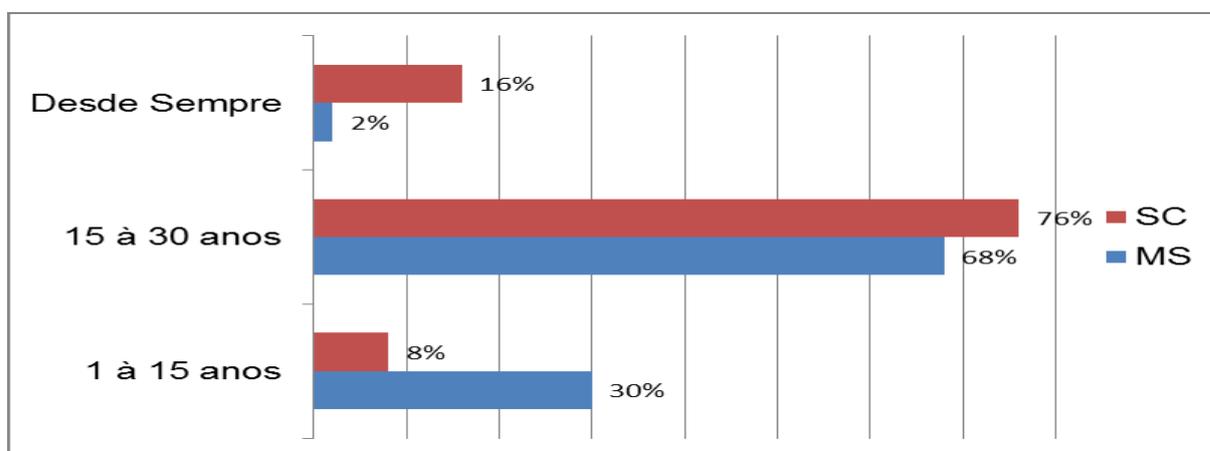


Gráfico 09: Tempo em que residem no estabelecimento.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Sempre Foram Agricultores Familiares

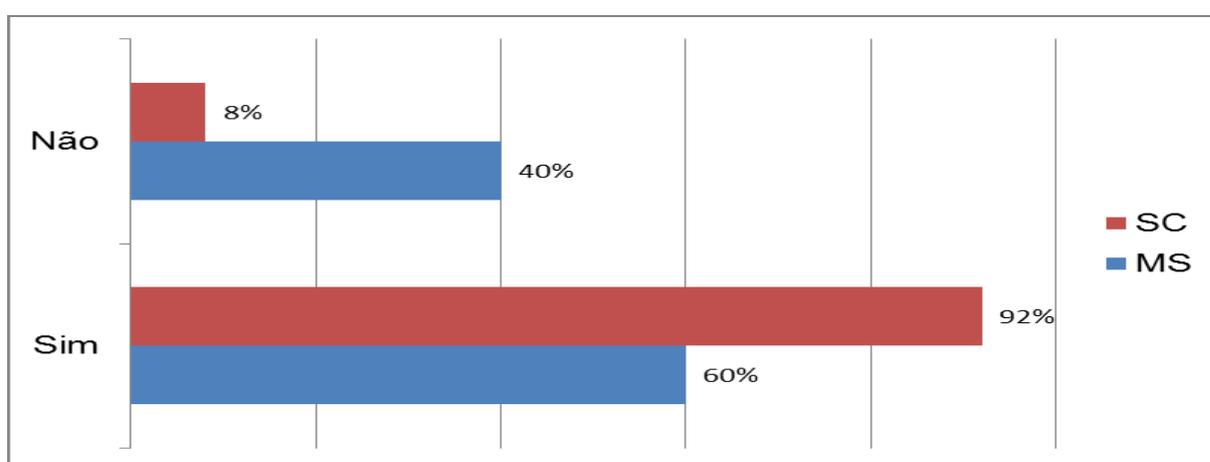


Gráfico 10: Sempre foram Agricultores Familiares.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011

Em SC, aspectos históricos estão presentes no tempo em que os agricultores relataram viver no estabelecimento, ou seja, 76% estão entre 15 e 30 anos e ainda 16%, dizem viver desde sempre no estabelecimento, observou-se ainda que 92% dos agricultores de SC relataram que sempre foram agricultores e que suas terras foram adquiridas por herança (32%) ou por parte herança e parte comprada (60%), outros 8% disseram que arrendam ou locam as terras que vivem.

Em MS, verificou-se que este estabelecimento é um pouco menor, com 30% relatando viver menos de 15 anos no local e 68% estão há 17 anos em média na propriedade. No MS os agricultores estão a menos tempo nesta atividade (60%) e suas terras vieram de herança (36%) ou da compra (62%), os outros 2% disseram que são arrendatários.

Estas raízes históricas poderiam formar entre os agricultores laços de proximidade e interdependência para os mesmos conseguirem um espaço na economia e na sociedade e assim conferir-lhes maior competitividade (DULLIUS, 2004).

Mudariam de Atividade

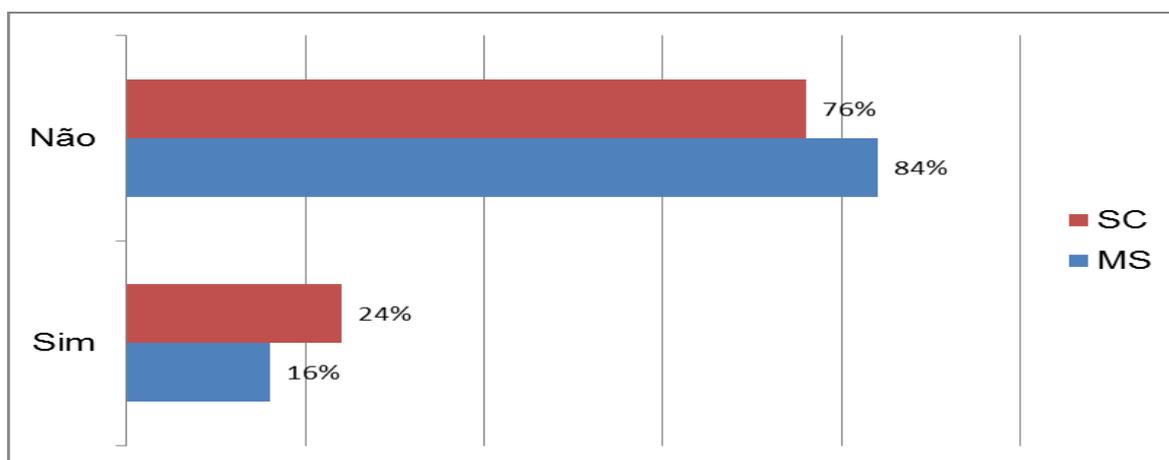


Gráfico 11: Mudariam de atividade.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Destaca-se que 76% dos agricultores de SC não mudariam de atividade, conservando suas raízes. Quando abordados porque não mudariam de atividades, os mesmos justificaram porque:

- Gostam do que fazem 40%;
- Estão no ramo há muito tempo 20%;
- Se sentem melhor na agricultura 20%;
- Estão com idade avançada e esta seria a melhor opção para pouco estudo 20%.

Dentre os 24% dos agricultores familiares de SC que disseram sim à pergunta se mudariam de atividade, suas justificativas foram poder explorar novas oportunidades e ainda, que a mudança seria para melhorar o futuro dos filhos.

No MS 16% dos agricultores relataram mudar de atividade para:

- Melhorar a renda 62%;
- Dar conforto à família 25% e
- Por falta de incentivo do governo 13%.

Mas, no MS, 84% afirmaram que não mudariam de atividade pois:

- O trabalho está dando certo 25%;
- Gostam do que fazem e gostam da região 25%;
- Nasceram e foram criados nesta atividade 25%;
- Tudo que conseguiram foi com o trabalho no campo 25%.

As questões abaixo foram abordadas, pois, remetem à coletividade rural.

(a) se houvesse interesse de alguém, se eles venderiam suas terras (gráfico 12);

(b) se os mesmos gostariam de deixar suas terras para filhos e netos (gráfico 13), e

(c) grau de importância ao tomar alguma decisão (gráfico 14).

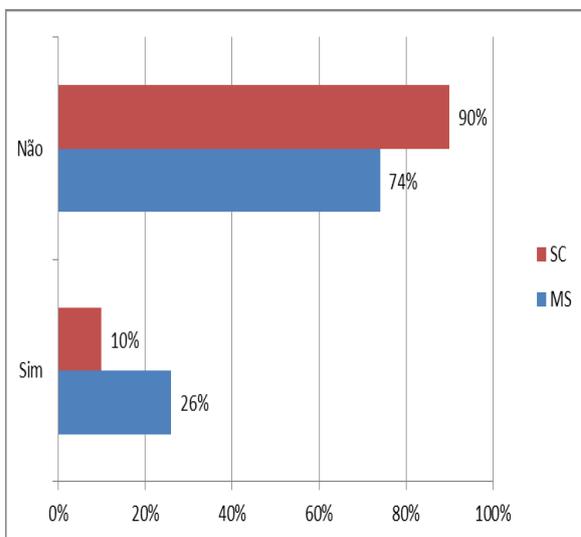
Venderiam suas Terras**Gostariam de Deixar suas Terras aos Filhos**

Gráfico 12: Venderiam suas Terras.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

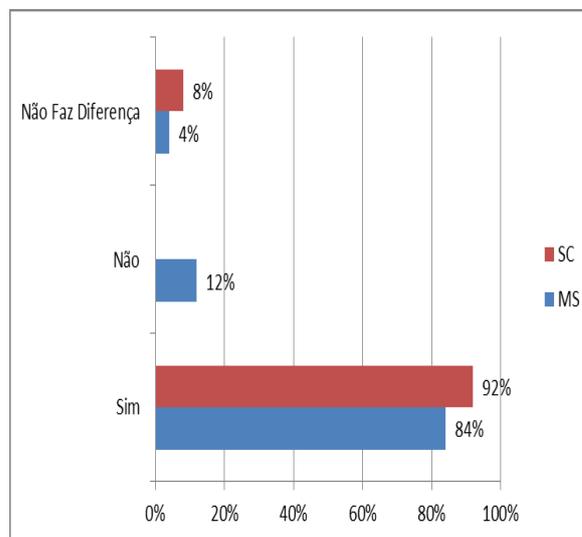


Gráfico 13: Deixar Terras aos Filhos.
Fonte: Questionário aplicado em Março/2011.

Em SC 90% dos agricultores relataram que não venderiam suas terras e ainda, gostariam de deixar suas terras aos seus filhos (92%), pois:

- Querem deixar como herança para os filhos e querem que os filhos deem continuidade à atividade 50%;
- Têm raízes no local e a terra pertence à família desde sempre 35%;
- Gostam do que fazem e querem continuar na produção rural 15%.

Estes relatos condizem com o enraizamento histórico e com valores territoriais de identidade, podendo viabilizar assim, uma maior coletividade. Esta proteção e valorização do seu território tende a estimular os laços de cooperação e assim desenvolver potencialidades econômicas (ALBAGLI, 2004). Para isso, os agricultores precisariam reconhecer estes aspectos e assim construir novas formas de organização.

Ao abordar estas questões no MS, foi observado através dos relatos que 84% gostariam de deixar suas terras aos filhos, pois gostariam que eles continuassem a tocar os negócios da família e é uma herança que eles deixam com muito amor e que é o retrato da vida deles e de seus antepassados, mas é importante ressaltar que apenas 12% dos agricultores relataram não ter interesse de

deixar suas terras. Outros 4% colocaram que isto não faz diferença e o motivo é que os filhos não querem mais dar continuidade nas atividades agrícolas e que o interesse é em atividades na cidade. Nas visitas foi observado que esta é uma constatação bastante preocupante para os agricultores e eles gostariam de mudar este quadro.

No MS, 74% dos agricultores disseram que não venderiam suas terras, por que:

- É de onde tiram o sustento da família 30%;
- Querem deixar como herança 30%;
- Não querem morar na cidade 15%;
- Tem amor e estima pelo local 15%;
- Eles só sabem trabalhar com isso 10%.

Observa-se que 26% de agricultores do MS falaram que venderiam suas terras, mas, estes mesmos agricultores, disseram que mudariam de opinião se observassem que houvesse um aumento da ajuda aos agricultores. Isto poderia mostrar que, mesmo apresentando uma insatisfação com o contexto, o sentimento de pertencimento está muito presente e estas raízes históricas podem ajudar no processo de desenvolvimento destes territórios.

Diante destes fatos, a história familiar, o amor pelo que fazem e as relações que eles têm no seu território poderiam favorecer as relações de confiança e cooperação e assim, beneficiar a eficiência e a competitividade nos mercados produtivos com a harmonia das dimensões social, cultural e econômica (BRUNET, 1990).

Desta forma, o meio rural poderia passar a ser estratégico no desenvolvimento territorial ao favorecer processos produtivos e sociais a partir do fortalecimento das culturas tradicionais, das parcerias e redes de trocas de experiências da comunidade e de suas formas de relacionamento cooperativo (PERICO e RIBEIRO, 2005).

Os gráficos 14, 15 e 16 demonstram este grau de importância para a tomada de decisão no processo produtivo, com o registro 1 como pouco importa, 2 importa e 3 como sendo o mais importante.

Grau de Importância ao Tomar Decisão no Processo Produtivo

Base: Pouco Importante

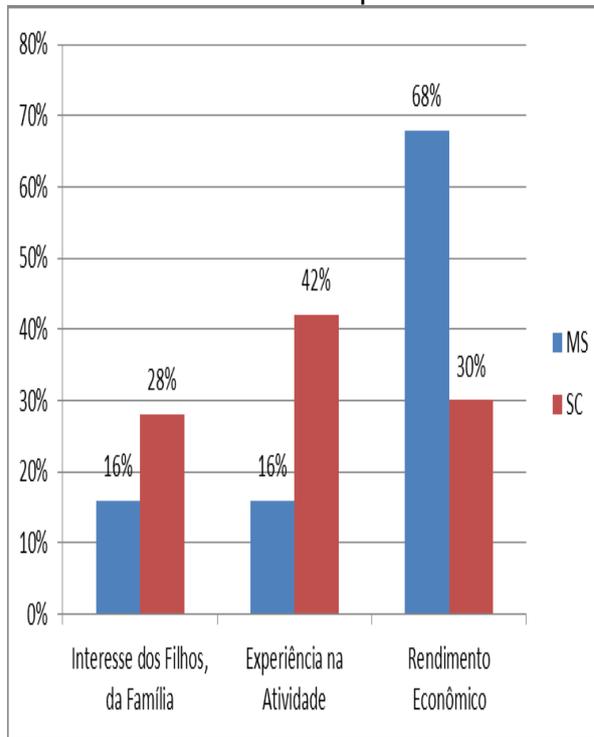


Gráfico 14: Grau de Importância ao tomar Decisão no Processo Produtivo.
Fonte: Questionário aplicado em Março/2011.

Base: Importante

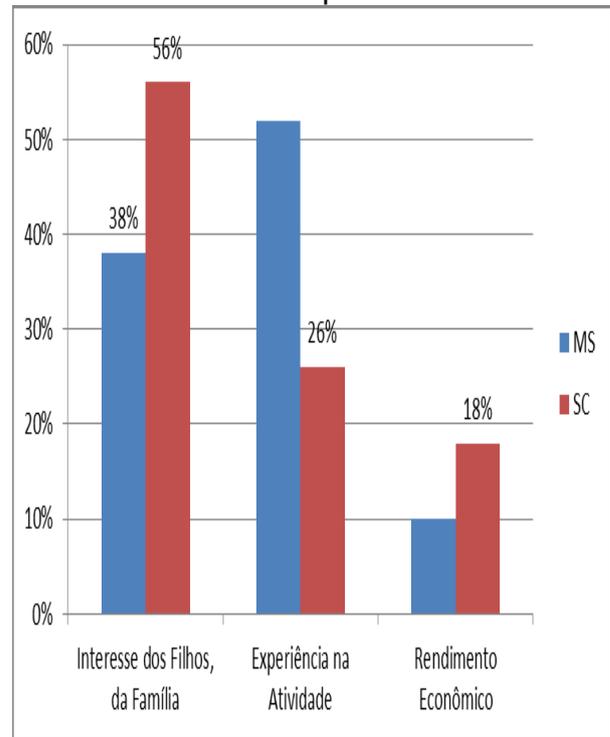


Gráfico 15: Grau de Importância ao tomar Decisão no Processo Produtivo.
Fonte: Questionário aplicado em Março/2011.

Grau de Importância ao Tomar Decisão no Processo Produtivo

Base: Mais Importante

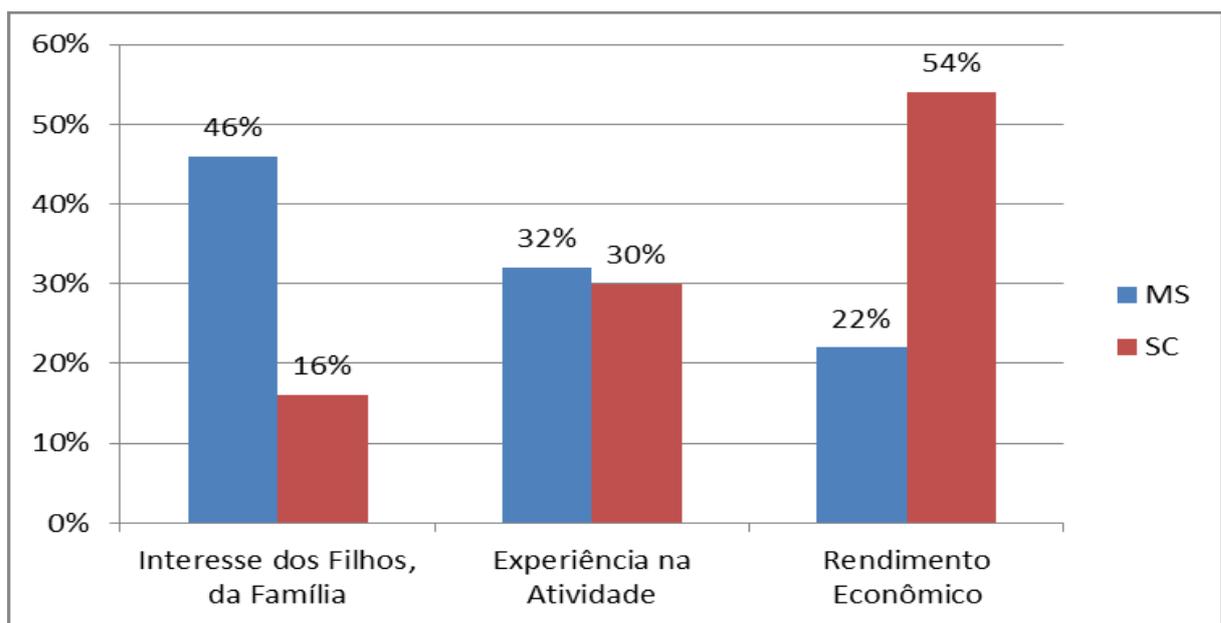


Gráfico 16: Grau de Importância ao tomar Decisão no Processo Produtivo.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Quanto a este grau de importância ao tomar decisão no processo produtivo, os agricultores familiares entrevistados de SC estão mais voltados para o lado econômico, na geração de renda. Contudo, a expectativa do lucro e a acumulação de capital constatado nas entrevistas dos agricultores de SC diferem dos anseios que estes agricultores relataram em outros pontos, pois, a consciência familiar e social aparece reforçando laços de identidade.

No MS os agricultores relatam que primeiro vem o interesse dos filhos e da família, como sendo o fator mais importante ao tomar decisão nas suas atividades agrícolas e espera-se com isto que estes aspectos possam ser aproveitados como estratégia de desenvolvimento.

Neste aspecto, tanto para SC quanto para o MS, as iniciativas econômicas devem servir para gerar potencialidades, oportunidades e vantagens competitivas e principalmente, devem proporcionar a melhoria das condições de vida, ou seja, deve prever o desenvolvimento. Estas iniciativas dependem da ação dos atores sociais envolvidos no território ao incorporar sua história com suas relações econômicas e de produção.

Dessas evidências começam a traçar os caminhos aqui almejados ao levar em conta fatores que podem contribuir para o fortalecimento das relações familiares, coletivas e do processo produtivo e assim construir abordagens baseadas em construções técnico-teóricas que expliquem as dinâmicas socioeconômicas contemporâneas de desenvolvimento dos territórios rurais, onde as mesmas estão inseridas.

O objetivo nesse processo é analisar os saberes e técnicas utilizadas em torno da produção na propriedade e no saber fazer compartilhado dando ênfase nas formas estruturais e institucionais de regulação e governança existentes. Este é o foco dos próximos subtópicos.

6.2 DIMENSÃO TÉCNICO-TEÓRICA

Conforme relatado por Wilkinson (2004) estratégias são desenvolvidas pela agricultura familiar para transformar algumas práticas alimentares e sistemas de alta produção em sistemas produtivos diversificados tidos com valores de “qualidade

superior”, levando em consideração as dimensões da natureza e das relações sociais inseridas em um determinado território, onde os saberes estão ligados aos recursos humanos; com a estruturação das redes de conhecimento e confiança; e com as questões sociais, ecológicas e culturais.

Assim, tratando o conhecimento, habilidades e competências dos agricultores, estamos tratando do capital humano, onde nas propriedades estas abordagens são interpretadas e discutidas através dos conhecimentos utilizados que foram adquiridos e desenvolvidos e suas transmissões de saberes – *savoir faire* – que aqui estão implicitamente entendidas como patrimônio histórico e cultural dos atores locais (RIBEIRO, 2007; SANTILLI, 2006; WILKINSON, 2006, AMBROSINI, FILIPPI, MIGUEL, 2008).

Neste contexto, como visto na Dimensão Histórica, algumas técnicas, conhecimentos e valores são construídos pelos agricultores com o tempo, sendo assim, torna-se importante ligar o contexto histórico e social à produção e ao saber fazer específico relatado, foco desta dimensão técnico-teórica.

Estas articulações entre território, identidade e saber fazer podem permitir a interpretação de um esforço geográfico, permeado por uma identidade construída histórica e socialmente, formando laços de proximidade e interdependência, possibilitando qualidade e vantagens aos produtos e serviços locais ao se constituir ações coletivas de cooperação.

Os processos técnicos-produtivos ao revigorar práticas tradicionais, mesmo tidas como antigas, em práticas mais especializadas, com novos parâmetros tecnológicos e operacionais, tendem a diminuir os custos de produção e de transação, proporcionando maior eficiência aos agricultores e assim conseguir uma maior eficiência no seu processo produtivo, ao agregar valores históricos e culturais aos mesmos.

Ressalta-se que estas dinâmicas não são impostas, ou elas são transmitidas de geração para geração ou elas são aprendidas e compartilhadas entre os atores sociais envolvidos no processo, proporcionando o aprendizado coletivo e ações cooperativas.

Para os agricultores pesquisados, sua produção está distribuída entre a agricultura, pecuária e beneficiamento de alguns produtos como o queijo, doce de leite e linguiça defumada.

A avicultura começa a aparecer nos dois Estados, mas ainda com uma produção muito inicial e integrada à indústria processadora, conforme relato de alguns agricultores.

Já o processamento de polpa de fruta aparece apenas no MS, assim como a produção de leite de vaca, onde esta começa a se desenvolver, principalmente na região de Terenos. Os agricultores deste município, através de sua associação, reúnem suas produções em resfriadores fornecidos pelo governo para assim, fazer sua comercialização. Como pôde ser observado em visita, os resultados deste processo estão bastante ancorados em estratégias da associação e cooperação, proporcionando chances no mercado consumidor.

Existe em SC agricultores de várias outras partes do Estado que produzem morangos, e este interesse, mesmo que ainda pouco significativo, começa a surgir dentre os agricultores familiares pesquisados, assim como a complementação da renda através do artesanato.

Os alimentos produzidos na propriedade servem não só para abastecer o mercado consumidor, como também para o consumo familiar e para as trocas entre vizinhos, e é a grande fonte de renda destes agricultores. Esta renda é complementada, por aposentadoria ou algum outro tipo de serviço prestado a terceiros por algum membro da família (Gráfico 17).

Produção e Renda Familiar

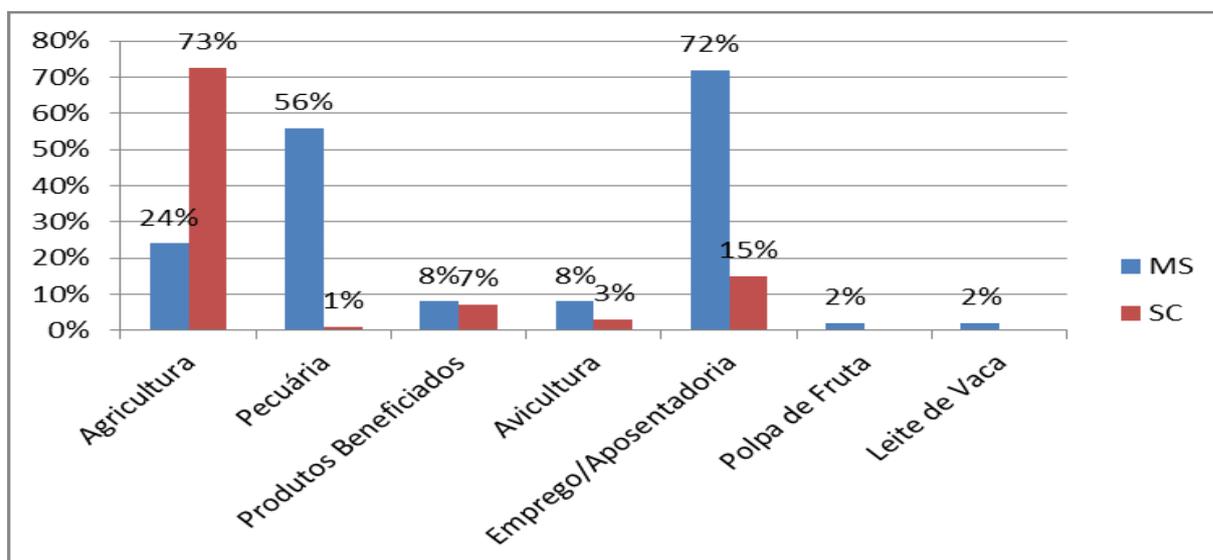


Gráfico 17: Produção e Renda Familiar.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Como se pode observar, os agricultores de MS estão envolvidos com as atividades produtivas, mas 72% de suas rendas estão sendo geradas fora destas atividades, ou seja, sua renda está sendo complementada por empregos por algum membro da família fora da propriedade ou através de aposentadoria.

Esse complemento de renda através de diferentes atividades não-agrícolas poderia comprometer sua reprodução social se o agricultor se distanciar cada vez mais da sua principal atividade agrícola.

Para suprir suas necessidades e garantir sua reprodução social, os agricultores poderiam investir no artesanato, na venda de produtos beneficiados e até mesmo estudar a possibilidade de incluir turismo rural na sua propriedade. Vale ressaltar que, como relatado por Muchnick (2006), os agricultores ao valorizar seu saber fazer, podem trazer significativas melhorias na renda familiar.

Já em SC a agricultura é muito forte e conforme relato dos agricultores, os mesmos utilizam o saber fazer e técnicas tradicionais de manejo dos recursos nas suas atividades. E este conhecimento técnico foi herdado não somente pelos pais, avós e familiares, como também relataram que adquiriram conhecimentos mais modernos através de cursos e palestras, muitos deles oferecidos por cooperativas e pela EPAGRI, além das trocas de experiências com os vizinhos ou outros companheiros da região e assim formar sua própria experiência.

No MS mesmo os agricultores, relatando que adquiriram conhecimento com seus antepassados, com vizinhos e com o aprendizado de técnicas modernas no processo produtivo, eles enfatizam em seus relatos que a experiência como agricultor foi o mais importante para o desenvolvimento de seus processos produtivos.

O gráfico 18 mostra o grau de Importância dos conhecimentos utilizados no processo produtivo.

Grau de Importância dos Conhecimentos Utilizados no Processo Produtivo

Base: Muito Importante

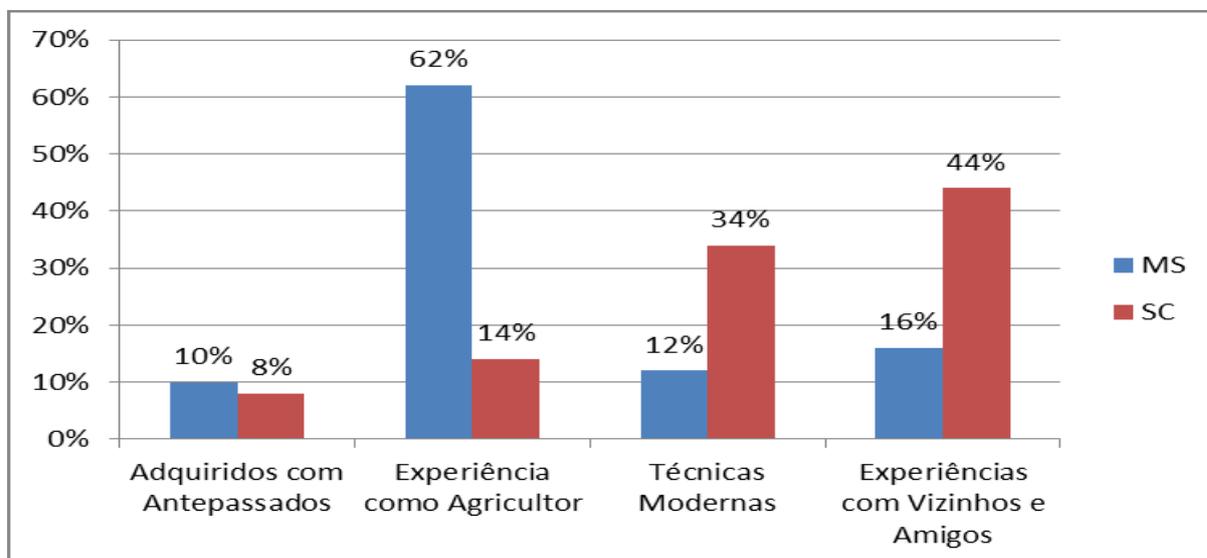


Gráfico 18: Grau de importância dos conhecimentos utilizados no processo produtivo.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Constatou-se assim que nas propriedades pesquisadas em SC, os agricultores possuem conhecimento dos recursos utilizados onde os valores humanos estão presentes e reproduzidos pela institucionalização das relações de reciprocidade (SABOURIN, 2002) e no MS grande parte dos agricultores desenvolvem suas atividades baseados na experiência como agricultores, deste modo, acabam desenvolvendo pouco neste processo, as relações sociais.

Salienta-se que se torna muito importante conservar conhecimento, saberes e fazeres tradicionais, pois estão ligados aos recursos humanos e com a estruturação das redes de conhecimento e confiança e com questões sociais, ecológicas e culturais (WILKINSON, 2004).

E para analisar como os produtos são oferecidos aos consumidores e se os agricultores utilizam de redes de cooperação na comercialização de seus produtos, verificou-se como estes produtos chegam ao consumidor final. O gráfico 19 demonstra os canais de comercialização, tais como feiras livres, comércio local, indústria processadora, distribuidor/Ceasa, bares e restaurantes, e hotéis.

Canais de Comercialização

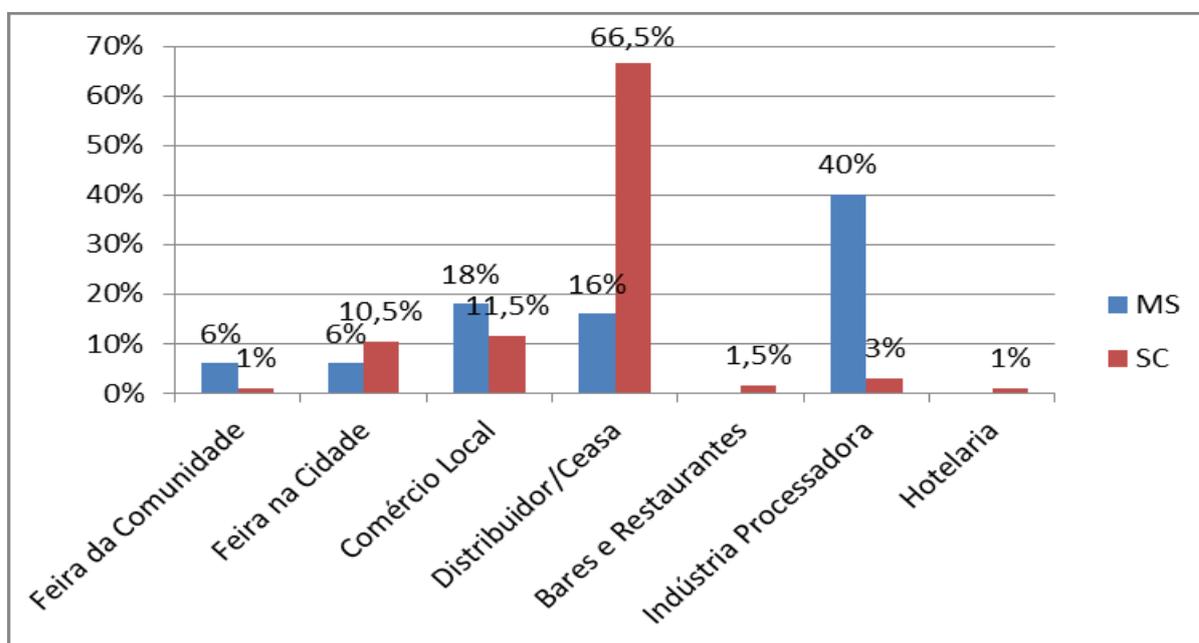


Gráfico 19: Canais de comercialização.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

O que se percebeu foi que os agricultores de SC conseguiram, mesmo que em pequena quantidade, diversificar um pouco mais seu canal de comercialização ao expandirem suas vendas a bares e restaurantes e à rede hoteleira.

Em se tratando de comercialização conjunta, através de relatos, pode-se constatar que os agricultores do MS utilizam de uma cooperativa para comercialização de leite, já em SC os agricultores não utilizam de redes de cooperação para a comercialização dos produtos.

As redes de cooperação poderiam aumentar a capacidade de reivindicação por melhores preços, e assim melhorar as condições de produção.

Observa-se também que os agricultores de MS estão muito atrelados à venda de seus produtos à indústria processadora, assim, os mesmos acabam ficando reféns das condições oferecidas por elas, ou seja, em comportamentos oportunistas, sendo mencionado por eles nas visitas feitas em suas propriedades. Muitas vezes estas redes formais de comercialização acabam buscando apenas o objetivo econômico, dificultando assim, as relações de cooperação, deixando de produzir valores humanos como a amizade e a confiança.

Em SC, a maior parte dos agricultores se relaciona com o Ceasa. Os Ceasas, muitas vezes, aparecem como intermediários na venda, ou seja, eles compram e revendem os produtos, e assim, mais uma vez, os agricultores acabam se adaptando às exigências daqueles, mas, muitas das vezes, como relatado, estas exigências são favoráveis apenas para uma das partes, e que no caso, não são os agricultores.

Mais um ponto observado foi que os agricultores de SC e MS não exportam seus produtos, nem mesmo através de intermediários, já que os agricultores relataram que vendem a distribuidores e Ceasa.

Através das entrevistas e de visitas, pôde-se perceber que os agricultores dos dois Estados relatam que não possuem problemas com empréstimos, alguns relataram que já utilizaram, mas que não utilizam mais, mas a maior parte disse que não possui empréstimo para a produção, ficando como maiores entraves neste processo, tanto em SC quanto em MS, a competitividade e os problemas relacionados à forma de comercialização, sobretudo no que concerne ao pouco conhecimento sobre as demandas dos consumidores, ou seja, nestas produções constata-se que os agricultores ainda a fazem de forma desorganizada, pois os mesmos produzem sem saber previamente para quem vão comercializar, e pouco utilizam de estratégias de comercialização conjunta (gráfico 20), acabando assim, reféns do mercado.

Estratégias conjuntas de Comercialização

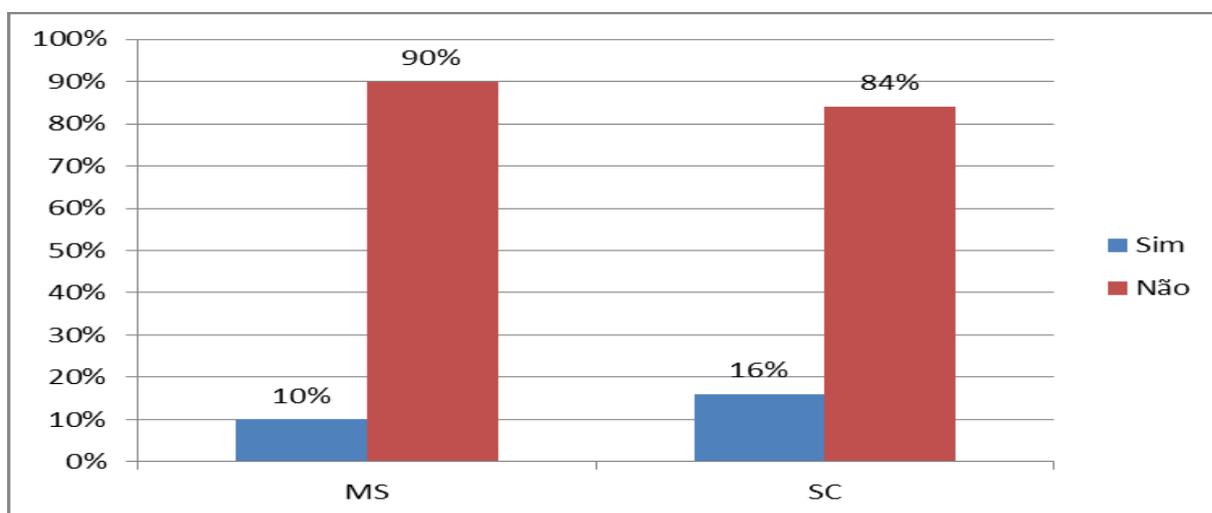


Gráfico 20: Estratégias conjuntas de comercialização.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Os tipos de estratégias conjuntas de comercialização mencionados em SC foram:

- Comercialização conjunta 25%;
- Discussão sobre plantio 12,5%;
- Diversificar produtos para comercialização 12,5%;
- Encontros com a EPAGRI 12,5%;
- Reunião de vizinhos 12,5%;
- Revenda para terceiros com divisão de lucros 12,5% e
- União dos agricultores 12,5%.

No MS os relatos de estratégias foram:

- Produtores entregam o leite na associação e este vai para o laticínio 50% e
- Projeto PAZ – o projeto vende e repassa o dinheiro 50%

Quando questionados se este tipo de parceria melhorou as vendas, tanto os agricultores do MS quanto os de SC disseram que sim. E ainda, foi perguntado se eles possuíam alguma forma de ajuda mútua para comercialização dos seus produtos, em SC 22% disseram que sim e 78% que não. No MS este percentual foi de 10% para sim e 90% disseram que não. Os tipos de ajuda mencionada foram (tabela 07):

Santa Catarina	Mato Grosso do Sul
Transporte para revenda 55%	Indicação de compradores 40%
Entrega no Ceasa 27%	Projeto PAZ 40%
Entrega nas escolas 9%	Equipamentos e sementes fornecidos pela prefeitura 20%
Revenda 9%	

Tabela 07: Formas de ajuda mútua para comercialização de produtos.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

No MS há a venda de produtos para o Projeto PAZ, projeto da prefeitura que compra os produtos e repassa aos locais mantidos por ela, como no caso de escolas municipais.

A prefeitura também fornece equipamentos e sementes para uma parcela de agricultores, mas o percentual de agricultores que utilizam ajuda mútua para comercialização ainda é muito baixa, acabando se restringindo à prefeitura ou à indicação dos vizinhos para possíveis compradores, assim, os mesmos poderiam orientar seus esforços para estratégias conjuntas de comercialização para assim tentar diminuir os custos de transação existentes e reivindicar melhores preços e aumentar as condições de acesso a mercados.

Em SC não é diferente, os agricultores acabam se restringindo com ajuda com transporte e revenda e assim, iniciativas de ajuda mútua poderiam servir, não só para reduzir os custos de transação, mas para tornar mais eficiente o processo.

Para isso, os agentes envolvidos no processo devem estar capacitados a atenderem às novas exigências colocadas pela comercialização de alimentos (em termos da qualidade dos produtos e dos direitos do consumidor) e a explorarem as possibilidades oferecidas pela diferenciação do consumo, buscando, em paralelo, aproximar esse tipo de varejo e os pequenos produtores da própria região.

Neste ponto as cooperativas ou associações poderiam aparecer como intermediários nas transações de comercialização, onde as relações seriam não apenas econômicas, mas também sociais.

Estes tipos de redes de cooperação poderiam se desenvolver através das relações sociais, ao combinar trabalho, produção e reciprocidade, onde o trabalho e a produção seriam construções sociais históricas reguladas por Instituições da vida coletiva. As estratégias conjuntas de comercialização poderiam ser mecanismos para dinamizar e diversificar a economia destas propriedades rurais e assim regular os mercados, a concorrência econômica e possíveis conflitos locais (RADOMSKY, 2006).

Outra constatação foi que, mesmo possuindo produtos orgânicos e produtos que preservam sua identidade os agricultores não conseguem perceber estes aspectos como diferenciais, ou seja, não os utilizam como benefícios para agregar valor a seus produtos transformando-os em estratégias de comercialização.

O gráfico 21 reproduz as respostas dadas pelos agricultores sobre a utilização de alguma identificação, etiqueta, carimbo, rótulo ou selo de qualidade

(tabela 08), e mesmo que houve alguns relatos que sim, com maior número em SC do que em MS, constatou-se que tais identificações são feitas sem nenhum controle.

Produção de Alimentos com Referenciais de Origem

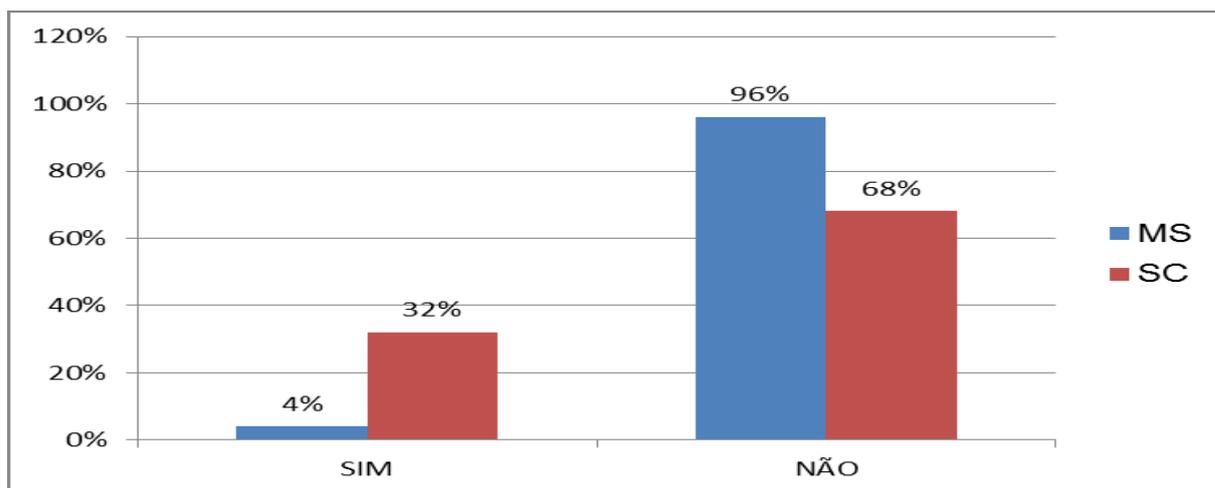


Gráfico 21: Produção de alimentos com referenciais de origem.

Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Tipos de Referenciais de Origem

	MS	SC
Etiqueta		13%
Carimbo	50%	
Rótulo		37%
Selo		25%
Não sabe especificar	50%	25%

Tabela 08: Tipos de Referenciais de Origem.

Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

A elaboração de produtos locais, capazes de produzir singularidades expressas em produtos ou serviços que permitem serem reconhecidos em diversos âmbitos do consumo, poderia ser uma ferramenta ancorada na valorização territorial

dos produtos pelos agricultores, ao atribuir a reputação do tradicional, ou seja, do patrimônio natural e cultural como estratégia de agregação e disputa de valor a estes produtos.

Esta dinâmica poderia ser desenvolvida pelos agricultores familiares tradicionais, a partir da identidade territorial dos atores sociais o qual funcionaria como mediador e facilitador das relações entre os agentes da cadeia, ou seja, ligando produtores e consumidores em estratégias de venda direta e diversificada.

Como se observou, o cenário é favorável aos agricultores dos dois Estados, pois, além do mercado demandar por produtos com apelo identitários, tidos como saudáveis (RIBEIRO, 2007 e CARNEIRO, 1998), os agricultores possuem características que ainda não são utilizadas por eles como estratégia competitiva, como o saber-fazer a traços históricos e institucionais, onde os dois primeiros pontos foram tratados. A seguir a visão Institucional buscará analisar as relações entre os atores.

6.3 DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Neste aspecto, baseado no recorte horizontal proposto, prioriza-se o contexto que ressalta se vem ocorrendo a construção de vínculos entre os atores sociais e o seu processo produtivo a fim de priorizar uma construção coletiva.

Por isso foi importante verificar como foram ou se foram construídas as ações cooperativas de forma a facilitar os interesses dos agricultores com laços de confiança, cooperação e se os valores associados aos territórios podem influenciar na dinâmica e no desenvolvimento de cadeias produtivas com participação de agricultores familiares tradicionais.

A fim de facilitar a coordenação e a cooperação dos atores sociais envolvidos em vista de um benefício conjunto, foco da presente pesquisa, desenvolve-se Instituições que tratam dos interesses gerais do grupo através de regras, formais (constituição, leis, direitos de propriedade, regulamentações) e informais (tabus, costumes, tradições, códigos de comportamentos) – modelo este abordado por North (1990) com o intuito de favorecer a obtenção de conquistas coletivas, ao regular as interações humanas e limitar o conjunto de escolhas dos indivíduos.

Em relação a contratos os agricultores pesquisados mencionam, no geral, que utilizam pouco de contrato formal para compra e venda de produtos ou ainda, mencionam que possuem confiança nas transações, utilizam de contratos informais ou não pensam no assunto, primeiro produzem e depois pensam para quem irão vender (Tabela 09).

Contratos Firmados para Compra e Venda de Produtos

	Faz Contrato Formal	Apenas Contrato Informal	Possui Confiança, por isso não faz Contrato	Não pensam nisso. Primeiro Produz e Depois Pensam para quem Vender	Leilão
MS	10%	12%	22%	68%	2%
SC	4%	2%	64%	30%	

Tabela 09: Contratos formais e informais para compra e venda de produtos.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Os dados apresentados de SC demonstram que as regras informais estão bastantes presentes nas transações produtivas, pois os Agricultores de SC possuem uma grande relação de confiança nas transações de compra e venda de produtos (64%).

As relações de confiança nas transações dos agricultores de SC podem influenciar na coordenação dos atores envolvidos (North, 1990). E esta confiança pode contribuir para o surgimento das redes de cooperação. Este tipo de aliança pode surgir por necessidade ou por prazer, amizade, reciprocidade.

Esta cooperação entre partes interessadas visam o desenvolvimento das atividades de produção através das redes de relacionamento, ou seja, a existência ativa de um capital social, onde a cooperação dos atores pode trazer um beneficiamento local ao fazer a interface entre a produção e o consumo e ao flexibilizar as relações e os custos de transação, os quais foram favorecidos pela

confiança e por uma possível organização em torno de um espírito de concorrência-cooperação (PECQUEUR, 1992).

Para regular este comportamento dos agricultores de SC sem a necessidade de um aparato legal, é importante estabelecer regularidades de comportamento, social e historicamente construídas, ou seja, o capital social envolvido (FELIPE, 2008).

Neste cenário, a noção de capital social pode ser utilizada para tentar explicar o desenvolvimento social e econômico e a cooperação destes agricultores, pois, é ele que vai designar o conjunto de recursos – confiança, normas e sistemas – capazes de promover a melhor utilização dos ativos econômicos pelos agricultores e o que acaba facilitando ações coordenadas (ROCHA, 2008).

Os dados de MS (68%) demonstram que os agricultores pouco se preocupam com a função planejamento no seu processo de venda ao relatarem que não pensam na venda antes da produção. Este fator pode ser limitador nas construções sociais onde as relações de confiança podem ser capazes de facilitar ações coordenadas e promover o desenvolvimento (SANTOS, 2008).

Para os agricultores de MS os agentes envolvidos poderiam utilizar de ações coletivas e coordenadas como ferramenta inovadora para o desenvolvimento social e econômico destes empreendimentos agrícolas familiares, pois, ainda estes empreendimentos não utilizam de tal recurso para a abertura de novos caminhos para o mercado.

De acordo com Simmons (2005) estas unidades de produção podem desenvolver redes de relações, parcerias e apoio que almejam viabilizar e potencializar suas atividades e seus resultados em termos de metas produtivas, organizacionais e econômicas.

Para verificar como os membros destas comunidades se relacionam e se desenvolveram confiabilidades, a abordagem das entrevistas traçou prerrogativas tais como:

- (a) Praticam ajuda mútua com outros agricultores (gráfico 22) e (tabelas 10 e 11);
- (b) Acham que sozinhos conseguem mais possibilidades de comércio de seus produtos do que em grupo (gráfico 23);

(c) Trocam ideias, informações ou discutem estratégias com outros produtores da comunidade (gráfico 24), e

(d) Visitam outras propriedades rurais da comunidade (gráfico 25);

Praticam formas de ajuda mútua com outros agricultores – SC

Tipo	Período/Ano	Motivo	Nº de dias	Forma de Retribuição
Ajuda nas atividades da propriedade 10%	Durante o ano inteiro	Muito serviço	Em torno de 60 dias durante o ano	Troca de favores e mão-de-obra
Empresta materiais e equipamentos 13%	Durante o ano inteiro	Sem condições de comprar e melhorar do serviço	Em torno de 60 dias durante o ano	Troca de favores
Trocam serviços 30%	Durante o ano inteiro	Necessidade e troca de serviços	Em torno de 60 dias durante o ano	Trocam serviços e trocam produtos
Ajuda com transporte 3%	Durante o ano inteiro	Economia	Em torno de 60 dias/ano	Dividem despesas
Venda de Produtos 22%	Durante o ano inteiro	Melhorar a renda e ajuda bastante	Em torno de 60 dias/ano	Dividem lucro, pagam frete ou trocam favores
Não praticam formas de ajuda mútua 22%				

Tabela 10: Praticam formas de ajuda mútua com outros agricultores- SC

Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Praticam formas de ajuda mútua com outros agricultores- MS

Tipo	Período/Ano	Motivo	Nº de dias	Forma de Retribuição
Ajuda nas atividades da propriedade 8%	Durante o ano sem época definida	Para ajudar vizinhos e trocar favores	Em média 5 dias por mês	Trocam serviços
Empréstimo de materiais e equipamentos 10%	Durante o ano todo	Falta de mão-de-obra e melhora na produção	Em média 5 dias por mês	Trocam favores
Trocam serviços 2%	Sem época definida	Amizade	Em média 5 dias/mês	Trocam serviços
Venda de Produtos 6%	Época da venda	Para ajudar vizinhos e conseguir melhores benefícios	1 a 5 dias por período	Indicação de compradores e trocam favores
Não praticam formas de ajuda mútua 74%				

Tabela 11: Praticam formas de ajuda mútua com outros agricultores- MS
 Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Praticam Ajuda Mútua com Outros Agricultores

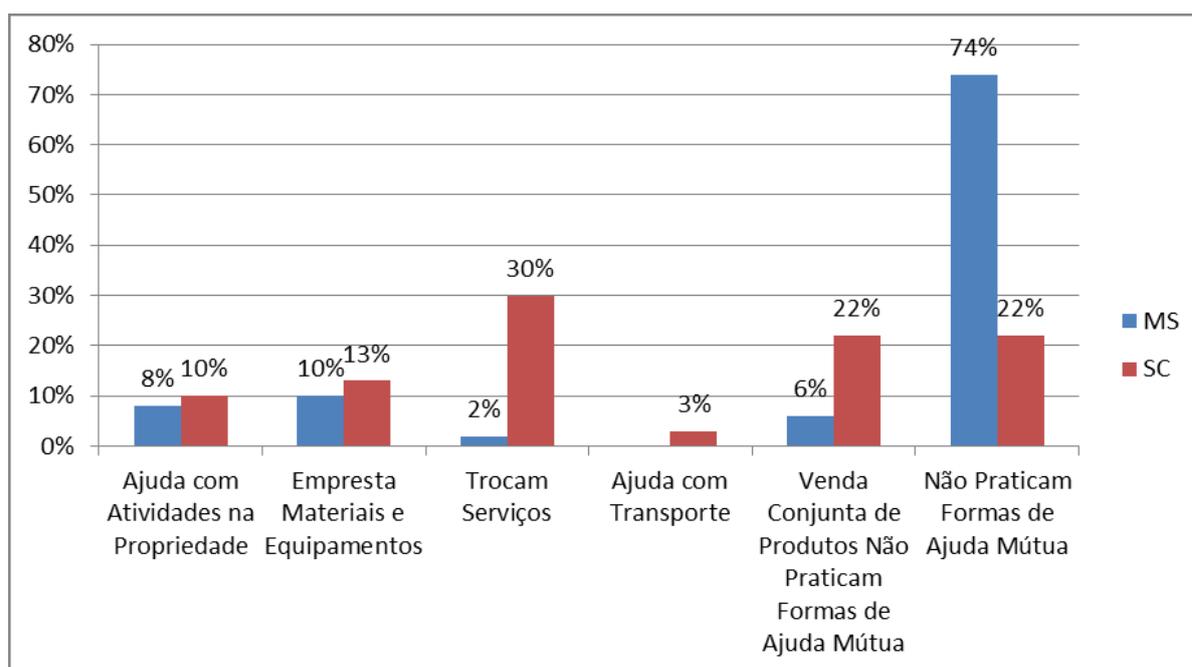


Gráfico 22: Ajuda mútua com outros agricultores.
 Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

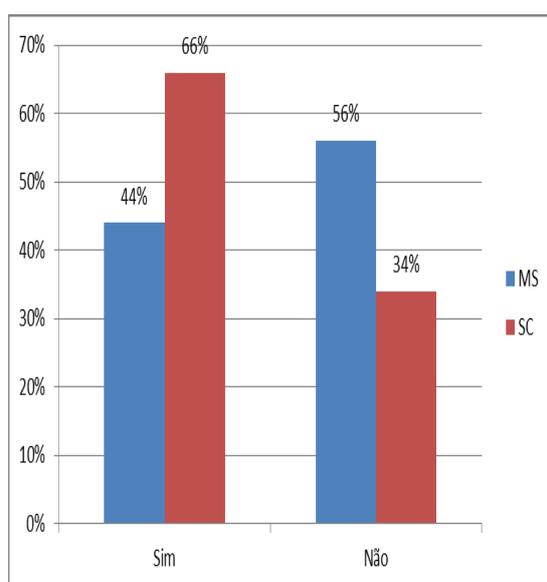
Verifica-se ao constatar que 74% dos agricultores no MS relatam não praticar formas de ajuda mútua com outros agricultores, que os mesmos não desenvolveram relações concretas de confiança entre os membros da comunidade na região, dificultando assim as ações coordenadas.

Estas ações poderiam ser o ponto de partida para estes agricultores desenvolverem suas relações a fim de facilitar não só as relações sociais, mas também, as econômicas e assim melhorar a eficiência produtiva para tentar reduzir possíveis comportamentos oportunistas favorecendo o desenvolvimento territorial rural desta região.

Quanto aos agricultores de SC, as relações de cooperação são mais evidentes quando afirmam trocarem serviços (30%) e praticarem vendas conjuntas de produtos (22%).

Como mediador e facilitador das relações de cooperação entre os agricultores, destacam-se estas ações coletivas, pois, são elas que favorecem o compartilhamento de valores comuns, hábitos, experiências históricas, identidade, e desenvolvem as relações de confiança. Esta reciprocidade nas relações de ajuda dos agricultores pode ser um importante mecanismo cultural ao conferir caráter produtivo ao capital social (FARINA, 1999).

Sozinhos têm mais Possibilidades de Comércio



Trocam Informações

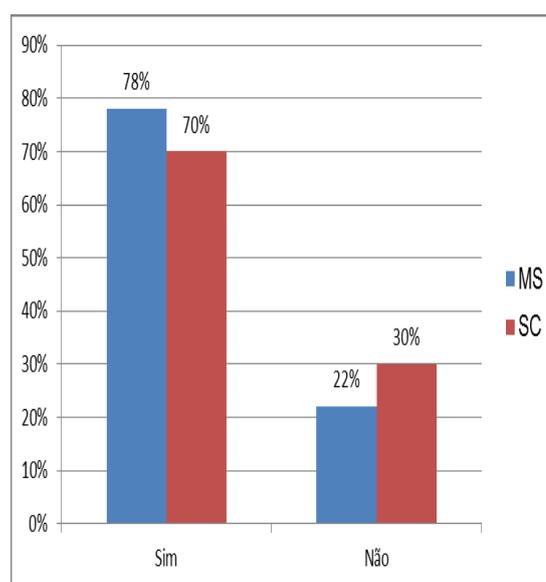


Gráfico 23: Sozinhos têm mais Possibilidades de Comércio. Gráfico 24: Trocam Informações
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Visitas a Propriedades Rurais na Comunidade

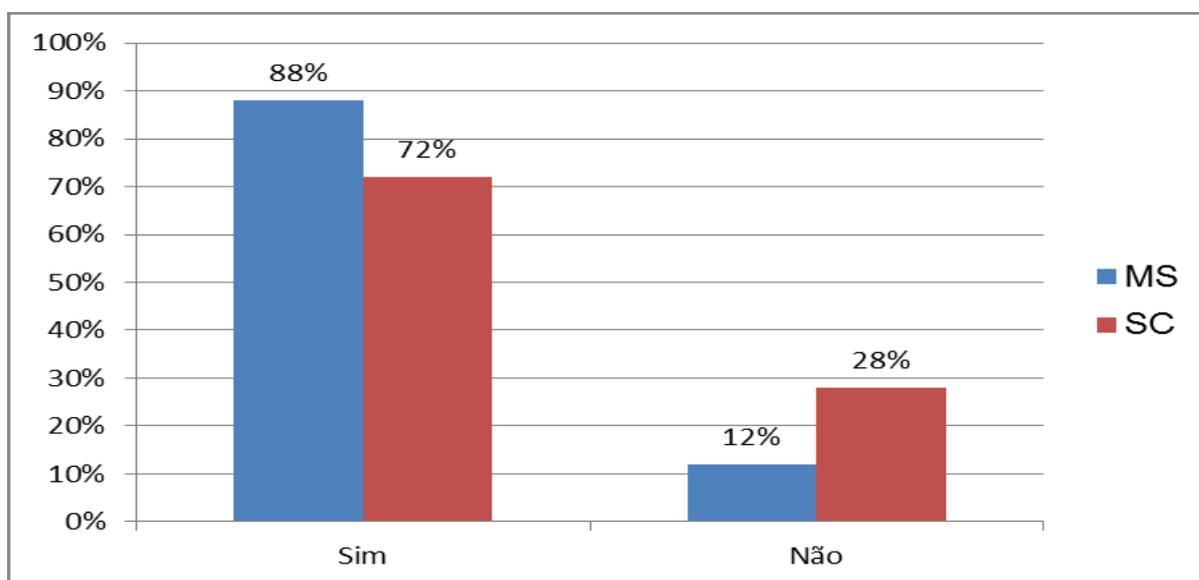


Gráfico 25: Visitas a outras propriedades rurais.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Importante verificar que, os agricultores de MS (56%) relataram que sozinhos não têm grandes possibilidades de comércio de seus produtos frente à economia de escala desenvolvida por grandes produtores rurais, pois:

- Se houver união, tudo fica melhor, melhores resultados, mais pessoas para ajudar, mais pessoas pensando 42%;
- Com mais produto, o preço melhora 50% e
- Deveria ter cooperativas para desenvolver melhor nossos produtos 8%.

Mas, mesmo sob esta ótica, ainda é grande o percentual dos agricultores de MS (44%) que não conseguem perceber tal benefício. O benefício mencionado estaria relacionado à redução de incertezas e riscos e as oportunidades competitivas e penetração a mercados como estratégias individuais e coletivas que tenderiam criar oportunidades no mercado consumidor.

Em SC, a maioria dos agricultores (66%) acha que sozinhos têm mais possibilidades de comércio para seus produtos do que em grupo, e este ponto é muito importante, pois a confiança pode veicular relações de reciprocidade, solidariedade e cooperação.

Importante destacar que estes pontos podem ser estratégias de desenvolvimento ao incorporar no processo produtivo recursos intangíveis nas suas relações econômicas e de produção.

Para os agricultores de SC que disseram que sozinhos não têm mais possibilidades de comércio (34%), os motivos relatados foram:

- Em grupo é melhor / Melhoraria em grupo 29%;
- Maiores ganhos em grupo / Maiores lucros 17%;
- Haveria melhores trabalhos em grupo 6%;
- Ajuda de outros é sempre bem vinda 6%;
- Alcance de grandes mercados em grupo 6%;
- Complemento de produtos a oferecer 6%;
- Maior colocação dos produtos 6%;
- Maior opção de mercados 6%;
- Maiores facilidades para a venda em grupo 6%;
- A venda no atacado renderia mais 6% e
- Melhoraria muito 6%.

Este poderia ser o caminho a ser seguido pelos agricultores familiares, a fim de gerar potencialidades para a comunidade, onde as relações de confiança possam prevalecer sobre comportamentos competitivos.

Para os agricultores dos dois Estados, 22% no MS e 30% em SC, que relataram não trocar informações, ideias ou discutir estratégias com outros produtores, eles não o fazem:

- por falta de interesse;
- por falta de tempo;
- porque falaram que trocam ideias apenas com alguns familiares;
- pois não conhecem bem os agricultores da região e assim não confiam muito neles, ou
- pois acham que sozinhos tomam melhores decisões.

O comportamento dos agricultores de MS (70%) e de SC (78%) que relataram trocar informações com vizinhos, amigos e familiares sobre o processo produtivo e visitar propriedades rurais na comunidade, este comportamento tende a fortalecer os relacionamentos de confiança, a transparência da gestão, a transferência de capacidades, a distribuição da informação facilitando a condução de processos de desenvolvimento (JARA, 1999).

No que se refere a desenvolvimento e competitividade de um território é importante ressaltar o dinamismo das instituições e das organizações frente à participação social através do favorecimento das trocas de informações, dos contatos interpessoais e da cooperação, assim como a capacidade de se inovar e flexibilizar sua produção. Nos empreendimentos pesquisados, levantou-se em entrevista a avaliação, por parte dos agricultores, da atuação de instituições e organizações na localidade (gráfico 26) e se, caso elas existam, elas desenvolvem práticas para ajudar com a produção e comercialização dos produtos (gráfico 27).

Atuação de Instituições e Organizações

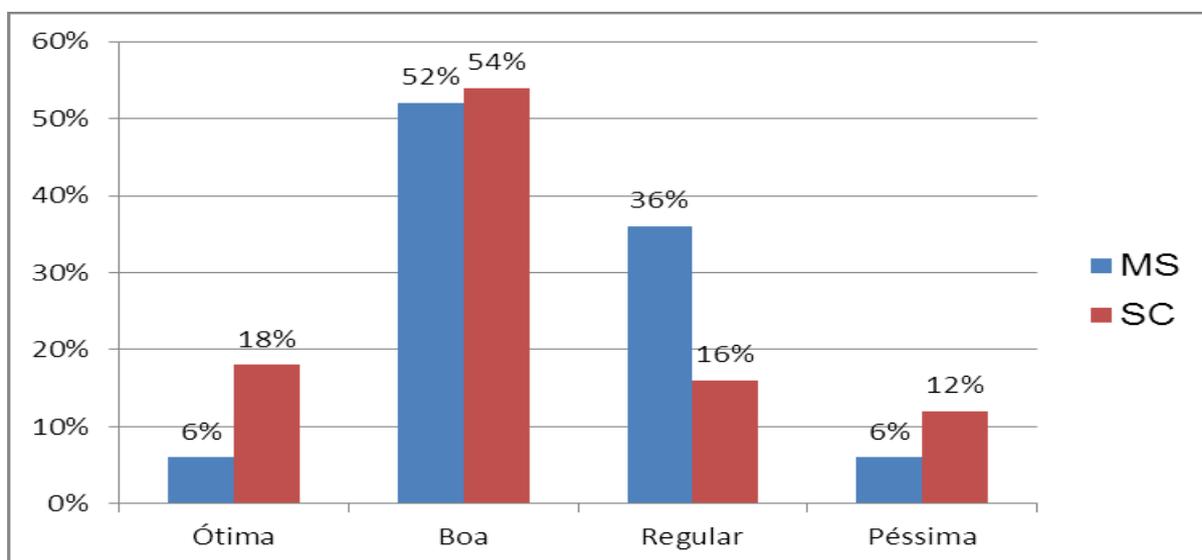


Gráfico 26: Atuação das instituições e organizações nas regiões de MS e SC.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Os agricultores relataram que mesmo sendo boa a atuação das instituições e organizações na região, eles só recebem algum tipo de assistência quando

solicitado e que elas não conseguem suprir as necessidades gerais dos agricultores, ou seja, elas conseguem apenas auxiliar em momentos específicos.

Ressalta-se a importância considerável das instituições e organizações como responsáveis por regular as interações dos indivíduos, onde no ambiente institucional formam fatores sociais capazes de influenciar o comportamento dos indivíduos na sociedade.

É importante ressaltar que as Instituições sociais e econômicas se formam para resolver o problema da cooperação entre os indivíduos. Neste contexto, para que a cooperação entre os agricultores possa ocorrer, estes precisam confiar naqueles com os quais estão negociando e é assim que os atores sociais e as instituições facilitam o acesso a novos mercados, através de conquistas coletivas e a diminuição do oportunismo dos indivíduos.

Ajuda de Associação de Agricultores

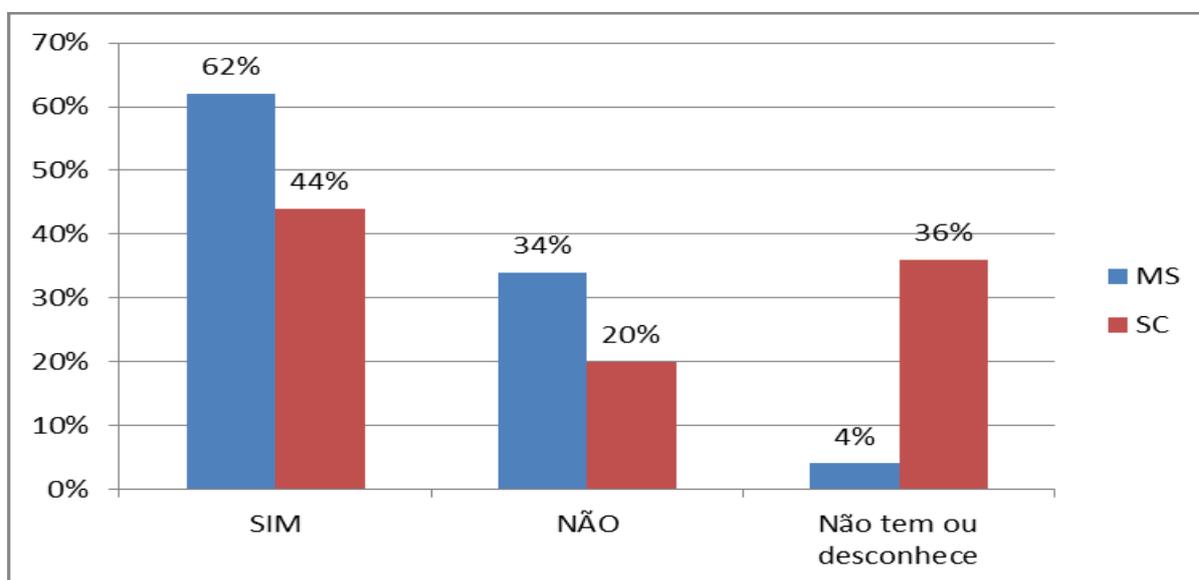


Gráfico 27: Ajuda de associação de agricultores com produção e comercialização no MS e SC.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Em relação a associações de agricultores em SC um número grande de agricultores (36%) disseram que não existia uma associação ou eles desconheciam a existência, enquanto no MS esse número foi de apenas 4%. E ainda em SC 20% dos agricultores relataram que não existia uma ajuda com a produção ou

comercialização de produtos por parte de alguma associação e esse número foi maior em MS (34%), dentre os relatos do porque da falta de ajuda, as respostas foram bem próximas nos dois Estados:

- Não traz recursos/quando vem é só para alguns;
- Aluga maquinários no mesmo valor de particular;
- O dinheiro da associação ninguém sabe pra onde vai;
- O povo não é unido/quando uns se reúnem outros se afastam;
- Não sei/não tenho ideia;
- Falta união dos produtores/interesse/é cada um por si;
- Faltam verbas;
- Eles não têm assistência técnica;
- A administração é parada/falta visão/falta interesse;
- Não trazem recursos para a região;
- Não trazem clientes para comprar nossos produtos, e
- Desconhecem o trabalho da associação.

Em SC 44% dos agricultores relataram que a associação ajuda na produção e comercialização dos produtos através:

- Reuniões para discutir produção / comercialização;
- Orientação / Informação / palestras;
- Transporte e distribuição da produção;
- Apoio técnico;
- Auxílio na comercialização / Estímulos à venda;
- Ajuda com financiamento;
- Orientação para quem tem convênio.
- Garantia de venda, e
- União para garantir melhores preços.

No MS o percentual é maior, 62% dos agricultores fizeram relatos de como há ajuda de associação com produção e comercialização dos produtos:

- Preparação da terra para plantar/arar/gradear;
- Reuniões para melhorar os preços;
- Com maquinários;
- Vendem o que produzem nas chácaras;
- Tem tanque de resfriamento de leite e recolhem o leite;
- Oferecem cursos técnicos aos associados;
- Com causas trabalhistas;
- Convênio com a prefeitura para fornecer alimentos da merenda escolar;
- Trazem palestrantes/cursos de capacitação;
- Compram os produtos;
- São bem ativos;
- Eles correm atrás de documentos/tem apoio do governo, e
- Fornecimento de água potável mais barato.

Este é o ambiente que deveria ser desenvolvido pelos agricultores, ou seja, envolver os aspectos sociais nas relações da cadeia produtiva, onde a confiança, cooperação, reciprocidade e organização social poderá viabilizar e potencializar as atividades produtivas e seus resultados.

Para verificar a participação dos agricultores na sociedade, torna-se importante analisar as relações existentes na comunidade, pois, nestas relações, as redes de sociabilidades como Igrejas, centro comunitários, escolas, festas e comemorações, dentre outros, impulsionam o desenvolvimento dos laços sociais.

Comunidade

	MS	SC
Centro Comunitário	58%	40%
Associação de produtores	100%	16%
Hospital/Posto de Saúde	40%	82%
Escola/Creche	96%	66%

Posto policial	2%	54%
Mercados/Quitandas	40%	82%
Sindicatos	4%	80%
Festas/ Comemorações	94%	90%
Igrejas	98%	100%
Cooperativas	-	44%

Tabela 12: Comunidade.

Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Quando questionados como estava a participação da família na Igreja e em atividades culturais na localidade, tais como grupos de dança, cantos ou algum ritual tradicional, os agricultores relataram:

Participação em atividades culturais

	MS	SC
Boa	40%	26%
Regular	24%	44%
Péssima	36%	30%

Tabela 13: Participação em atividades culturais.

Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Participação da família na igreja

	MS	SC
Ótima	24%	32%
Boa	48%	56%
Regular	28%	12%

1 vez por semana	24%	70%
2 vezes por semana	6%	
3 vezes por semana	2%	
Mensal	54%	30%
Nenhuma	14%	

Tabela 14: Participação da família na Igreja.
 Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Ainda é muito regular a participação dos agricultores na vida em sociedade. Acabam se restringindo a ir a Igreja, ou, raramente, em algum evento festivo na região, mas através de relatos, os agricultores dos dois Estados disseram que pouco conversam com os vizinhos nestas ocasiões. No MS, em visitas alguns agricultores disseram que o envolvimento da comunidade em eventos da associação começou a crescer, mas ainda fica restrito a algumas famílias, mas enfatizam que já está melhorando.

Na medida em que o agricultor interage mais com a comunidade, mais fortes tornam-se estes vínculos, pois, é na comunidade que os laços entre os indivíduos se consolidam e estes laços associativos podem despertar a solidariedade e a cooperação.

Estes fatores podem oportunizar as relações dos agentes da cadeia e assim obter vantagens estratégicas aos agricultores familiares. Estas ações podem articular ações de desenvolvimento e assim proporcionar resultados coletivos.

Tanto para os agricultores do MS quanto os de SC, nesta prática cooperativa, o individualismo deve ser superado pela assistência mútua, onde o fortalecimento aumentaria a confiança nas relações e assim o desenvolvimento e o fortalecimento do capital social conseguem trazer realmente benefícios aos agricultores e à coletividade (PUTNAM, 2007).

Em entrevistas, os agricultores dos dois Estados relataram que gostariam de preservar as relações familiares e as relações com a comunidade, seja por vínculos parentais ou por meio de amizades. Esta característica é importante para eles estabelecerem relações de confiança, de cooperarem e de se associarem em torno de interesses comuns.

Como o foco desta pesquisa foi o ambiente institucional informal, onde a coordenação entre os atores sociais se desenvolve por ações coletivas como, por exemplo, a cooperação através de alguma forma de associação, foi levantada em entrevista esta participação dos agricultores em sindicatos, cooperativas associações, além de levantar os agentes pertencentes à comunidade (tabela 15).

Pertencem a Sindicato, Cooperativa ou Associação

	MS		SC	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Sindicato	26%	74%	82%	18%
Cooperativa	6%	94%	26%	74%
Associação	44%	56%	2%	98%

Tabela 15: Pertencem a Sindicato, Cooperativa ou Associação.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Para os que relataram não participar, foi questionado se eles gostariam de pertencer:

Gostariam de pertencer à associação/cooperativa/sindicato

	MS	SC
Sim	68%	60%
Não	32%	40%

Tabela 16: Gostariam de pertencem à associação/cooperativa/sindicato.
Fonte: Questionário aplicado em Março de 2011.

Mesmo alguns não participando, relataram que gostariam de participar (60%), para os que responderam negativamente, foram questionados porque não

participam ou porque não gostariam de participar. Os relatos em SC foram que eles não tinham interesse e que este tipo de participação apenas serviria para incomodar.

Em MS, 68% disseram que tinham interesse e para os que não tinham nenhum interesse, os relatos desta falta de interesse foram:

- Não precisam;
- Produzem pouco;
- Eles só querem levar dinheiro/não ajudam;
- Já têm idade avançada;
- Não sabem como funciona;
- Não acham importante essas coisas;
- Não veem vantagens/ninguém faz nada, e
- Eles trabalham para fins lucrativos e pouco fim administrativo.

No MS, em visita feita aos agricultores, observou-se uma presença ativa da associação no cotidiano dos produtores, ela colabora com o processo produtivo através de fornecimento de máquinas e equipamentos, resfriadores para leite, além de ajuda para resolução de problemas que possam vir a existir. Na associação eles promovem festas, reuniões e encontros. Dos agricultores que participam da associação, 66% são sócios, 24% são sócios atuantes e 10% sócios dirigentes.

Estas ações coletivas tendem a favorecer os objetivos comuns, tais como melhora na eficiência de negociação de compra de insumos, equipamentos, além da comercialização conjunta de produtos (relato do presidente da associação).

Nota-se em MS a presença de sindicato, mas em visitas feitas aos agricultores, os mesmos relataram que pouco utilizam dos serviços dos sindicatos e que utilizam mais assessoria da AGRAER.

O cooperativismo, por sua vez, é pouco utilizado pelos agricultores de MS (6%), isto mostra que os mesmos pouco utilizam das transações econômicas, sociais e culturais que podem ser proporcionada pelas ações cooperativas dos atores locais. As transações, acordos e articulações entre os atores, poderiam vir a trazer uma melhoria das condições de vida de toda a população local e um possível desenvolvimento local (ABRAMOVAY, 2007 e LISBOA, 2003).

Em SC, o sindicato (82%) é presença forte entre os agricultores, observando-se assim que os mesmos estão bem assistidos e organizados. Dos que participam de alguma organização, 86% dos agricultores relataram serem sócios, 12% sócio atuante e 2% sócio dirigente. Já em relação às associações (2%) e cooperativas (26%), os agricultores relatam pouco utilizar desta estratégia e isto vai de encontro às constatações feitas, pois, observou-se que os costumes e práticas sociais presentes poderiam favorecer a iniciativa individual e a cooperação entre os atores locais envolvidos.

Esta perspectiva reforça a importância da formação das redes sociais, das normas de confiança mútua e da riqueza do tecido associativo enquanto pressupostos fundamentais do desenvolvimento territorial e que favorecem a participação destes agricultores em instituições, pois, essa capacidade de inovação e de geração de conhecimentos, competências ou habilidades feitas através de algum tipo de associativismo são essenciais à evolução de todo o sistema territorial de produção, mas é válido salientar que o desenvolvimento dessas capacidades depende, por sua vez, da ação dos atores sociais envolvidos no território.

Baseado nestas análises, o próximo capítulo apresentará as considerações finais deste trabalho.

7 Considerações Finais

Neste trabalho, pretendeu-se analisar as relações de cooperação de agricultores familiares tradicionais de dois Estados brasileiros, Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina, nos seus processos produtivos, através das relações histórica, técnico-teórica e institucional. Para isso, verificou-se as relações culturais, seus saberes e competências através do saber-fazer específico, das tramas institucionais e da cooperação dos atores envolvidos, onde o referencial teórico e a pesquisa de campo possibilitaram a realização e apresentação dos resultados.

Para chegar aos objetivos propostos foi utilizado o estudo de caso e este método foi escolhido, pois propicia o conhecimento dos elementos que compõe esta pesquisa, mas vale ressaltar que este método teve limitações na coleta de dados, pois se utilizou de empresa contratada para a realização das entrevistas; contou com uma amostra pequena de agricultores e as visitas foram feitas aos agricultores do MS, assim sendo, os resultados apresentados são descritivos.

Os dados coletados, em um primeiro momento, mostraram que os agricultores dos dois Estados, estão bastante voltados para questões econômicas. E os mesmos pouco percebem atributos intangíveis, característicos de uma tradição histórica e de relações sociais que seus produtos poderiam agregar para torná-los mais competitivos com maior possibilidade de acesso a novos mercados consumidores através de valores de cooperação.

Os atributos históricos pouco são utilizados para maior cooperação entre as famílias de agricultores em SC. No MS verificou-se que estes atributos começam a se desenvolver pelos agricultores ao se relacionarem através de uma pequena rede de cooperação.

Os atributos históricos poderiam ser utilizados para um desenvolvimento daquelas regiões se fossem levados em consideração além do rendimento econômico, os interesses e os anseios da família, pois, fica cada vez mais evidente a necessidade de se elaborar uma estratégia de desenvolvimento que priorize as oportunidades de desenvolvimento social.

Verificou-se que os agricultores familiares de SC apresentam ações de confiança em seu processo produtivo e neste contexto o que se registra é que as

relações de confiança, mas não foram encontradas organização social e ações coordenadas significativas.

Os exemplos de confiança é um importante fator para a criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento rural, mas por si só não garante as relações sociais. A confiança precisaria facilitar as relações de cooperação e solidariedade no processo produtivo daqueles agricultores para assim ser um instrumento facilitador nas relações dos agentes envolvidos.

Já no MS, foram percebidas, algumas ações de cooperação, mas estas ações não possuem como base as relações culturais, de confiança, reciprocidade e amizade.

Verifica-se assim que, confiança não é sinônimo de capital social e que apenas a confiança não estabelece a base para ações de cooperação e que as ações de cooperação, embora muito valiosa para articular possíveis ações para o desenvolvimento, não representa, por si só, um capital social.

Questões como sentimento de pertencimento a terra, saber-fazer específico e técnicas utilizadas na produção, foram abordadas para analisar o envolvimento, por parte dos agricultores familiares, com o território.

O pertencimento ao local verificado nos dois Estados poderia passar a ter valor funcional à comunidade na medida em que seus atores sociais passassem a perceber que as iniciativas de cooperação, ao se consolidarem, alicerçadas pelas relações sociais de amizade, reciprocidade e de confiança, poderiam potencializar seus produtos ao resgatar a identidade cultural dos mesmos com foco em sua reprodução social, conseqüentemente, as atividades econômicas poderiam ser enraizadas favorecendo assim seus resultados.

Quando abordados sobre questões de cooperação, de confiança e de coordenação de informações e do compartilhamento de conhecimentos para tentar enriquecer o tecido social, os agricultores dos dois Estados não utilizam ou pouco utilizam destas relações. Para estas trocas seria necessário desenvolver mais os laços de confiança.

Diante destas constatações, registra-se a possibilidade de valorização das especificidades das relações familiares, sociais e territoriais enquanto recurso, enquanto patrimônio cultural e como estratégia competitiva para as práticas produtivas que possam desenvolver as potencialidades econômicas daquelas

regiões, para assim, haver o fortalecimento da capacidade de todo processo produtivo dos agricultores familiares frente aos mercados.

Ressalta-se que as dinâmicas sociais não são impostas, ou elas são transmitidas de geração para geração ou elas são aprendidas e compartilhadas entre os atores sociais envolvidos no processo.

Com a junção do conhecimento herdado com o adquirido, espera-se que estes estabelecimentos rurais possam utilizar o potencial local e aproveitar as suas características históricas e culturais particulares para promover a cooperação entre os agentes para assim levar a uma nova ruralidade e contribuir para o desenvolvimento desses territórios.

Para isso, o agricultor necessitará de instrumentos que lhe permitam o desenvolvimento da capacidade de gestão, coordenação e cooperação em seu estabelecimento, bem como elementos que possibilitem a eficiência dos recursos utilizados no processo produtivo, para assim, eles tentarem obter uma suficiência em sua produção e comercialização.

O contexto colocado mostra a importância dos agricultores e das suas relações sociais e de uma possível capacidade de cooperação para o processo de desenvolvimento das regiões, potencializando a elevação da capacidade produtiva com ganhos de escala e redução de custos, que são particularmente vantajosos para os agentes econômicos e institucionais.

Para se adaptar a esta possibilidade, os agricultores dos dois Estados teriam que adquirir novas competências que envolvessem as funcionalidades do espaço agrícola, ou seja, eles precisariam possuir características diferenciais.

Mas, para que tais características possam ter valor funcional à comunidade, os atores envolvidos devem perceber que as iniciativas de cooperação, ao se consolidarem, alicerçadas pelas relações sociais e de confiança, potencializam seus produtos ao resgatar a identidade cultural dos mesmos com foco em sua reprodução social. Assim, conseqüentemente, as atividades econômicas poderão ser enraizadas favorecendo assim seus resultados.

Em SC, as parcerias e redes de trocas de experiências poderiam trazer significativas mudanças na agricultura da região pesquisada através das articulações cooperativas e assim conseguir construir modelos próprios de desenvolvimento, ao promover o fortalecimento dos agentes envolvidos através de uma atuação conjunta buscando resultados coletivos.

Já no MS, o conhecimento, as informações comuns por meio da prática, do aprendizado ou experiência coletiva deveriam ser mais expandidas pelos agricultores da região como mecanismo de estratégia de inovação e desenvolvimento e assim suprir a carência de confiança entre os atores que podem fragilizar as relações.

Esta capacidade de organização social, institucional e econômica poderia dar suporte aos agricultores familiares pesquisados, ou seja, permitiria ao agricultor organizar sua produção e algumas estratégias a partir das redes sociais que priorize a cooperação entre os agentes da cadeia.

Com base nas considerações, os sistemas agroalimentares localizados, aqui sugerido para melhor compreender as dinâmicas territoriais, possibilitou a realização de comparações das ações históricas, técnico-teóricas e institucionais dos agricultores familiares pesquisados.

Como modelo de gestão, esta abordagem poderia ser desenvolvida naqueles territórios, ao realizar um beneficiamento local fazendo a interface entre a produção e o consumo, trabalhando a noção de cadeia agroalimentar através do fluxo do produto a jusante e do fluxo de insumos e matérias-primas a montante, flexibilizando as relações e os custos de transação.

Para esta abordagem ser desenvolvida, os agricultores precisariam desenvolver as relações sociais e de confiança, para assim se organizarem em torno de um espírito de concorrência-cooperação.

Assim, sugere-se aos agricultores familiares tradicionais de MS e SC agregar valor a seus produtos a partir da identidade territorial dos atores sociais, através de processos territorialistas, valorizando as atitudes cooperativas e promovendo estratégias onde o território se converte em um ator histórico e social importante, pois, há uma demanda crescente por parte dos consumidores que buscam por produtos com apelo identitários.

Dessa maneira, conclui-se que um grande desafio dos agricultores pesquisados é a forma de organização do processo produtivo, ou seja, eles poderiam desenvolver redes de ações cooperativas que enriquecessem o tecido social de toda sua localidade, principalmente, para se tornarem mais competitivos no mercado.

A participação ativa dos agricultores em toda a cadeia produtiva poderia gerar uma economia mais solidária, propiciando uma dinâmica de autoconfiança e

autoestima social, resgatando e valorizando características singulares com a busca pela afirmação de uma identidade territorial.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. Campinas: HUCITEC/UNICAMP, 1998.

ABRAMOVAY, R. **O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural**. In: IV ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA. Porto Alegre, 1999. 18p.

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, 2000.

ABRAMOVAY, R. **Desenvolvimento rural territorial e capital social**. In: SABOURIN, E. & TEIXEIRA, O. Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controversas e experiências. Brasília: Embrapa, 2002.

ABRAMOVAY, R. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. In: ORTEGA, A. C.: ALMEIDA FILHO, N. (orgs.). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas: Ed. Alínea, 2007.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**; Rio de Janeiro; ed. Edusp, 2007.

ALBAGLI, Sarita; BRITO, Jorge. **Arranjos Produtivos Locais: Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE** – Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Rio de Janeiro: RedeSist/Sebrae, 2003. 29 p. (mimeo).

ALBAGLI, S; BRITO, J. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Redes de pesquisa em sistemas produtivos e inovativos locais. Rio de Janeiro, 2003.

ALBAGLI, S. **Território e territorialidade**. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: Sebrae, 2004.

ALMEIDA, A. W. **“Os Quilombos e as Novas Etnias”**. Em E. C. O’Dwyer, org., Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. p. 43-81.

AMBROSINI, L.B.; FILIPPI, E.E.; MIGUEL, L.A. **SIAL: análise da produção agroalimentar a partir de um aporte territorialista e multidisciplinar**. Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 6-31, jan.-jun. 2008.

AZEVEDO, P. F. **Comercialização de produtos agroindustriais**. In: Gestão Agroindustrial. (Coord. Mário O. Batalha). 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001. v. 1. p. 64-99.

BAIARDI, A. **As Formas de Agricultura Familiar, à Luz dos Imperativos de Desenvolvimento Sustentável e Inserção no Mercado Internacional.** In: Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Foz do Iguaçu, PR: SOBER, 1999.

BITTENCOURT, B. **DINÂMICAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS: REDES, CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.** Disponível em : <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/pages/pt/numeros/02--2008-ndash-novos-mapas-para-as-ciencias-sociais-e-humanas-artigos-pre-coloquio/bernardete-bittencourt-dinamicas-sociais-contemporaneas-redes-capital-social-e-desenvolvimento-sustentavel.php?lang=PT>. Acesso em 02 de outubro de 2010.

BLUM, Rubens. **Agricultura Familiar; Estudo preliminar da definição, classificação e problemática.** In TEDESCO, João Carlos (org.) Agricultura Familiar; Realidades e Perspectivas; Passo Fundo; Editora da UPF, 1999, pp. 57-103.

BOISIER, Sergio. **El vuelva de una cometa: una metamorfose para una teoría del desarrollo territorial.** Santiago: ILPES/CEPAL, 1997.

BOUCHER, F. e REQUIER-DESJARDINS. D. **La Concentration des Fromageries Rurales de Cajamarca: Enjeux et Difficultés d'une Stratégie Collective d'Activacion Lieé à la Qualité.** In: COLLOQUE SYAL. Montpellier: 16-18 out. ANAIS, 2002

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra.** Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BRANDT, S. A. **Comercialização Agrícola.** Ed. Livroceres. Piracicaba – São Paulo. P. 1-258, 1980

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

BRASILESTADOS. <http://brasilestados.blogspot.com>. Acessado em 19 de outubro de 2010.

BRUNET, R.. **Le territoire dans Les turbulences.** Paris: Reclus, p. 224, 1990.

BUAINAIN, A. M.; CARVALHO, S. M. P.; PAULINO, S. R. & YAMAMURA, S. **Propriedade intelectual e inovação tecnológica: algumas questões para o debate atual.** In: O Futuro da Indústria: Cadeias Produtivas. MDIC/IEL – NC. Brasília: MDCI, 2005. p. 11-38.

CARNEIRO, Maria José. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf.** Estudos Sociedade e Agricultura, n. 8, abril, 1997.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses agricultores e pluriatividade.** Rio de Janeiro : Contra Capa Livraria, 1998.

CARNEIRO, Maria José & MALUF, Renato S. "Introdução". In: MALUF, R. S. & CARNEIRO, M. J. (orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARVALHO, Marcos Bernardino. **Geografia: Ciência da complexidade**. Boletim da Paulista de Geografia, nº 83. São Paulo: Ag, 2005. p. 141-162.

CARVALHO, Marcos Bernardino de. **Geografia e Complexidade**. Scripta Nova. (Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales). Barcelona: n. 34, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CERVEIRA, R. & CASTRO, M. C., **Consumidores de Produtos Orgânicos da Cidade de São Paulo: características de um padrão de consumo**. Informações Econômicas, SP - Volume 29, n.12 – Dezembro, 1999.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A, SILVA Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

CHEUNG, Thelma L. **Comparação de modelos de gestão de cadeias produtivas com participação de agricultores familiares tradicionais dos Estados de Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina: entraves, proposição de ações de melhoria e outras sugestões**. Edital universal CNPq, 2009.

CHURCHILL, Gilberto A. **Marketing: criando valor para os clientes**. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva 2000.

CLAVAL, P. **O território na transação da pós-modernidade**. Revista Géographies et Cultures, paris, nº 20, inverno, 1996.

CLEMENTE, Ademir. **Desenvolvimento regional**. In: CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. Economia e desenvolvimento regional. São Paulo: Atlas, 2000.

CNUMAD. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995.

COLEMANN, J. S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1990.

CORREA, Carlos Andrés. **Analyse Comparative de 9 Cas D'Agro-Industrie Rurale de L'Amerique Latine**. Université de Versailles - Saint Quentin en Yvelines, setembro de 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço, um Conceito-Chave da Geografia**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org). Geografia: conceitos e temas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CRAVEIRO, M. C. **AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL SOB O FOCO DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS – SIALs**. Monografia, DEA/UFMS, 2010.

DALLABRIDA, Ivan Sidney. **Novas formas de atuação empresarial na construção do desenvolvimento sustentável: contribuições de um estudo comparativo entre experiências de responsabilidade social empresarial e de economia de comunhão**. 2004.142 f, il. Dissertação (Mestrado) - Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Blumenau, 2004. Disponível em: <http://www.bc.furb.br/docs/TE/2004/302676_1_1.pdf>. Acesso em: 22 set. 2010.

Decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28/07/1996.

DULLIUS, Paulo, R.; FROEHLICH, José; VENDRUSCOLO, Rafaela. **IDENTIDADE TERRITORIAL E AGRICULTURA FAMILIAR – A ABORDAGEM DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO BRASIL**. IV Congrsoo Internacional de la Red SIAL, Outubro de 2008.

DULLIUS, Paulo, R. **Indicações Geográficas e Desenvolvimento Territorial: As experiências do rio Grande do Sul**. Dissertação do Programa da UFSM, RS, 2009.

EPAGRI. http://cepa.epagri.sc.gov.br/aspectos/menu_sc.htm Acesso em 18 de outubro de 2010.

ESPÍRITO SANTO, E. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Projeto UTF/FAO/036/BRA .Brasília, 2000. INCRA/FAO (convênio).

ESPÍRITO SANTO, E. CARDOSO, L. V. e MEDEIROS, J. X. **Nova competição: um enfoque estratégico para competitividade da a agricultura familiar**. Anais do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora: SOBER, 2003.

FAO/INCRA, 1994 a. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília, FAO/INCRA.

FARINA, E.M.Q.; ZYLBERSZTAJN, D. **Competitividade no agribusiness brasileiro**. PENSA, São Paulo, Junho de 2008. disponível em: <http://www.pensa.org.br/anexos/biblioteca/2232007171048_competitividadenoagribusinessbrasileiro.zip>. Acesso em Outubro de 2010.

FAVERO, Celso Antônio; GRAMACHO, Zoraide da Silva. **O desenvolvimento territorial rural e a universidade**. In: Informe Gepec. Toledo: Ed. UNIOESTE, v. 8, n. 2, jul/dez., 2004. p. 135-166.

FELIPE, E. S. **Instituições e mudanças institucionais: uma visão a partir dos principais conceitos neo-schumpeterianos**. Economia, Brasília (D.F), v. 9, n. 2, p. 245-263, maio/ago. 2008.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. 1ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais.** In: MOLINA, M. C. (Org.). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-39.

FRIEDMANN, H. **Changes in the International Division of Labor: agri-food complexes and export agriculture.** In: FRIEDLAND, W et alii. Towards a New Political Economy of Agriculture. Boulder, Westview Press, 1991.

GIDDENS, Anthony; LASH, **Scott.** **Modernização reflexiva.** São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.** In Stédile, J. P. (Org.). a questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, p. 15-44, 2002.

Gregory, Derek, 1994, **Geographical Imaginations**, Oxford, Blackwell.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto.** Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/IN CRA, fev/2000. 74 p.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUANZIROLI, C. **Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: uma polêmica.** Texto para discussão UFF/Economia, Março, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Região, diversidade territorial e globalização.** Niterói: UFF, 20p. (mimeo), 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Des-caminhos e perspectivas do território.** In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, p. 87 – 120, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade.** 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

HEIDRICH, A. **Fundamentos da Formação do Território Moderno.** Boletim Gaúcho de Geografia, nº 23, AGB - Seção Porto Alegre, 1998.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. www.ibge.gov.br. Acessado em: 16 de abril de 2010.

Instituto CEPA. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina: 2003-2004.** Florianópolis: Instituto Cepa, 2004, 377p.

JARA, C. **Capital social e desenvolvimento local sustentável.** In: FÓRUM CONTAG DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, 2., 1999, São Luís. Anais. São Luís: CONTAG, 1999. p.34-68.

JOLLIVET, M. **Le developpement local, mode ou mouvement social?** Paris: Societé Française d'Economie Rurale, 1984. MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Atlas dos Territórios Rurais 2004. Brasília, Condraf, 2004.

KOTLER, P. **Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle.** Ed. Atlas, São Paulo, cap. 20, 1996.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: comparação internacional.** Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LASTRES, H.; CASSIOLATO, J.; LEMOS, C.; MALDONADO J. E VARGAS, M. **Arranjos Locais e Capacidade Inovativa em Contexto Crescentemente Globalizado.** Relatório do projeto de pesquisa apoiado pela Diretoria de Políticas Públicas do IPEA, IE/UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E.; CAMPOS, Renato. **Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais: vantagens do enfoque.** In: LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E. (Org.). Estratégias para o desenvolvimento: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. (coord.). **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais.** 8. ed. Rio de Janeiro, 2005. 27p. Disponível em: <http://redesist.ie.ufrj.br/glossario.php>. Acesso em: 14 out. 2010.

LAUSCHNER, R. **Agribusiness cooperativa e produtor rural.** São Leopoldo: Unisinos, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace.** Paris: Ed. Anthropos, 1974.

LEVI, Margaret. Social and Unsocial Capital: A Review Essay of Robert Putnam's Making Democracy Work. **Politics & Society**, Vol. 24, No. 1, 1996, p. 45-55.

LEVY, J. **Geografia y mundialización.** HAUX, D; LINDON, A. (dir.) Tratado de Geografia Humana. México: Antropos: UAM, 2006, p. 272-302.

LISBOA, Armando de Melo. **Economia Solidária: incubando uma outra sociedade.** Disponível em: <[http:// www.milenio.com.br/mance/fsm2.htm](http://www.milenio.com.br/mance/fsm2.htm)>. Acesso em: 12 set. 2003.

LISBOA, Armando de Melo. **Economia Solidária: incubando uma outra sociedade.** Disponível em: <http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta97/armandolisboa97.pdf> Acesso em: 12 out. 2010.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** por uma antropologia da territorialidade. Brasília, Universidade de Brasília, 2002. (Série Antropologia).

- LOCKE, R. M. **Construindo Confiança**. Econômica. v. 3, n. 2, 2001.
- Lopez E., Muchnik J., (éd.), 1997, « **Petites entreprises et grands enjeux : le développement agroalimentaire local** », L'Harmattan Paris, 2 Tomes 716 p.
- LUZ, C. e DAYRELL, C. **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros, CAA/Rede Cerrado, 2000.
- MAFRA, A.L.; AMARANTE, C.V.T. **Produção agroecológica em Santa Catarina**. In: FERTBIO 2004, Lages. Avaliando as conquistas: base para estratégias futuras. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2004. v. 1, p. 1-18.
- MALUF, Renato S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. Porto Alegre: Ensaio FEE, v. 25, n. 1, p. 29-322. abr. 2004.
- MAPA do Brasil em <http://guiagnet.com.br/guiacidades>. Acesso em 25/ outubro de 2010.
- MARQUES, Rafael. **“Os Trilhos da Nova Sociologia Económica”**. In PEIXOTO, João e Marques, Rafael (org.), A Nova Sociologia Económica. Oeiras, Celta, 1-67, 2003.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1999.
- MENDES, J.T. **Comercialização Agrícola**. Curitiba, Paraná. Ed. Universitária. 100p. 1994
- MDA. **Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**: referência para o apoio ao desenvolvimento territorial. Brasília, SDT, 2004.
- MIOR, Luiz Carlos. **AGRICULTORES FAMILIARES, AGROINDÚSTRIAS E TERRITÓRIO: A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense**. Tese Doutorado, UFSC, 2003.
- MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: SC, Editora Argos, 2005, 338 p.
- MIOR, Luiz Carlos. **DESENVOLVIMENTO RURAL: A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DAS REDES**. “I Colóquio sobre agricultura familiar e Desenvolvimento Rural” realizado em Porto Alegre, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Novembro de 2005. Disponível em: http://www.cifers.t5.com.br/L.C.Mior_contribuicao_teorias_redes.pdf. Acesso em 01 de setembro de 2010.
- MORAES, Jorge L. Amaral de, SCHNEIDER, Sérgio **Perspectiva territorial e abordagem dos sistemas produtivos localizados rurais: novas referências para o estudo do desenvolvimento rural**. G&DR • v. 6, n. 2, p. 287-320, Taubaté, SP, Brasil, mai-ago/2010.

MUCHNIK, J. **Identidad Territorial y Calidad de Los Alimentos: Procesos de Calificación y Competências de los consumidores.** In. : Revista agroalimentaria, n. 22, Enero-Junio (89-98), 2006.

MUCHNIK, J. **Identidad Territorial de los Alimentos: Alimentar el Cuerpo Humano y El Cuerpo Social.** In: MACÍAS, A.A et al. (Org.). Agroindustria Rural y Territorio: Los Desafios de los Sistemas Agroalimentarios Localizados. Toluca: Universidad Autonoma Del Estado do Mexico, p.79-101, 2006b.

MULLER, Ana Luíza. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: O caso do programa de aquisição de alimentos. 2007.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MULS, L. M. **Desenvolvimento Local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais.** Economia, Brasília (DF), v. 9, n. 1, p. 1-21, jan./abr. 2008.

NEWTON, Kenneth, 1999. **Critical Citizens: Global Support for Democratic Government.** Oxford, University Press.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NOVAES, Antonio Galvão. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, operação e avaliação.** 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

OCDE. **Créer des indicateurs ruraux pour étayer la politique territoriale** – Paris, 1994.

PAIOLA, Lucy Mara; TOMANIK, Eduardo Augusto. **Populações tradicionais, representações sociais e preservação ambiental: um estudo sobre as perspectivas da continuidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do rio Paraná.** Acta Scientiarum, Maringá, v. 24, n. 1, p. 175-180, 2002.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos. O caso de Santa Catarina.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.
PECQUEUR, B. **Territoire, Territorialité e Développement.** In: COLLOQUE INDUSTRIE ET TERRITOIRE: LES SYSTEMES PRODUCTIFS LOCALISES, 1992, Grenoble. Actes... Grenoble IREP-D, 1992. p. 71-88.

PECQUEUR, B. **Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud. France.** Université Joseph Fourier, 2004.

PELLEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A AGROINDÚSTRIA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL: Limites e potencialidades a sua reprodução social.** Editora da URI: Frederico Westphalen – RS, 2008, 197 p.

PERICO, R. E.; RIBEIRO, M. P. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável: visão do território na América Latina e no Caribe**. Brasília, DF: IICA, 2005. 195 p.

PIERITZ, VERA L. H. **A GESTÃO PARTICIPATIVA E A TERRITORIALIDADE COMO FATORES DE FOMENTO A SUSTENTABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO ITAJAÍ - RESVI: UM ESTUDO MULTICASO**. Dissertação, FURB, Blumenau, 2008.

PIZZOLATTI, R. L.; ROCHA, F. G. **A importante e difícil opção por um método na pesquisa**. Caminhos de Geografia, v. 4, nº 13, p. 56-64. out. 2004.

POLANYI, K. **The Livelihood of Man**. Ed. por PEARSON, H.W. New York: Academic Press, 1977.

PORTO, Maria Stella Grossi. SIQUEIRA, Deis elucy. **A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas**. Cadernos de sociologia. Porto alegre, v.6, 1994. p. 76-88.

PROCHMANN, Ângelo, M; TREDEZINI, Cícero, A. V. **A PISCICULTURA EM MATO GROSSO DO SUL, COMO INSTRUMENTO DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NA PEQUENA PROPRIEDADE**. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/12/09O416.pdf>, Acesso em 07 de outubro de 2010.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**. Rio de Janeiro; Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PUTNAM, Robert, D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2007.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira. **O campesinato brasileiro**. São Paulo: Vozes, 1973.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. El Territorio, la sociedad y el Estado. MENDOZA, J. G.; JIMENEZ, J. M. y CANTERO, N. O. (Orgs.) **El pensamiento geográfico. Estudio Interpretativo y Antología de Textos (De Humboldt a las tendencias radicales)**. Madrid: Alianza Editorial, 1982

RATZEL. F. **Géographie Politique**. Paris: Econômica, 1988.

RATZEL, Friedrich. **Geografia do homem (Antropogeografia)**. In: MORAES, Antônio Carlos R (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990. p 32-150. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 59).

REIS, José. **Uma epistemologia do território: sociedade e Agricultura**. Coimbra: Faculdade de economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos sociais, v. 13, nº 1, 2005.

REQUIER-DESJARDINS, D. **Multifonctionnalité, Territoire et Secteur Agroalimentaire: une approche par les “systèmes agroalimentaires localisés”**. Cahiers du C3ED, v. 2, n.1, Université de Versailles, Jun 2002.

RIBEIRO, E.M. (org.) **Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais do semi-árido de Minas Gerais**. Fortaleza, Etene/BNB, 2007.

ROCA, Z. **‘Affirmation of Regional Identity Between Rhetoric and Reality. Evidence from Portugal’**. In: BONESCHANSKER, E. ET AL. (Eds). Cultural Uniqueness and Regional Economy. Leeuwarden: Fryske Akademy. PP. 29-52, 2004.

ROCHA, Juliana Dalboni. **ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO**. Tese Doutorado, Brasília, 2008.

ROSEMBLOOM, B. **Marketing Channels: a management view**. Orlando (FL): The Dryden Press, 1999.

SABOURIN, E & TONNEAU, J.P. **Réseaux de proximité et diffusion des innovations techniques: les cas des communautés paysannes de Massaroca, Bahia, Brésil**. Paris: karthala, p. 63-89, 1998.

SABOURIN, Eric. **Desenvolvimento Rural e Abordagem Territorial: conceitos, estratégias e atores**. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio (Orgs). Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais – Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA, p. 21-37, 2002.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University, 1986

SAQUET, Marcos Aurélio. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2003.

SAQUET, Marcos A. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana**. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, p. 121-148, 2005.

SANTILLI, J. **As Indicações Geográficas e Territorialidades Específicas das Populações Tradicionais, Povos Indígenas e Quilombolas**. In.: Lages, L; Lages, V. e Braga, C. (Orgs.). Valorização de Produtos com Diferencial de Qualidade e Identidade: Indicações Geográficas e certificações para competitividade nos negócios. Brasília: SEBRAE, 2006.

SANTIN, Laci. **O papel dos Sistemas Locais de Conhecimento Agroecológico no Desenvolvimento Territorial Sustentável. Estudo de caso junto a agricultores familiares no litoral centro-sul do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Território e Dinheiros**. In: **Território e Territórios**. Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGeo-UFF/AGB, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999. SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SAUTIER, Denis. **Eléments de Perspective**. Séance Plénière Finale, Colloque SYAL. GIS SYAL. Montpellier: outubro, 2002

SCHEJTMAN, A. BERDEGUÉ, J. **Desarrollo Territorial Rural**. RIMISP, Santiago/Chile: fevereiro de 2003.

SCHEJTMAN, A. & BERDEGUÉ, J. **Desarrollo territorial rural**. In: ECHEVERRÍA, R. **Desarrollo territorial rural en América Latina y Caribe: manejo sostenible de recursos naturales, acceso a tierras y finanzas rurales**. RIMISP, Chile, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e suas Articulações Externas**. I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia, Fortaleza/Ceará, 16-19 de novembro de 2003, Organizado pelo IICA-Brasil e MDA.

SCHNEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré. **Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais**. Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, v. 23, n. 01 e 02, p. 99-116, 2004.

SERVOLIN, Claude. **L'agriculture moderne**. Paris: Seiul, 1989.

SILVA, S. B. de M. e; SILVA, B. C. N.; COELHO, A. S. **Desequilíbrios e desigualdades regionais no Brasil e nos estados brasileiros**. João Pessoa: Grafset, 2008.

SIMMONS, Phil. **Overview of smallholder contract farming in developing countries**. ESA Working Paper 02-04 FAO, 2005.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

STÉDILE, João Pedro (coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994.

STERN, L. & EL-Ansary, A. I. & Caughlan. **A marketing Channels**. Prentice Hall, 5th edition 576 p. 1996.

TARTARUGA, Iván G. Peyré. **O conceito de território para a análise do desenvolvimento rural**. Paper apresentado a SOBER de Ribeirão Preto, 2005.

TIZON, P. **Le territoire au quotidien**. In: DI MEO, G. Les territoires du quotidien. Paris: L'harmattan, p. 17-34, 1995.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEITES, R.G. **A influência de Maximilien Sorre e Vidal de La Blache na Geografia Médica de Josué de Castro**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 111 fls, 2008.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp, 2007.

WANDERLEY, M. de N. B. **Processos sociais agrários: Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: Encontro anual da ANPOCS, 20, 1996, Caxambu. Anais... Caxambu: [s.n.] 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, cap. 1, p. 21-55, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 3a. ed. Passo Fundo: UPF, cap. 1, p. 21-55, 2001.

WILKINSON, J. **Food Processing and Manufacturing**. In Developing Countries: Driving Forces and the Impact on Small Farms and Firms, Roma: FAO, 2003.

WILKINSON, J. **A pequena produção e sua relação com os sistemas de produção**. In: FIGUEIREDO, A.; PRESCOTT, E.; MELLO, M. F. (orgs.): Integração entre a produção familiar e o mercado varejista – uma proposta. Brasília: Universa, 2004.

WILKINSON, J. A. **A Agricultura Familiar Face ao Novo Padrão de Competitividade do Sistema Agroalimentar na América Latina**. In.: Seminário de cultura e alimentação. Anais...Vila Maria/São Paulo: SESC, 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Mestrado em Administração – DEA/CCHS/UFMS

Questionário
Roteiro de Entrevista – Agricultores Familiares (MS e SC)

Data:

____/____/____

A) IDENTIFICAÇÃO:

1) Região e Estado: _____

2) Nome: _____ **Sexo** () M () F

3) Idade:

() de 18 a 39 anos () de 40 a 59 anos () de 60 a 69 anos

() acima de 70 anos

4) Descendência:

() Indígena () Quilombolas () Européia, Qual?

_____ () Matogrossense/SulMatogrossense ()

outra? _____

5) É o chefe da Família?

() Sim () Não, Se não, qual o nome do chefe da família?

6) Nasceu em? _____ **Estado:** _____

7) Pai nasceu? _____ **Estado:** _____

8) A família reside no estabelecimento há: _____ anos

9) Possui casa na cidade: () Sim () Não

10) Estado Civil:

() Solteiro () Casado () Divorciado/Separado () Viúvo

11) Como o Sr(a) se identifica melhor?

() agricultor familiar

() empresário agrícola () agricultor familiar tradicional

() trabalhador/produtor rural () outro? _____

12) O Sr(a) sempre foi produtor/agricultor, etc (o que respondeu acima) rural?

() Sim () Não

13) Se pudesse o Sr(a) mudaria de atividade?

() Sim, Qual? _____ Por quê? _____

() Não, Por quê? _____

14) Caso haja interesse de alguém comprar as terras do Sr(a), venderia suas terras?

- () Sim
() Não, por quê? _____

15) Gostaria de deixar as terras do Sr(a) para seus filhos ou netos?

- () Sim, por quê? _____
() Não, por quê? _____
() Não faz diferença o destino das terras

16) Qual o conhecimento que o senhor(a) usa nas suas atividades? (Classifique de 1 a 4, onde 1 é nada importante, 2 pouco importa, 3 importa e 4 importa muito)

- () Conhecimento adquirido com antepassados (pais/avós/parentes);
() Conhecimento da sua experiência como agricultor;
() Conhecimento sobre técnicas modernas transmitidas pelos técnicos da AGRAER/EPAGRI ou por algum treinamento das cooperativas ou Agroindústrias;
() Troca de experiências com vizinhos ou outros companheiros da região;

17) Quando vai tomar alguma decisão sobre as atividades agrícolas, o senhor leva em conta quais aspectos: (registrar em grau de importância, começando do 1 como pouco importa, 2 importa e 3 como sendo o mais importante)

- () O interesse dos filhos, da família
() Experiência na atividade
() O rendimento econômico

B) FAMÍLIA:

18) Como é composta a família?

Nome	Parentesco*	Idade	Ocupação**	Reside no campo** *	Escolaridade***

*Parentesco: 1 = cônjuge; 2 = filho (a); 3 = pais; 4 = netos; 5 = genro/nora; 6 = outros

** Ocupação: atividade que exerce na propriedade ou fora dela

*** Reside no Campo: Sim ou Não

**** 1 = Analfabeto, 2 = Até quarta (4ª) série, 3 = Até oitava (8ª) série, 4 = Faculdade

19) A renda da família vem de (a)? (poderá ser marcada mais de uma alternativa, colocar em %)

- Agricultura ()
Artesanato/Manufatura
 Pecuária () Emprego na cidade
 Venda de Trabalho para terceiros () Arrendamento de Terra
 Extrativismo () Aposentadoria/pensão
 Ecoturismo () Programas Sociais
 Produtos beneficiados/processados na propriedade (queijo, mel, doce de leite, etc)
 Outros _____

C) PROPRIEDADE, PRODUÇÃO e COMERCIALIZAÇÃO:

20) Em relação às terras onde o Sr (a) trabalha/produz, tem vínculo de:

- 1 posse _____ 2 propriedade _____ 3 arrendatário

21) Área do estabelecimento ou empreendimento rural: _____ha, Caso possua, qual a área arrendada? _____ha

22) Como o Sr (a) obteve suas terras?

- herança () compra () parte por herança e parte por compra
() doação () A terra é herança do cônjuge () outros

23) O Sr (a) empregou/emprega alguém para ajudar na propriedade?

- Sim: a) _____ quantas pessoas () fixas ou () temporárias;
b) _____ período (Mês/ano)
Atividades desenvolvidas: _____

Não

24) Quem toma as decisões da unidade de produção?

- Sozinho () com a mulher/marido () com a mulher/marido e os filhos
() ouvindo a opinião de vizinhos () Pessoa contratada para Administrar a propriedade

25) Pratica formas de ajuda mútua com outros agricultores?

Tipo	Período/Ano	Motivo	Nº de dias	Forma de Retribuição
Ajuda nas atividades da propriedade				
Empresta materiais e equipamentos				
Trocam serviços				
Ajuda com transporte				
Venda de Produtos				
Outras				

26) Possui alguma forma de ajuda para comercialização de seus produtos?

() Sim, Qual (is):

() Não

27) Como o senhor se garante ao fazer uma venda antes da produção? (Poderá marcar mais de uma)

- () Faz contrato formal
() Possui assistência jurídica para isso
() Não faz contrato formal, apenas informal
() Já possui comprador certo e de confiança, por isso não faz contrato
() Nem pensa nisso, primeiro planta e depois vê para quem vender

28) Recebe algum tipo de assistência (técnica/ mercadológica, etc)

	Sempre	Só quando solicita	Nunca
AGRAER/EPAGRI			
Cooperativas			
Agroindústrias			
ONG's			
Governo Federal			

ou Estadual			
Prefeitura			
Outra?			

29) Qual o destino de sua produção? (marcar em percentuais%).

Feira da Comunidade		Bares/Restaurantes	
Feira na Cidade		Para Consumo Familiar	
Comércio Local		Para Indústria Processadora	
Distribuidor		Hotéis/Pousadas	

30) Existe alguma estratégia de comercialização conjunta com outros agricultores de produtos em sua região?

() Sim, quais? _____

() Não

Se "Sim", este tipo de parceria melhorou as suas vendas? () Sim () Não

31) Utiliza algum tipo de crédito (bancário, cooperativa) para investimento na produção do senhor(a)?

() Sim, () sempre; () algumas vezes – É diferente tomar crédito de custeio do de investimento

() Não, () já utilizou mas não utiliza mais; () nunca utilizou

32) Os alimentos que produz possui alguma identificação, etiqueta, carimbo, rótulo ou selo de qualidade?

() Sim, qual? _____

() Não

D) COMUNIDADE:

33) Na comunidade existe:

- | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|
| () centro comunitário | () posto policial |
| () associação de produtores | () Igreja, Qual participa? _____ |
| () hospital, posto de saúde | () Mercado, quitandas |
| () escola/creche | () Cooperativas |
| () Festas/Comemorações, quais? _____ | |
| () Sindicatos | () Outros _____ |

34) A participação de sua família em atividades culturais* na localidade está?

() Ótima () Boa () Regular () Péssima

* LER: participa, por exemplo, de grupos de danças ou de cantos, preservação de tradições etc.

35) Pertence a algum?

() sindicato () cooperativa () associação de moradores
() Não, por quê? _____

**36) Gostaria de pertencer à associação/cooperativa/sindicato?
(Caso a resposta anterior for Não)**

() Sim () Não, por quê? _____

37) Caso exista uma associação de agricultores, ela desenvolve práticas para ajudar com a produção e comercialização dos produtos?

() Sim, de que forma? _____
() Não, por quê? _____

38) O senhor (a) acha que sozinho consegue mais possibilidades de comércio de seus produtos do que em grupo?

() Sim () Não
Por quê? _____

39) O senhor (a) troca ideias, informações ou discute estratégias com outros produtores da sua comunidade?

() Sim () Não, por quê? _____

40) O senhor(a) visita outras propriedades rurais da sua comunidade?

() Sim () Não, por quê? _____

41) Qual o tipo de participação de sua família em organizações comunitárias*?

() Não participa () sócio () Sócio atuante () Sócio dirigente

* LER: participa, por exemplo, de cooperativas, associações, clubes, grupos etc.

42) A participação de sua família na Igreja está?

() Ótima () Boa () Regular

Qual frequência? () 1 vez por semana () 2 vezes na semana () mais de 03 vezes na semana

43) Como avalia a atuação de instituições e organizações* em sua localidade?

() Ótima () Boa () Regular () Péssima

* cooperativas, associações, sindicatos, grupos de troca de experiências, movimentos sociais.